

*revista de estudos guineenses*

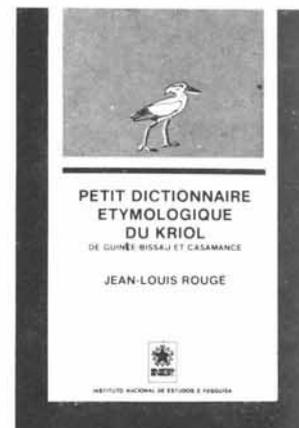
n. 15 jan. 93

**SORONDA**



**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA**

COLECÇÃO  
"KACU MARTEL"



**SUMÁRIO**

- O desafio da afirmação do português como língua de comunicação internacional 3  
*Jorge Cabral*
- O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa 37  
*Patrick Chabal*
- Autonomia burocrática, política económica e política num Estado 'suave': o caso da Guiné-Bissau pós-colonial 57  
*Joshua B. Forrest*
- Chefes de posto e chefes da terra: dinâmica de dominação e autodeterminação na região de Cacheu 97  
*Eve L. Crowley*
- Breve notícia da Revolução Triunfante 139  
*Teresa Montenegro*
- Notas de leitura 151  
Amílcar Cabral, 20 anos depois  
*Carlos Lopes*
- África e a recusa do desenvolvimento: um pensamento controverso 155  
*T. Bruno Mukendi*
- Actividades do INEP 173

## OS AUTORES

### *Jorge Cabral*

Político, Director Geral de Assuntos Políticos, Económicos e Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da Guiné-Bissau.

### *Patrick Chabal*

Investigador no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros do King's College (Londres), é autor do livro *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people's war* (1983), entre outros trabalhos sobre a Guiné-Bissau.

### *Joshua B. Forrest*

Professor de Ciências Políticas na Universidade de Vermont, EUA.

### *Eve L. Crowley*

Doutorada em Antropologia pela Universidade de Yale, foi investigadora associada do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP.

### *Teresa Montenegro*

Investigadora permanente do INEP, é autora de diversos trabalhos sobre o crioulo da Guiné-Bissau.

### *Carlos Lopes*

Sociólogo e antigo director do INEP, actualmente é Representante Adjunto do PNUD em Harare, Zimbabué.

### *T. Bruno Mukendi*

Especialista em questões do desenvolvimento, actualmente é Conselheiro Técnico Principal das Nações Unidas (UNDESU) junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da Guiné-Bissau.

# O DESAFIO DA AFIRMAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL

*As décadas de setenta e oitenta terão certamente sido períodos de promoção "política" da língua portuguesa no mundo com o surgimento na cena internacional de cinco novos Estados de língua oficial portuguesa e a admissão de Portugal na CEE. Qual será a tendência neste fim de século?*

Jorge CABRAL

## A história colonial e a expansão da língua portuguesa

### 1.1. O ponto de partida

"Portugal, favorecido pela sua posição geográfica nas margens do Oceano Atlântico e muito próximo da extremidade ocidental da África do Norte, começou no século XV a enviar barcos para o Sul, a costear a margem atlântica da África. O Cabo Bojador foi dobrado em 1434, o Senegal foi atingido em 1434 e as ilhas de Cabo Verde em 1456. Em 1485 Diogo Cão descobriu a embocadura do Congo. Em 1487 Bartolomeu Dias avançou para além do Cabo da Boa Esperança. E em 1498 Vasco da Gama desembarca nas Índias".<sup>1</sup> Em 1415, o rei de Portugal já tinha conquistado a importante cidade de Ceuta no Norte de África,

---

<sup>1</sup> Perry Anderson, "Le Portugal et la fin de l'ultra-colonialisme", *Partisans* nº7, Novembro-Dezembro 1962, Maspero, Paris.

facto considerado como o ponto de partida da política oficial da expansão ultramarina.

Durante todo o século, prosseguiu o movimento da expansão portuguesa no mundo. Se no fim do século XV, o mais distante porto atingido por barcos portugueses era Calecut, nos meados do século seguinte, Calecut situava-se no centro do mundo português. Foi um período de intensa produção cultural e literária em que se assistiu ao aparecimento de grandes valores individuais como Gil Vicente, Camões, Diogo do Couto, Fernão de Oliveira, Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, para citar apenas estes.

No século XVI, Portugal passa a funcionar como ponte entre o mundo asiático produtor e o mundo capitalista europeu consumidor. Esta internacionalização das relações económicas é simultânea com a internacionalização das relações culturais.

Assim caminhava uma história, feita de controvérsias e de contradições, entre o velho e os novos mundos: um encontro e um choque de culturas, uma epopeia de dor, luta, confrontações mas também de diálogo e cooperação.

A história da longa aventura colonial de Portugal é ao mesmo tempo a história desta língua chamada, pela vontade dos seus detentores, a assumir a função central de veículo de comunicação com povos de outros horizontes, sobretudo em épocas em que ainda não se manifestava a concorrência de outras línguas europeias – o inglês e o francês, designadamente.

A história colonial é também a história dos mais variados contactos humanos, de aculturação e intercâmbio das mais diversas naturezas. É precisamente por esta razão que ela é indissociável da história da sua antinomia, e da luta emancipadora dos povos dominados.

## *1.2. A política cultural de Portugal nas possessões africanas*

No momento em que acabava de se implantar o regime de Salazar, um delegado governamental de Portugal fazia a seguinte declaração: "*A assimilação das raças ... por cruzamentos, pela religião cristã, pela mistura dos elementos mais diversos, mesmo a liberdade de acesso às mais altas funções do Estado na*

*Europa, eis os princípios que guiaram sempre a colonização portuguesa na Ásia, na África, na Oceania ou na América".<sup>2</sup>*

Esta declaração de intervenção deixava supor a implantação, nas possessões coloniais de Portugal, de um sistema de ensino ao mesmo tempo "assimilacionista" e "popular", amplamente aberto às populações autóctones.

É surpreendente constatar, porém, que tal não aconteceria, pois, na prática, acabariam por prevalecer dois regimes de escola distintos: o primeiro reservado às crianças portuguesas e mestiços "civilizados" e o segundo, concebido e aplicado como instrumento de adaptação, destinado aos autóctones e consistindo num ciclo de formação de quatro anos.

A taxa de escolarização nas então colónias de África revelava mais uma dissonância em relação à declarada intenção do governo central. Na Guiné, até 1960, esta taxa é inferior a 1% nas escolas africanas, enquanto que em Angola se registavam 3% de escolarização efectiva. No seio dos colonos portugueses neste território, a taxa é superior à da Metrópole que, naquele período, conta com cerca de 50% de analfabetos. Em Moçambique, os números são sensivelmente da mesma ordem de grandeza, enquanto Cabo Verde, que conta com dois estabelecimentos secundários, fornece o maior contingente de universitários ao nível das possessões portuguesas de África.<sup>3</sup>

A divulgação da língua portuguesa, definida como "língua nacional, aglutinante cultural, veículo de convívio e expressão das populações que constituem a Nação, e instrumento de racionalização lógica do pensamento"<sup>4</sup>, permanece, porém, un

---

<sup>2</sup> Basil Davidson, *La révolution en Afrique*, Ed. du Seuil, Paris.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> Entre as conclusões da reunião do Gabinete de Estudos da Direcção Geral da Educação do Ministério do Ultramar, efectuada de 28 de Agosto a 2 de Setembro do corrente ano (1967, n.a.) homologadas por S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Ultramar, em 19 de Setembro último, figuram as seguintes (directrizes) que dizem respeito à intensificação do uso da língua nacional nas províncias ultramarinas:

(...)

13. O uso da língua nacional, como aglutinante cultural, veículo de convívio e expressão das populações que constituem a Nação e instrumento de racionalização lógica do pensamento, deve continuar a ser intensamente processado.

14. O Gabinete de Estudo reconheceu a acção meritória desenvolvida pelos Serviços de Educação e pelas missões católicas portuguesas na escolarização e alfabetização das populações das províncias ultramarinas, acção que se considera como a melhor forma de expansão e fixação da língua portuguesa. Entende, porém, que essa acção deve ser

dos principais objectivos da política cultural da Metrópole nesses territórios.

Evidencia-se assim mais uma contradição. À vontade de expansão da língua, como acção estratégica visando afirmar a irreversibilidade do domínio político sobre as possessões e favorecer a penetração dos valores culturais da potência colonial, contrapunha-se a reduzida dimensão e expressão do sistema de ensino — incontornável catalizador da língua. Como aliás o reconhece o Ministério do Ultramar em 1967, a expansão e a fixação da língua portuguesa, sendo essencialmente um problema escolar, dependia fortemente do ritmo do aumento da taxa de escolarização no ultramar, ou seja do número dos que falavam e usavam habitualmente a língua "nacional".

Além da exiguidade do sistema de ensino, constituía igualmente um obstáculo a essa expansão a existência de línguas estrangeiras e de *dialectos regionais* que tendiam a ser usados como expressão comum de determinados grupos. Suprir essas dificuldades exigia, segundo um parecer do Gabinete de Estudos da Direcção da Educação do Ministério do Ultramar emitido em Setembro de 1967, a colaboração dos vários sectores da Administração pública e empresarial.<sup>5</sup>

"Falar correctamente o português" já constituía um dos critérios decisivos, fixado no artigo 56 do Decreto-Lei 39666 de

---

completada por todas as formas ao nosso alcance, para o que preconiza o recurso à colaboração dos demais serviços públicos e entidades privadas.

15. De entre os meios de divulgação da língua portuguesa o Gabinete considera como muito válida a colaboração do comércio rural e outras actividades de convívio, pela insistência no uso da língua nacional".

<sup>5</sup> *Ibid.* O Gabinete de Estudos recomendava, entre outras medidas:

a) providenciar no sentido de todo o pessoal usar, durante as horas de serviço, exclusivamente a língua portuguesa, procurando fiscalizar por todos os meios ao seu alcance o cumprimento desta norma;

b) recomendar a todas as casas comerciais e empresas, através das respectivas associações, uma esclarecida colaboração no sentido de se intensificar o uso da língua portuguesa nas actividades comerciais e industriais da província;

c) recomendar às forças armadas, pela via competente, que seja procurada, por todos os meios, a intensificação do uso da língua portuguesa entre os militares autóctones em serviço, contrariando-se a natural tendência para o uso dos dialectos regionais;

d) (...) recomendar a intensificação das acções já desenvolvida neste sentido pelas escolas regimentais, e solicitar às autoridades militares que, sempre que possível, cooperem na obra de escolarização em curso, tendo em vista a difusão da língua portuguesa entre as populações da província."

20 de Maio de 1954, que distinguia os estatutos de indígena e de cidadão.<sup>6</sup>

Esse critério não passava entretanto de uma meta irrealista devido à fraca penetração do sistema educativo nas colónias africanas<sup>7</sup>, facto que os esforços subsequentemente desenvolvidos pela Metrópole não conseguiriam superar.

Para Salazar, o objectivo de "constituição de uma Nação de expressão civilizada e com valor mundial", em que era reservado um lugar privilegiado à língua, representava "um benefício para todos" que se impunha conservar e consolidar a todo o custo. A intransigência do regime perante a questão da descolonização seria também determinada pela cega determinação desse dirigente e do seu regime em materializar esse ambicioso projecto nacional.

A confrontação entre esta lógica e a ideologia da libertação, representada por figuras como Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Amílcar Cabral, tornava-se assim inevitável. Mas que lugar ficou reservado à língua portuguesa nessa luta de conotação profunda e eminentemente cultural?<sup>8</sup>

## **2. A problemática Educação—Ensino—Língua(s) e o impacto do português nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)**

Em 1990, o número total de analfabetos em Africa atingia 168 milhões, dos quais 106 milhões de mulheres.

Pela gravidade dos índices, os desafios inerentes à situação no continente africano nas áreas de educação e do ensino ultrapassam o domínio estrito das condições educativas, humanas e materiais, para se colocarem, de forma por vezes dramática, como apostas fundamentais no campo do desenvolvimento

---

<sup>6</sup> As diferenças de estatuto entre indígenas e assimilados viriam a ser abolidas em 1961 pelo Decreto-Lei 43893, de 6 de Setembro.

<sup>7</sup> Em 1960, havia menos de 40.000 "civilizados" em Angola, em perto de 5 milhões de africanos (menos de 1%); na Guiné nunca ultrapassaram umas centenas; in *Dossier sur les colonies portugaises, ibidem*.

<sup>8</sup> A luta de libertação nacional é definida por Amílcar Cabral como "acto" e "factor" de cultura. A sua oposição à política colonial de imposição por meios coercivos da cultura da Metrópole — cultura estrangeira — é óbvia.

económico-social. Tanto a alfabetização como a formação de formadores, consideradas aspectos determinantes da política nacional de desenvolvimento, são encaradas pelos novos poderes políticos como um indispensável investimento para o futuro.

Não obstante as inúmeras adversidades inerentes ao processo de desenvolvimento nas ex-colónias portuguesas de África, registou-se nos cinco países uma relativa melhoria da situação. A taxa de analfabetismo permanece no entanto elevada, particularmente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A gigantesca tarefa de alfabetização confronta-se nesses países com o facto de os seus nacionais não terem, de um modo geral, o português como língua materna. Por esta razão, a competência linguística das crianças, ao ingressarem na escolaridade, é limitada ou até nula, exigindo do processo de ensino-aprendizagem "um nível, um ritmo, uma metodologia diferentes dos da língua materna e que poderão variar de país para país".<sup>9</sup>

No caso da Guiné-Bissau, por exemplo, a situação é longe de ser homogénea. Segundo alguns estudos,<sup>10</sup> assim as educações *indígena, arabígene e europígene*.

A educação indígena, ministrada fundamentalmente pela família e pelo conjunto da comunidade, é considerada a mais alargada, abrangendo mais de 55% da população. A educação arabígene, praticada pela comunidade muçulmana através das escolas corânicas, envolve cerca de 40% da população.

A educação moderna, dispensada nas instituições especializadas, estatais e privadas, escolas e liceus, incide, quanto a ela, sobre cerca de 45% do conjunto das crianças em idade escolar.

Na definição da política educacional após a ascensão do país à independência, um lugar privilegiado é atribuído à luta contra o analfabetismo e à adaptação dos programas de ensino às realidades sócio-culturais nacionais e africanas e às necessidades do desenvolvimento sócio-económico, científico e tecnológico.

---

<sup>9</sup> É a conclusão a que se chegou no Programa de Trabalho dos "Cinco" para a Melhoria da Qualidade e Eficácia dos Sistemas Educacionais, elaborado na reunião consultiva da Sub-Comissão dos "Cinco" para a Investigação, Formação e Acção Cultural, de 24 a 26 de Setembro de 1986 em Lisboa, sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>10</sup> Jean-Pierre Lepri, *Education et Nationalité en Guinée-Bissau: contribution à l'étude de l'endogénéité de l'éducation*, Lyon, 1989, citado por Carlos Cardoso in *Soronda, revista de estudos guineenses*, 12, Junho 1991, p. 149.

Tornava-se premente, na nova etapa, resolver as contradições entre o sistema escolar herdado do Estado colonial e a experiência oriunda da luta de libertação nacional aplicada nas áreas libertadas. Por essa razão, lógico é afirmar que o sistema educativo implementado no pós-independência, cuja articulação continua a ser o objecto de estudos e experiências diversos, é herdeiro do sistema de ensino colonial e do sistema de escolarização nascido durante a luta de libertação.<sup>11</sup>

No esforço de africanização da educação nacional, uma atenção particular tem sido dada à procura das formas mais apropriadas para garantir o êxito do processo ensino-aprendizagem através da utilização das línguas nacionais.<sup>12</sup>

Assegurar a coexistência entre essas línguas e a língua oficial – o português – tem sido uma constante da política educacional e cultural dos países de língua oficial portuguesa, de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique em particular. No caso da Guiné-Bissau, a existência e o reforço do crioulo (*kriol*) como língua nacional é prova da permanente intercomunicação e interacção entre a língua europeia herdada do período colonial e os idiomas africanos.

Esta atitude justifica-se plenamente num país onde os utentes das línguas africanas ou étnicas perfazem mais de dois terços da população, e onde o uso do crioulo envolve cerca de 44% da população. Neste mosaico linguístico, o lugar do português equivale sensivelmente ao do mandinga ou do manjaco, situando-se entre 8 e 11% da população.<sup>13</sup> A sua utilização incide essencialmente nas grandes cidades submetidas aos efeitos do êxodo rural e que aglutinam hoje cerca de 30% da população total do país. A percentagem da população urbana é, segundo dados recentes, sensivelmente a mesma em Angola e Moçambique, enquanto que em Cabo Verde e São Tomé e

---

<sup>11</sup> *Ibid.* Ver também *Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC, 1977*, p.114.

<sup>12</sup> Como o sublinha com pertinência o filólogo guineense Ibrahima Djaló, ao tentar demonstrar a necessidade da utilização das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem, não se trata de fazê-lo utilizando a língua étnica de cada cidadão do país, mas sim ensinar a cada um na língua que *compreende e domina*, seja ela a sua língua materna ou não materna". In *Soronda, revista de estudos guineenses*, nº 3, Jan. 87, p. 10.

<sup>13</sup> Jean-Pierre Lepri, *La Guinée-Bissau en question(s). Essai d'analyse sociale, économique et sociologique*, Bissau, Abril 1984, pp. 10-11. Segundo os dados do recenseamento de 1979, as línguas mais faladas seriam o crioulo (44%), o balanta (25%), o fula (20%), o português (11%), o mandinga (10%) e o manjaco (8%).

Príncipe ela atinge respectivamente cerca de 36 e 40% da população total.

Evidencia-se uma sensível semelhança das situações em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique devido a analogias existentes em termos de estrutura étnica. Independentemente da influência dos factores *geográfico* – significativo no plano dos contactos humanos e dos intercâmbios culturais –, *histórico*, ligado nomeadamente às particularidades da ocupação colonial, *demográfico* (dimensão reduzida da população), *político-social* (em comparação com Angola e Moçambique, que têm enfrentado situações de guerra), a situação em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe distingue-se da que prevalece nos restantes três países pelo facto de neles o português coabitar apenas com o crioulo. A taxa de alfabetização nestes dois países é também a mais elevada no conjunto constituído pelos PALOP (cerca de 90% em Cabo Verde e mais de 55% em São Tomé e Príncipe).

Estas ilustrações permitem aperceber-se melhor do real impacto da língua portuguesa como idioma de comunicação ao nível de cada um desses países e dos condicionalismos inerentes ao seu desenvolvimento como tal, independentemente do estatuto de que goza como língua oficial.

### **3. A língua portuguesa, património comum**

Até à ascensão dos PALOP à independência (1974-1975), existiam apenas dois grandes espaços "lusófonos", ou seja o Brasil, por um lado, e o conjunto constituído por Portugal, metrópole colonial, e as suas possessões africanas, por outro lado.

De facto, nos termos do Direito constitucional português, particularmente na sequência da alteração da Constituição ocorrida em 1951 que consagrou o conceito de "províncias ultramarinas" em substituição do de "colónias", estes territórios eram parte integrante do Estado (território) português.

Na realidade, este espaço africano encontrava-se diferenciado tanto pelo desenvolvimento da luta de emancipação como também pela acção unitária dos movimentos de libertação dos cinco territórios consubstanciada na Conferência das Organizações

Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), criada em 1961 em Casablanca, Marrocos, e que se inscrevia na esteira de iniciativas unificadoras como o Centro de Estudos Africanos, fundado em 1948 em Lisboa por estudantes das colónias, e o Movimento Anti-Colonial (MAC), criado em 1957 em Paris.

Paradoxalmente, a independência desses países e a sua plena integração nos meados da década de setenta no convívio das nações soberanas, tornou-se um autêntico acto de promoção da língua portuguesa no mundo. Esta passava efectivamente a ser a língua oficial de mais cinco Estados independentes, aos quais se acrescentavam Portugal e Brasil. Circunstâncias de vária ordem impediram até agora que um outro território se juntasse a essa comunidade linguística: Timor Leste.

O português tornava-se assim verdadeiramente, porque resultante de uma opção independente e soberanamente assumida, o património desses novos Estados africanos, e parte integrante da sua identidade cultural.

Esta língua que Amílcar Cabral qualificou de maior riqueza legada pelo colonialismo, sempre beneficiou da adesão despreconceituada dos movimentos de libertação.

A declaração de Eduardo Mondlane feita em Janeiro de 1969 à Rádio da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal, à margem da Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas e da África Austral, confirma essa posição:

*"Nós, os povos de Moçambique, Angola e Guiné, estamos unidos ao povo de Portugal pela identidade da nossa luta ... e nada temos contra a cultura portuguesa. Ao contrário, o português e a língua que se fala nas nossas escolas ... nas regiões libertadas, é igualmente a língua portuguesa que se ensina nas escolas que temos no estrangeiro. Queremos cooperar com os democratas portugueses ... manter com eles um intercâmbio de experiência e de cultura".<sup>14</sup>*

---

<sup>14</sup> In *Colonialismo e luta de libertação, 7 cadernos sobre a guerra colonial*, Apontamentos

Encarada como património comum, a língua desempenha um papel de aproximação e contribui para tecer laços particulares entre os elementos que a assumem como tal. Iniciativas tais como a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), as concertações entre os PALOP, Brasil e Portugal, entre muitas outras, ilustram este facto.

A legítima vontade de reforçar a sua característica de instrumento de afirmação da identidade, de comunicação nos planos interno e externo bem como de participação efectiva no convívio mundial e na partilha das conquistas da ciência e da tecnologia motivou um amplo e variado leque de acções a diversos níveis das comunidade africana, europeia e internacional, envolvendo os sectores públicos, privados e elementos das sociedades civis dos PALOP, de Portugal e do Brasil.

## **4. A alavanca da cooperação**

### *4.1. Cooperação intra-PALOP*

Dando continuidade à experiência da CONCP, os contactos e a cooperação entre os PALOP, também conhecidos como o Grupo dos "Cinco", desenvolveram-se desde as datas das respectivas independências em 1974-1975. A cooperação a nível político assumiu particular importância a partir da primeira conferência ministerial realizada em Maio de 1976 em São Tomé e Príncipe, que recomendou a realização de reuniões periódicas a nível ministerial e de Chefes de Estado.

Diversas reuniões ministeriais, cobrindo nomeadamente os sectores da Educação, da Justiça e dos Transportes, realizadas entre 1977 e 1979 culminariam com a realização da I Conferência dos Chefes de Estado em Junho de 1979, em Luanda.

Como expressão da sua vontade de estabelecer e desenvolver entre si relações diversificadas de cooperação nos domínios de interesse comum na base da herança histórica comum e dos laços humanos, culturais e linguísticos que os unem, os "Cinco" celebraram em Março de 1980 em Maputo, por ocasião da II

Cimera, um *Acordo Geral de Cooperação*. Ficava assim estabelecido o quadro jurídico de base para a colaboração futura, com o confessado propósito de *encorajar todas as acções capazes de elevar o nível de vida dos seus povos e reforçar as relações entre os seus Estados*. Encontrava-se patente o desejo comum de promover a complementaridade possível entre os novos Estados, não obstante os condicionalismos de ordem geográfica.

Na III Cimeira, realizada em Setembro de 1982 na capital caboverdiana, um passo importante seria dado no aperfeiçoamento do quadro institucional da cooperação entre os PALOP. Neste encontro, quis o Grupo, ao criar uma *Comissão Ministerial* dotada de um regulamento interno e integrando *subcomissões sectoriais especializadas*, consubstanciar os laços políticos cimentados no processo de libertação nacional em mecanismos susceptíveis de contribuir para a formação de uma cooperação multilateral efectiva. Além dos sectores do Comércio, da Banca, Finanças e Seguros, dos Transportes, do Direito, Justiça e Administração, cuja coordenação foi confiada respectivamente a Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, foi dada particular importância à Formação, Investigação e Acção Cultural, áreas essas que ficaram colocadas sob a coordenação da Guiné-Bissau. O acordo de Cooperação Cultural, Científico e Técnico assinado pelos PALOP na V Cimeira, em Fevereiro de 1985 em São Tomé, testemunha o significado concedido a essas componentes da cooperação bilateral e multilateral entre os membros do Grupo.

A necessidade de promover a concertação noutras áreas de interesse comum conduziria posteriormente à criação de grupos de trabalho específicos. Tal aconteceria nomeadamente com a Saúde, a Agricultura, o Trabalho e a Comunicação Social. Um grupo de trabalho sobre Ambiente foi instituído no âmbito da vertente *Investigação*. Perante a diversidade das áreas de intervenção, o risco de dispersão de esforços e recursos era inevitável.

No plano da formação, vertente comum às actividades de todas as sub-comissões, a preocupação central tem sido a valorização e a promoção dos recursos humanos no conjunto dos

cinco países a fim de permitir aos mesmos responder com êxito aos desafios do desenvolvimento sócio-económico.

Neste contexto, uma atenção particular é conferida às instituições existentes em cada um dos países, à criação de instituições conjuntas de formação e à mobilização de apoios externos para a materialização da estratégia do Grupo. Além do acento posto na formação técnica orientada para a satisfação de necessidades específicas, esta estratégia reserva um amplo espaço à formação de formadores, considerada como núcleo central na área de educação, e à melhoria dos sistemas educativos e de ensino.

Os encontros regulares havidos no quadro da sub-comissão, tanto a nível dos titulares das pastas da Educação, da Cultura e dos Desportos como dos técnicos e peritos destas áreas, têm permitido definir programas de acção tendentes a otimizar as capacidades, recursos e potencialidades do Grupo em prol de objectivos comuns.

Entre as várias acções preconizadas por esta sub-comissão, convém assinalar as relacionadas com:

- a criação de um instituto regional para a educação de adultos;

- o projecto visando a melhoria dos sistemas educacionais, que contou com o apoio e a participação da Fundação Calouste Gulbenkian;

- a promoção de intercâmbios entre os Arquivos históricos e entre as bibliotecas dos "Cinco";

- a realização de um estudo sobre as capacidades e potencialidades de formação nos PALOP;<sup>15</sup>

- o projecto "Rede de Instituições do Ensino Superior" (REINES) em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, com a colaboração da UNESCO;

---

<sup>15</sup> A primeira versão do estudo foi elaborada em princípios de 1986. Devido à existência de certas lacunas, sobretudo em matéria de dados estatísticos, o documento aguarda ainda a sua aprovação.

– a criação da Liga dos Escritores dos "Cinco";<sup>16</sup>

– a promoção de trocas de experiência em matéria de metodologia de ensino da língua portuguesa como segunda língua.

As acções desenvolvidas por esta sub-comissão no campo da educação e do ensino baseiam-se na prioridade conferida à melhoria qualitativa do ensino da língua portuguesa, na óptica de língua comum utilizada nesses países como língua veicular de ensino-aprendizagem das várias matérias formativas. Este facto motivou a implementação de projectos-piloto visando a formação de professores de língua portuguesa e a concepção e produção de manuais escolares.

Embora essas iniciativas tenham beneficiado de apoios limitados, os domínios de incidência proporcionam importantes possibilidades de intervenção em matéria de cooperação internacional. As diligências promovidas até aqui pelos "Cinco" em direcção a instituições multilaterais, a UNESCO e a CE muito particularmente, têm-se revelado frutíferas e apontam para a oportunidade de uma actuação mais sistemática desses países na procura de uma crescente diversificação do leque dos parceiros de cooperação.

O Projecto "Promoção da Educação Básica através do Uso da Rádio", concebido pela UNESCO à intenção dos "Cinco", demonstra o interesse desta organização em apoiar os esforços desses países no desenvolvimento da Educação. Recentemente, o Governo português e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) concederam um apoio financeiro de um milhão de dólares dos EUA para a realização dos estudos de viabilidade deste projecto. Espera-se a participação dos Estados Unidos da América e da Holanda na sua implementação.

As acções que os PALOP têm procurado levar a cabo em conjunto, não obstante os inúmeros constrangimentos, sobretudo de ordem financeira, constituem uma importante *alavanca* na afirmação da sua identidade política e cultural na cena africana e mundial, com os efeitos multiplicadores daí decorrentes – e que

---

<sup>16</sup> A Liga dos Escritores dos "Cinco" foi criada em Maio de 1987, em São Tomé.

não deixam de *pesar na balança* quando se trata de promover a utilização do idioma comum no seio das instâncias internacionais.

#### 4.2. *Cooperação PALOP-Portugal*

Com a realização do I Encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos PALOP e de Portugal em Novembro de 1990, em Bissau, deu-se início a uma nova etapa no relacionamento entre os "Cinco" e este país europeu.

Abordando o capítulo da cooperação económica, técnico-científica e sócio-cultural entre os seus países, analisada no prisma da crescente interdependência entre a África e a Europa, sobretudo à luz do Acto Único europeu, os Ministros decidiram sintetizar num memorando o teor dos consensos obtidos na identificação dos sectores-alvo da cooperação.

O desejo de colaboração nos domínios linguístico, da informação e da formação foi, neste contexto, fortemente sublinhado, devendo a mesma concretizar-se prioritariamente mediante o recurso às capacidades de formação existentes nos "Cinco" e em Portugal. A vontade de explorar a *complementaridade possível* esteve igualmente patente nesse encontro destinado fundamentalmente a proporcionar um espaço de "reflexão conjunta sobre as formas de potenciar a cooperação, designadamente ao nível da identificação das áreas, definição de objectivos e estratégias e mecanismos de avaliação" da cooperação.

O II Encontro, realizado em Abril de 1992 em Lisboa, reafirmaria as conclusões de Bissau, adoptando desta vez medidas tendentes a reforçar o quadro institucional desta cooperação.<sup>17</sup>

A "Semana de Cooperação", realizada nos finais de Abril de 1992, em Lisboa, demonstrou a existência de um amplo espaço para a promoção de intercâmbios úteis e mutuamente vantajosos em domínios tais como a educação, a cultura e a língua.

No quadro da cooperação entre os PALOP e Portugal, vista como mais uma importante *alavanca* de cooperação no contexto

---

<sup>17</sup> Vide "Comunicado Final" do II Encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos "Cinco" e de Portugal, Lisboa, 14-15 de Abril de 1992.

do reforço da língua portuguesa enquanto idioma de comunicação internacional, justo é referir a acção desenvolvida pela Fundação Calouste Gulbenkian, que tem assumido uma atitude cooperativa e participativa perante os esforços dos PALOP no campo de desenvolvimento educacional e cultural, sem falar naturalmente do papel da Cooperação portuguesa concretizado através da Direcção Geral da Cooperação e o Instituto para a Cooperação Económica (ICE).

#### *4.3. PALOP-Portugal-Brasil*

A primeira observação que nos vem ao espírito ao abordarmos a cooperação a nível multilateral entre os PALOP, Portugal e o Brasil, particularmente nos capítulos cultural e linguístico, é que as realizações se afiguram ainda modestas. No plano bilateral, a situação é felizmente outra, mercê da frutuosa colaboração que existe, por exemplo, entre o Brasil e cada um dos PALOP, mormente nos planos cultural e da formação de quadros. Os Centros de Estudos brasileiros abertos nalguns capitais dos "Cinco" têm desempenhado um papel significativo no apoio ao ensino e à divulgação do português e da cultura brasileira.

A abordagem tanto histórica como cultural do relacionamento entre os sete países situados em três continentes distintos demonstra a existência de inequívocos laços tecidos pela história comum dos últimos cinco séculos. A pertença à mesma comunidade linguística, vertente importante das afinidades culturais que unem os sete países, justifica plenamente uma aproximação especial tendente a explorar e desenvolver em conjunto esse património comum, potenciando a sua função unificadora na busca de soluções aos problemas comuns e aos com que a comunidade internacional se confronta.

A este propósito, a criação, em 1989 em São Luís do Maranhão, Brasil, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), pelos Chefes de Estado dos sete países, representa um dos momentos mais altos na consagração desses laços especiais. A viabilização desta iniciativa requer uma acção apropriada e concertada destinada a dar a esta instituição a sua

plena expressão, levando-a a responder aos motivos que presidiram à sua criação. O Instituto é efectivamente chamado a desempenhar um papel de primeiro plano na afirmação do português no mosaico linguístico mundial. A dimensão política que constitui o alicerce deste magno empreendimento deve ser corroborada e reforçada pela consolidação da sua arquitectura cultural.

A participação de instituições de formação dos "Sete" na Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), criada em 1986, evidencia mais uma área de convergência dos interesses desses países.

As concertações verificadas em diversos sectores de actividade deram também substância ao relacionamento entre os sete países. Neste contexto, assumem particular significado os encontros dos titulares da pasta do Ambiente tidos a 19 de Julho de 1991 em Lisboa e a 16 de Dezembro do mesmo ano em Bissau, convocados no intuito de preparar a participação dos "Sete" na Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento. Ainda mais significativo é esses países, pertencentes a regiões geográficas distintas com especificidades marcantes no campo do desenvolvimento económico, social e ambiental, terem conseguido formular uma *posição comum* em matéria de tamanha complexidade como a relação entre o desenvolvimento económico e a preservação do meio ambiente, cujo equacionamento esconde interesses muitas vezes divergentes. Este facto, que revela a existência de preocupações convergentes, não exclui naturalmente o imperativo de se tomar em conta a lógica e os condicionalismos impostos pelas realidades políticas, sócio-económicas e ecológicas em que os respectivos países se encontram inseridos.

Essas concertações evidenciam a existência de um terreno propício ao aprofundamento do diálogo entre os sete países de língua oficial portuguesa e à promoção de acções conjuntas, não obstante a diversidade do seu posicionamento geopolítico e do seu estágio de desenvolvimento.

Esta *alavanca* merece, por estes e outros motivos – não apenas culturais ou linguísticos – ser potenciada em benefício comum.

#### 4.4. *Cooperação regional no âmbito da Convenção ACP/CEE*

Não nos parece exagerado concluir que a entrada de Portugal na CEE tenha também constituído um acto de promoção da língua portuguesa na Europa. Com o exercício da presidência da Comunidade no decurso do primeiro semestre de 1992, este facto encontrou-se sem dúvida reforçado.

A evolução recente da cooperação regional envolvendo os "Cinco" no âmbito da IV Convenção de Lomé<sup>18</sup> aponta para a importância desta nova *alavanca na afirmação dos PALOP como grupo regional*. Deste facto resultam efeitos de índole:

- \* política, com o reforço da capacidade negocial dos "Cinco";
- \* económica, com a possibilidade de beneficiarem de financiamentos para projectos comuns ao abrigo do fundo de cooperação regional;
- \* cultural, com o reconhecimento de uma identidade própria ao Grupo enquanto conjunto de países ligados por afinidades históricas, culturais e linguísticas.

Com a apresentação à Comunidade Europeia, no segundo trimestre de 1992, de um pacote de sete projectos<sup>19</sup> para

---

<sup>18</sup> O artigo 156.4 da IV Convenção ACP/CEE consagra a noção de "cooperação regional transcendendo as noções de circunscrição geográfica". Trata-se de uma importante inovação em relação às convenções anteriores, que permite aos PALOP apresentarem-se enquanto grupo regional por força dos factores histórico, cultural e linguístico que os aproximam.

<sup>19</sup> O pacote de programação regional, que totaliza um montante de cerca de 25 milhões de ECU, integra os seguintes projectos:

- \* Melhoria dos sistemas educativos
- \* Centro Regional de Desenvolvimento Sanitário de Maputo
- \* Instituto Superior de Enfermagem de Luanda
- \* Reforço da Administração Pública e Gestão Empresarial
- \* Formação de Estatísticos de nível médio
- \* Formação Comercial e Investimento Estrangeiro
- \* Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa

Este último, por se considerar mais urgente e exequível, foi retido em substituição do projecto "Língua viva" apresentado no relatório da missão de identificação do programa regional e que será contemplado no próximo programa. Este adiamento ter-se-ia devido, entre outras razões, à fragilidade das televisões nos cinco países, às quais o projecto atribui um papel decisivo enquanto suporte para os programas áudio-visuais. Acordou-se igualmente, na XIV reunião da Comissão ministerial, realizada de 5 a 7 de Março de 1992 em São Tomé, incluir na programação o projecto TRAINMAR, incidindo sobre a formação de operadores marítimos.

financiamento no quadro do programa regional PALOP/CEE, os "Cinco" inauguraram verdadeiramente uma nova e importante etapa do seu relacionamento com a Europa comunitária.

Este acto vem na sequência da decisão da X Cimeira dos PALOP, realizada em Dezembro de 1989 na Praia, Cabo Verde, de impulsionar o processo de "identificação para Lomé IV dum programa regional comum dos cinco países ACP de língua oficial portuguesa".

A expressão no Programa Indicativo Nacional (PIN) de cada um dos cinco países da vontade de ver reforçado este tipo de cooperação com os restantes PALOP, nomeadamente nas áreas cultural e de formação, representava um importante pressuposto para a consagração futura da sua identidade enquanto entidade regional.

É interessante notar que os objectivos fixados pelo pacote de projectos, aprovado pela XIV reunião da Comissão Ministerial dos "Cinco" em Março de 1992 em São Tomé, visam essencialmente a vertente formação e a valorização dos recursos humanos. Este programa regional privilegia efectivamente a formação virada para a área da Educação, um acesso mais amplo à Educação e a promoção dos valores e do património cultural de cada um desses países.

O processo de democratização em curso nos PALOP e os esforços visando o relançamento e a estabilização da economia constituem um factor unificador na definição das prioridades da cooperação regional e dinamizador da participação de um número crescente de actores de cada um deles na concretização dessa cooperação, sobretudo ao nível da sociedade civil.

Na *alavanca* constituída pela cooperação regional no quadro ACP/CEE repousa certamente um dos trunfos futuros da viabilização da cooperação económica, técnico-científica e cultural entre os "Cinco".

## 5. A introdução do português como língua de trabalho nas organizações internacionais

Um importante aspecto da afirmação do português como língua de comunicação internacional prende-se com sua adopção como idioma de trabalho nas instâncias multilaterais.

Este objectivo tem figurado de forma permanente no leque das preocupações dos PALOP que, ao ascenderem à independência política, viram-se confrontados com o condicionalismo linguístico, que tendeu a limitar a qualidade da sua participação nas reuniões e negociações internacionais.

O peso adquirido pelos organismos multilaterais nos meados da década de setenta, muitos dos quais tinham concedido um precioso apoio à luta de libertação nacional – a ONU, a OUA, o Movimento dos Países Não Alinhados, entre outros – e o imperativo de afirmação da personalidade dos novos Estados na cena internacional tornavam crucial sua capacidade em promover uma participação activa nesses fóruns.

Era de facto necessário e urgente quebrar, em primeiro lugar, o estado de relativo isolamento político-diplomático e económico em que o colonialismo os tinha colocado no quadro das respectivas sub-regiões. As ex-"províncias ultramarinas" encontravam-se efectivamente afastadas de uma verdadeira convivência africana por os países africanos vizinhos terem sido tradicionalmente considerados pelo governo colonial como elementos periféricos. Quebrar esse estado de coisas com vista ao *desenclavamento* político e diplomático definitivo desses Estados implicava, além do reforço das relações formais e de boa vizinhança com os países limítrofes, a participação activa nos organismos regionais. A plena inserção desses países no convívio regional continua ainda hoje a ser uma exigência e uma componente essencial das relações internacionais dos "Cinco" em razão das características históricas, culturais e linguísticas que os diferenciam dos vizinhos imediatos, a maioria francófonos ou anglófonos.<sup>20</sup>

As dificuldades experimentadas neste processo de reinserção terão certamente contribuído para cimentar ainda mais os laços

---

<sup>20</sup> Jorge Cabral, "A política externa da Guiné-Bissau". *Soronda, revista de estudos guineenses*, nº 7. Janciro de 1989, pp. 77-78.

de unidade e interagida consubstanciados em estratégias de solidariedade entre os cinco países confrontados, com a conquista da independência, com uma forte necessidade de compreensão e solidariedade face aos gigantescos desafios inerentes à nova etapa.

É portanto compreensível a importância de que se revestia para os PALOP a necessidade de agirem no sentido de minorar os efeitos das clivagens linguísticas ainda vivazes no panorama continental africano e de alargarem esta acção a outras instâncias internacionais.

### *5.1. A Organização da Unidade Africana*

A introdução do português na OUA como língua de trabalho foi encarada, desde a III Cimeira (Praia, Setembro 1982) como um meio de proporcionar aos cinco países uma participação mais efectiva naquele fórum continental africano.

A sua concretização levaria cerca de quatro anos, ao longo dos quais se manifestaram dificuldades de vária ordem. A mais óbvia foi a relacionada com a incidência financeira decorrente de tal medida. Mais óbvia, porquanto serviu para esconder as reservas de certos Estados membros quanto à real necessidade dessa inovação.

O facto de o árabe não figurar na lista dos idiomas de trabalho, não obstante a presença no seio da Organização de vários países arabófonos (Tunísia, Argélia, Marrocos, Egipto, Líbia, Mauritânia, Sudão, Comores, Tchade, Djibouti, Somália), numericamente superiores aos PALOP, suscitou algumas reticências, agravadas, por sua vez, por considerações de ordem processual ligadas à emenda do Artigo 29 da Carta.<sup>21</sup>

O mapa das implicações financeiras iniciais decorrentes da adopção do português indicava o montante de USD846.895 destinado a remunerar os serviços do pessoal estatutário.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> O Artigo 29 da carta da OUA estabelece o francês, o inglês e, se possível, línguas africanas, como os idiomas de trabalho de organização e de todas as suas instituições. A mesma disposição consta do Artigo 8 do Regimento Interno da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo.

<sup>22</sup> As despesas iniciais em dólares dos EUA com o pessoal estatutário a recrutar para efeitos de assistência em português repartem-se da seguinte forma:

Ultrapassados os obstáculos, a solidariedade africana acabou por prevalecer e, em 1986, na XXI Cimeira da OUA, o português tornava-se a terceira língua (europeia) de trabalho daquela organização.

Os reais benefícios decorrentes deste facto para os "Cinco" não se medem exclusivamente pelo efeito positivo registado em termos de participação desses países nos trabalhos da Organização. É importante notar a existência de todo um leque de relações que a OUA tem, desde a sua fundação em 1963, mantido com outras organizações africanas e internacionais e de que os Estados membros podem directa ou indirectamente tirar benefícios.

As relações da OUA com a ONU, tradicionalmente objecto de uma resolução nas sessões ordinárias da Assembleia Geral, com o Movimento dos Países Não Alinhados e a Organização da Conferência Islâmica (OCI), constituem componentes importantes da esfera de actuação da Organização panafricana nas relações internacionais. A OUA e a Comissão Económica das Nações Unidas para a Africa (CEA) consultam-se sobre todas as questões de interesse comum na prossecução dos objectivos respectivos e na coordenação das suas actividades relativas ao desenvolvimento económico do continente africano. É igualmente reconhecido o importante papel da Organização da Unidade Africana na coordenação das posições africanas no seio das organizações internacionais, em particular a ONU, junto à qual funciona um Secretariado Executivo encarregue essencialmente desta tarefa. O mesmo acontece com importantes instituições como a UNESCO, a OMS, a OIT e o Alto Comissariado para os Refugiados, com as quais a OUA concluiu acordos.<sup>23</sup> Assume também especial significado a colaboração com organizações multilaterais árabes, que esteve nomeadamente

---

. Revisores	37.240,00
. Tradutores	123.200,00
. Coordenadores de provas	20.160,00
. Secretárias	216.552,00
. Diversos (deslocação, instalação, alojamento, seguros, ajustamento de posto)	630.343,00
	<hr/>
	846.895,00

<sup>23</sup> *Idem*, p. 252.

na base da criação de instituições tais como o Fundo Árabe Especial para a África (FASA) e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA).<sup>24</sup>

Paralelamente aos esforços visando introduzir o português na Organização continental, os "Cinco" promoveram diligências tendentes a resolver a ausência de pessoal qualificado nos domínios da tradução-interpretação. Esta carência, que tem vindo a afastar os "Cinco" dos postos criados em consequência da introdução do português, será parcialmente suprida com a formação até 1994, de 26 técnicos no âmbito de um programa da cooperação portuguesa especialmente concebido para o efeito e que envolve a participação de formandos de todos os PALOP.<sup>25</sup>

Perante a crise financeira que a OUA, à semelhança de outras organizações internacionais, atravessa actualmente, e o esforço suplementar que esta medida acarretou para a Organização, parece-nos dispensável sublinhar a necessidade da conquista obtida com a adopção do português como língua de trabalho ser acarinhada.

## 5.2. *A Organização Mundial da Saúde (Gabinete Regional para a África)*

O Gabinete Regional da Organização Mundial da Saúde foi a primeira instância internacional em que os PALOP conseguiram fazer adoptar o português como idioma de trabalho. Este facto verificou-se em 25 de Setembro de 1978, altura em que o Comité Regional, reunido na sua 28ª Sessão, recomendou ao Conselho Executivo da Organização, na base do relatório do Director regional sobre a questão, "a adopção da língua portuguesa como língua de trabalho do Comité Regional da África e sua utilização no Gabinete Regional da África".<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Edmond Jouve, *l'Organisation de l'Unité Africaine*, PUF, 1984, pp. 237-259.

<sup>25</sup> O curso a ser ministrado pelo Instituto Nacional da Administração (INA) inclui três vertentes: aperfeiçoamento linguístico (2 meses), tradução (10 meses) e interpretação (7 meses). As vagas são repartidas da seguinte forma: Angola (6), Cabo Verde (5), Guiné-Bissau (5), Moçambique (6) e São Tomé e Príncipe (4). Resolução AFR/RC28/R13, de 25 de Setembro de 1978.

<sup>26</sup> Resolução AFR/RC28/R13, de 25 de Setembro de 1978.

As conclusões do Sub-Comité do Orçamento-Programa, cuja apresentação antecedeu o exame do assunto pelo Comité regional, confirmavam a justificação dessa proposta considerada como um meio de "facilitar a difusão das informações nos países lusófonos ... tendo em conta razões históricas e geográficas".<sup>27</sup> O mesmo documento sublinhava todavia a necessidade da introdução *escalonada* da língua portuguesa a fim de não perturbar a execução das actividades anteriormente programadas. Como também o indica o relatório do Sub-Comité, alguns participantes teriam exprimido uma certa preocupação relativamente aos custos decorrentes desta medida.

### 5.3. *As instituições dos Estados ACP*

A importância conferida à cooperação ao nível dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico e, num sentido mais abrangente, à cooperação inter-regional no quadro da Convenção de Lomé, levou os PALOP e envidarem esforços com vista à adopção da sua língua comum como idioma de trabalho nas instâncias ACP.

O peso demográfico desse grupo de países, cuja população global estima-se em 27 milhões de habitantes, ou seja cerca de 10% da população total dos ACP, justifica plenamente a acção tendente a assegurar aos mesmos uma intervenção mais efectiva nessas instâncias.

A primeira reacção de vulto a essa proposta dos "Cinco" foi o reconhecimento pela Assembleia Paritária ACP-CEE, reunida de 19 a 23 de Setembro de 1988 em Madrid,<sup>28</sup> da sua oportunidade no âmbito das instituições conjuntas ACP/CEE.

O mesmo pedido foi mais tarde apresentado pelos cinco países ao Gabinete do Conselho de Ministros ACP, reunido em Junho de 1990 em Bruxelas, solicitando para o efeito a emenda do artigo 25 do Acordo Constitutivo de Georgetown que define as línguas de trabalho. O Gabinete decidiu remeter o assunto à consideração da 51ª Sessão do Conselho de Ministros ACP, prevista para Novembro do mesmo ano, e incumbiu o

---

<sup>27</sup> Documento AFR/RC 28/11.

<sup>28</sup> Resolução XVII de 23 de Setembro de 1978.

Secretariado do estudo das incidências orçamentais decorrentes da aplicação dessa medida.

O Conselho de Ministros instruiria seguidamente o seu Gabinete, assistido do Comité dos Embaixadores e do Secretariado para examinar os aspectos financeiros e processuais relacionados com a introdução do português nas instâncias ACP. Um grupo de trabalho *ad hoc*, integrando entre outros membros a Guiné-Bissau e Moçambique, instituído no âmbito do Comité dos Embaixadores, concordaria com a proposta dos "Cinco" consistindo em acrescentar o português ao inglês e ao francês como língua de trabalho do Grupo ACP no quadro da revisão do Acordo de Georgetown.<sup>29</sup>

Apesar dos esforços dos PALOP, a decisão do Conselho de Ministros relativa a esta questão tem vindo desde então a ser adiada.

Convém entretanto sublinhar o interesse manifestado por Portugal desde a sua admissão na CEE em dar o seu concurso aos esforços de capacitação dos serviços de apoio à utilização da língua portuguesa ao nível dos ACP. Foi, aliás, neste contexto que o governo português apresentou em Novembro de 1987 ao Secretariado deste Grupo um programa de assistência técnica destinado aos serviços de línguas daquele órgão. Esta iniciativa resultaria, um ano mais tarde, na apresentação pelo Secretariado de um programa de formação destinado exclusivamente ao pessoal da sua secção de línguas, num montante de cerca de 18 milhões de francos belgas.

Com a perspectiva da adopção da sua língua comum nos ACP, e tendo em conta as condicionantes já evocadas no caso da OUA em termos de recursos humanos qualificados, os "Cinco" não podem, infelizmente, encarar seriamente a possibilidade de virem a beneficiar substancialmente dos postos de tradutores e intérpretes criados mercê, em grande medida, dos seus esforços.

Esta constatação aponta para a necessidade de serem concebidos e implementados, numa base sistemática e estável, programas de formação virados para a capacitação de quadros dos países de língua oficial portuguesa, tendo em atenção os efeitos positivos que disto poderiam advir em termos de uma

---

<sup>29</sup> *Rapport Intérimaire du Groupe ad hoc du Comité des Ambassadeurs sur la Révision de l'Accord de Georgetown*, doc. ACP/27/036/91 Rev. 2. 18 Novembro 1991.

participação mais efectiva nos benefícios resultantes da afirmação crescente deste idioma como instrumento de comunicação internacional.

#### *5.4. O Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS)*

O CILSS reúne no seu seio nove Estados membros no quadro de esforços comuns visando enfrentar a agressão da seca e da desertificação através da definição de estratégias comuns, da aplicação racional dos recursos disponíveis na prossecução desse objectivo e de uma acção tendente a mobilizar a solidariedade internacional em torno do seu programa. Esta organização é constituída pelos seguintes países: Burkina Faso, Cabo Verde, Tchade, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal.

As línguas de trabalho são o francês, utilizado por seis dos nove Estados membros, e o inglês, utilizado apenas pela Gâmbia.

De 1984 a 1989, as despesas médias anuais decorrentes do funcionamento dos serviços de tradução-interpretação, ocasionadas pela utilização da língua inglesa e integralmente custeados pelos parceiros de cooperação do CILSS, atingiram o montante de 36.104.435 francos CFA, ou seja o equivalente a cerca de USD121.000. Segundo o estudo efectuado pelo Secretariado Executivo da Organização, a introdução de mais uma língua de trabalho implicaria, no mínimo, os mesmos custos e obrigaria a Organização a procurar novos financiamentos para os poder suportar.

A situação é agravada pelo facto de, além de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, que propuseram a adopção do português como idioma de trabalho, a Mauritânia ter manifestado o mesmo desejo em relação ao árabe.

Este facto prevalece desde 1987, altura em que o Conselho de Ministros reunido na sua 22ª Sessão ordinária em Uagadugú, Burkina Faso, decidiu, no seu comunicado final, reter "o princípio da introdução do português e do árabe como línguas de trabalho do CILSS" e mandar o Secretário Executivo para

procurar as vias e meios que permitam concretizar esta recomendação. O impasse parece óbvio.

Nestas circunstâncias, é efectivamente fácil prever as dificuldades com que os dois membros lusófonos do CILSS se confrontarão na tentativa de fazer vincar o seu interesse. Basta ter em mente que o árabe é língua oficial na Mauritânia e no Tchade, cuja população conjunta perfaz cerca de 7 milhões de habitantes. Acresce-se a isto o facto de alguns Estados membros como o Níger e o Mali possuírem uma forte percentagem de *arabizantes*, o que poderá incitá-los a solidarizar-se com a proposta mauritaniana ou, pelo menos, a não se lhe opor explicitamente.

### 5.5. Outros

A UNESCO consta da lista dos organismos internacionais em que a introdução do português como língua de trabalho tem constituído uma prioridade para os PALOP.

As acções desenvolvidas neste sentido pelos países de língua oficial portuguesa têm-se revelado pouco frutíferas. Para isso terá certamente contribuído, para além das incidências orçamentais numa conjuntura de crise financeira generalizada, o receio de *arrastamento* que a aceitação de tal proposta poderia provocar sobre o conjunto do sistema das Nações Unidas.

Ao nível da Assembleia Geral da ONU, muito embora o português não conste da lista das línguas de trabalho, não têm sido raras as vezes em que os chefes das delegações dos sete países utilizaram este idioma, adoptando deste modo uma prática largamente aceite nas reuniões dos órgãos principais da Organização universal. Trata-se fundamentalmente das intervenções feitas nos debates gerais pelos Chefes de Estado ou de Governo ou pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos respectivos países e em que a tradução dos documentos e a interpretação são garantidas pelos próprios países.

Embora interessante, este facto não deixa de ter um alcance limitado, devido ao seu carácter esporádico e não absolutamente generalizado e sistemático, algumas delegações lusófonas preferindo muitas vezes fazer uso de uma das línguas de trabalho das Nações Unidas.

No caso da ONU, onde a introdução do português representa ainda uma meta distante, esta atitude não deixa de ser compreensível, considerando o impacto directo e mais amplo produzido por um discurso proferido num idioma de mais audição. Menos aceitável é, porém, que não se opte pelo português nas instâncias internacionais – como a OUA ou a CEE – onde esta língua, mercê do investimento de muitos esforços e meios, figura na lista dos idiomas de trabalho. Por mais paradoxal que possa parecer, tal, no entanto, tem frequentemente acontecido.

A análise da questão relacionada com a introdução do português nos organismos internacionais revela a necessidade de os países directamente envolvidos definirem, de forma clara e inequívoca, a sua vontade de ver concretizado este objectivo, assumindo plena e responsabilmente as implicações dele decorrentes. Esta questão deve deixar definitivamente de ser uma opção individual para ser encarada e assumida como um assunto de Estado – desde que para tal exista um interesse real.

## **6. O português como língua de comunicação internacional: que futuro?**

### *6.1. O desafio da afirmação no plano nacional*

As décadas de setenta e oitenta terão certamente sido períodos de promoção "política" da língua portuguesa no mundo com o surgimento na cena internacional de cinco novos Estados de língua oficial portuguesa e a admissão de Portugal na CEE. Qual será a tendência neste fim de século e no próximo milénio?

Estando em função directa das variações demográficas no espaço geográfico que lhe serve de enquadramento e suporte, o lugar desta língua no plano mundial será directamente influenciado pelo crescimento populacional. Independentemente do significado deste factor quantitativo, mais importante ainda será responder aos desafios da alfabetização e da educação neste espaço humano que, ao nível da África lusófona, compreenderá, no ano 2000, uma população global de cerca de 37 milhões de habitantes numa população total africana estimada em 768

milhões. Vinte e cinco anos mais tarde, a população global desses países deverá atingir cerca de 71 milhões, cabendo 41 e 27 milhões a Moçambique e Angola, respectivamente. Em comparação, no princípio do século vinte e um, as populações latino-americana e europeia, incluindo a ex-URSS, deverão atingir cerca de 568 e 778 milhões de habitantes, respectivamente.

Mantendo-se o ritmo de crescimento da taxa de alfabetização, assistir-se-á nesses países a um nítido agravamento dos índices actuais, já dramáticos, particularmente à luz do rápido crescimento demográfico.

Face a este cenário, é lógico concluir que, para lá dos critérios quantitativos, o lugar e o valor da língua portuguesa como idioma de comunicação entre as nações e instrumento de elevação do nível cultural e científico dos seus utentes, dependerão fundamentalmente do trabalho qualitativo que for realizado e do investimento que for consentido no sentido de fazer dela um verdadeiro factor de desenvolvimento e de cultura. Será necessário promover uma maior democratização do seu uso, invertendo a tendência de o seu domínio ser muitas vezes ainda o privilégio de minorias.

Significa isto que a sua verdadeira afirmação como língua internacional deve passar pela sua afirmação no plano nacional, como veículo privilegiado de comunicação e de desenvolvimento social e cultural. Esta aposta exigirá uma atenção redobrada ao sector da Educação e a implementação de políticas e programas apropriados em que à actuação decidida das autoridades públicas no quadro de um esforço endógeno, responsabilmente assumido, deverá associar-se a colaboração da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento.

## *6.2. O factor económico*

A existência de disparidades acentuadas entre os membros da comunidade de língua oficial portuguesa em termos de desenvolvimento económico e social coloca o factor económico entre os vectores determinantes do reforço da posição do português no plano internacional.

A democratização do uso da língua e a sua afirmação no plano nacional encontram-se, por sua vez, fortemente condicionadas pela capacidade de resposta ao desafio económico-financeiro inerente a esses objectivos, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento confrontados com crescentes condicionalismos na aplicação de políticas sociais apropriadas. Tanto a aplicação de políticas de ajustamento estrutural como a baixa tendencial dos fluxos da ajuda ao desenvolvimento e o problema da dívida agudizam esta situação, contribuindo para desenhar um quadro sombrio para o futuro desses países no limiar do terceiro milénio.

Como reconhecia Manuel Marim, Comissário Europeu para a Cooperação, numa recente entrevista, "quando os países do Terceiro Mundo fazem um ajustamento macro-económico, ele tem um impacto muito profundo nas camadas mais vulneráveis da população. Podemos estar a sanar efectivamente a economia mas a criar, ao mesmo tempo, as condições objectivas de falta de desenvolvimento político e social".<sup>30</sup>

Na urgente resolução deste dilema existencial a maioria dos países do Sul – e nela só – reside a perspectiva de um desenvolvimento equilibrado, onde haverá espaço para o pleno desabrochar das componentes cultural e linguística.

### 6.3. *O factor regional*

A atracção centrífuga exercida pelo convívio regional constitui um factor de primeiro plano na orientação da vida política, económica e social dos Estados. Este facto é reforçado pelo fenómeno da integração económica regional, que exerce também uma forte influência sobre os comportamentos e as opções dos Estados que a ela aderem.

Uma das características principais da distribuição geográfica dos sete países de língua portuguesa é a sua atomização no espaço e a conseqüente ausência de fronteiras comuns.

Como diz o velho adágio, *escolhem-se os amigos, mas não os vizinhos*.

---

<sup>30</sup> Revista ELO, nº 7, Nov.-Dez. 1991, pp. 27-28.

O peso deste factor é certamente mais sensível nos PALOP que, após um afastamento prolongado do convívio regional, sentiram depois da ascensão à independência a necessidade imperiosa de promover a sua (re)integração no espaço geopolítico, cultural e humano a que pertenciam naturalmente. Tratava-se de uma aposta vital, que tornava inevitável, no mínimo, o uso da(s) língua(s) dos vizinhos.

Manter-se alheio às tendências e correntes dominantes no seio das respectivas sub-regiões, do ponto de vista tanto económico como político-diplomático era um luxo que não se podiam permitir sob pena de perpetuarem o estado de *isolamento* político em que o colonialismo os tinha mergulhado. Assim, pouco surpreende na verdade que a primeira língua diplomática ou de comunicação internacional de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe seja o francês, e de Moçambique o inglês, por serem, entre outras razões, as que predominam nos seus respectivos espaços regionais, no leque dos seus parceiros de desenvolvimento e nas instituições multilaterais. Nesta ordem de ideias, compreensível é também que alguns dos PALOP participem em instituições da Francofonia e da Commonwealth.

#### 6.4. O desafio da comunicação

O exame aprofundado dos factores que condicionam a afirmação da língua como instrumento de comunicação internacional – o caso do português, nomeadamente – levar-nos-ia igualmente a debruçar-nos sobre a questão dos *meios de comunicação*, cuja influência nas relações internacionais dos nossos dias é cada vez mais preponderante.

No caso dos sete países de língua portuguesa, este aspecto afigura-se de primordial importância devido, mais uma vez, à sua grande dispersão geográfica. Neste particular, seria interessante analisar as acções já desenvolvidas em conjunto por esses países com vista a reduzir a distância que os separa.

A formulação pelos "Cinco", em colaboração com o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) da UNESCO, do projecto de criação de uma Escola Inter-Estatal de Jornalismo destinada a formar

profissionais da comunicação social dos PALOP, quis responder a este desafio. O projecto de Estabelecimento de uma Rede Internacional de Telecomunicações entre os "Cinco", submetido igualmente ao PIDC, inscreve-se no mesmo propósito. Este último, cuja implementação desempenharia um papel de primeira importância na comunicação entre os PALOP e entre estes e outros membros da comunidade internacional, incluindo naturalmente Portugal e Brasil, tinha como objectivo estabelecer ligações directas via satélite. Seria de igual modo chamado a reforçar a circulação da informação entre os "Cinco" e favorecer uma maior racionalização na utilização das actividades de tradução, facilitando a circulação das informações na língua comum.

Por outro lado, a colaboração entre as televisões dos sete países de língua oficial portuguesa é hoje uma realidade que convém reforçar ainda mais e alargar aos meios de comunicação social.

## 7. Considerações finais

Perante os diversos condicionalismos a que se fez referência – demográficos, económicos, geográficos e logísticos – valerá realmente a pena *continuar a insistir* na afirmação desta língua comum, sobretudo face às investidas cada vez mais agressivas do que resolvemos chamar de *mega-idiomas* da nossa época?

Se é verdade que só os grandes desafios engendram grandes vitórias, e se, para nós, vitória significa dar passos em frente na conquista do progresso e de uma maior e melhor comunicação entre os membros da comunicação internacional, independentemente da sua identidade cultural e linguística, então justificam-se plenamente a determinação e a tenacidade de que os sete países têm dado provas na preservação e valorização do seu património comum.

Acreditamos, retomando as palavras de um responsável africano de língua portuguesa, pronunciadas na 26ª Conferência Geral da UNESCO, *que o espaço de língua portuguesa, muito mais do que uma simples área linguística ou somatório de*

*regiões, encerra uma realidade cultural multifacetada que a história vem esculpindo de forma muito rica.*

Na arquitectura desse edifício, não se deve perder de vista o gigantismo dos desafios impostos pela dimensão e efeitos das línguas dominantes da nossa época, alicerçadas num crescente e esmagador poderio económico, tecnológico e mediático. Neste combate de David e Golias, há que se encontrar, com realismo e humildade, o justo equilíbrio entre a necessidade de preservar e valorizar a identidade própria e uma atitude consentânea com a realidade ditada pelos fenómenos da interdependência e da mundialização da vida dos povos, a que os membros da comunidade internacional não se podem subtrair sob pena de afastamento das correntes e tendências dominantes da nossa época.

Neste contexto, as afinidades culturais e linguísticas devem desempenhar a função de catalizador de espaços de cooperação, ou seja transformar-se cada vez mais em verdadeiro factor de desenvolvimento. Eis, na verdade, a real aposta a que os sete países de língua portuguesa devem responder.

## **BIBLIOGRAFIA**

Perry Anderson, "Le Portugal et la fin de l'ultra-colonialisme". *Partisans* nº 7, Dez. 1962, Maspero, Paris.

Basil Davidson, *La révolution en Afrique*, Ed. du Seuil, Paris.

*Soronda*, Revista de Estudos Guineenses, nºs 3, 7, 12, INEP, Bissau.

*Colonialismo e Lutas de Libertação, 7 cadernos sobre a guerra colonial*, Apontamentos 74.

Comunicação final de II Encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos "Cinco" e de Portugal, Lisboa, 14-15 de Abril de 1992.

IV Convenção ACP/CEE.

*Relatório intermédio de identificação de um programa regional PALOP/CE*, Janeiro de 1992.

*Carta da OUA.*

Edmond Jouve, *L'Organisation de l'Unité Africaine*, PUF, 1984.

*Resoluções do Bureau Regional para a África da OMS.*

*Rapport intérimaire du Groupe ad hoc du Comité des Ambassadeurs sur la Revision de l'Accord de Georgetown*, doc. ACP/27/036/91 rev. 2, 19 Novembro 1991.

*Rapport Annuel sur l'État de l'Afrique*, Ed. J.A., 1991.

Banque Mondiale, *Rapport Annuel 1991*.

## O ESTADO PÓS-COLONIAL NA ÁFRICA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA\*

*Duas questões se encontram no centro da análise da política contemporânea da África de expressão portuguesa. A primeira é qual é a relação analítica entre a compreensão do Estado africano pós-colonial e a compreensão da política pós-colonial em África. A segunda é em que medida o Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa é historicamente diferente do Estado africano pós-colonial em geral.*

*Patrick CHABAL*

O presente trabalho consta de quatro partes. As primeiras duas contêm uma reflexão sobre as razões por que a história da África Portuguesa e da descolonização portuguesa confinaram-se tão frequentemente a uma discussão das suas especificidades lusófonas.<sup>1</sup> Na terceira parte reconsidero a questão de como estudar melhor o Estado na África de expressão portuguesa pós-colonial. A última secção apresenta uma argumentação mais

---

\* Comunicação apresentada ao Colóquio "O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa", realizado em Bad Homburg (Alemanha) de 4 a 9 de Novembro de 1991.

<sup>1</sup> O termo *lusófono* é utilizado aqui como um estrito equivalente a "de expressão portuguesa". Estou consciente, no entanto, de que alguns (africanos e africanistas) levantam objecções ao uso de *lusófono* no terreno político ou histórico.

geral em favor da reinterpretação da política pós-colonial em África.

## A história da África Portuguesa

Por razões que têm muito a ver com a história de Portugal em África, os africanistas tenderam a considerar a África de expressão portuguesa de maneira diferente do resto do continente.<sup>2</sup> Isto teve sérias consequências para o estudo da África Lusófona, consequências que, na minha opinião, tiveram um profundo impacto na interpretação do Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa.

Três ordens de razões levaram os historiadores a centrar-se na singularidade da África de expressão portuguesa. A primeira tem a ver com a própria história de Portugal; a segunda, com a história do domínio colonial, e a terceira com a história da descolonização portuguesa.

Já desde os meados do século dezanove, e certamente desde a altura da Conferência de Berlim, os portugueses consideravam que a sua "missão" em África era diferente daquela das outras potências coloniais e, simultaneamente, que o resto da Europa não compreendia quão diferente esta "missão" era. Do ponto de vista português, este grave erro é talvez bem simbolizado nos primeiros anos do domínio colonial pelo Ultimato britânico de 1890 e nos últimos anos pela recusa das Nações Unidas em admitir Portugal devido à sua posição nas suas "províncias ultramarinas".<sup>3</sup>

Da perspectiva das outras potências europeias, este sentido da diferença portuguesa revela-se, por exemplo, através da história dos "escândalos" do trabalho forçado na África Lusófona e de uma percepção generalizada de que a administração colonial portuguesa era totalmente deficiente.<sup>4</sup> Finalmente, quer os portugueses quer os seus rivais europeus consideravam (de perspec-

---

<sup>2</sup> A melhor introdução geral à África Portuguesa continua a ser *Portugal in Africa*, da autoria de M. Newitt (Londres, 1981).

<sup>3</sup> É instrutivo ler o que Oliveira Martins tem a dizer sobre as colónias africanas de Portugal em *Brasil e as Colónias Portuguesas*.

<sup>4</sup> Ver H. Nevinson, *A Modern Slavery* (Londres, 1906).

tivas morais opostas) que o grau de miscigenação na África Portuguesa era um símbolo das diferenças de natureza do seu domínio colonial.<sup>5</sup>

Evidentemente, a história de Portugal desde o séc. XIX, mas particularmente desde o fim da República em 1926, oferece boas razões para considerar o domínio colonial português de forma diferente. O atraso económico de Portugal, a sua dependência do mercantilismo, o seu desenvolvimento industrial extremamente lento, etc., tudo tornava inevitável que Portugal não tivesse a inclinação nem os recursos para "explorar" o seu império africano como as outras potências coloniais.<sup>6</sup> Portugal, cuja presença em África remonta ao séc. XV, nunca poderia aceitar que os critérios para a ocupação colonial "efectiva" aprovados na Conferência de Berlim reflectissem as realidades da presença portuguesa em África.<sup>7</sup> Em contrapartida, os rivais coloniais de Portugal consideravam a reivindicação portuguesa da sua relação "especial" com África como uma cortina de fumo destinada a ocultar ambições coloniais desmedidas e realizações coloniais deficientes.

Enquanto no tempo da República (1910-26) Portugal procurara em grande medida gerir o seu império colonial segundo as linhas seguidas pelas outras potências coloniais<sup>8</sup>, a partir de 1926 isolou-se do resto do mundo e estabeleceu uma política colonial estritamente concordante com a estreita visão que o Estado Novo tinha da sua missão imperial.<sup>9</sup> Depois da Segunda Guerra Mundial e especialmente após o começo da descolonização de África (a partir de meados dos anos cinquenta), as políticas coloniais de Salazar na África Portuguesa pareciam orientar-se completamente à revelia das do resto do continente.<sup>10</sup> Não sur-

---

<sup>5</sup> Para uma análise da ideologia e as realidades da miscigenação numa colónia, ver G. Bender, *Angola under the Portuguese* (Londres, 1978).

<sup>6</sup> Sobre a natureza do imperialismo português, ver Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire* (Manchester, 1985) e A. Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX* (Lisboa, 1973).

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Marquês do Lavradio, *Portugal em Africa depois de 1851* (Lisboa, 1936).

<sup>8</sup> Isto é: o estabelecimento de uma infraestrutura e de uma administração modernas, a "exploração" económica racional das colónias, etc.

<sup>9</sup> A extrema centralização da tomada de decisões, o estabelecimento de uma zona económica portuguesa, o uso das colónias como reservas de mão-de-obra, etc. Ver Clarence-Smith, *op. cit.*

<sup>10</sup> Sobre as políticas económicas coloniais de Salazar, ver Clarence-Smith, *op. cit.* Sobre Salazar ver H. Kay, *Salazar and Modern Portugal* (Londres, 1970), um livro menos do que satisfatório.

preende, portanto, que a história da África Portuguesa a partir dos anos vinte tenha sido muitas vezes distinta da do resto da África colonial.

No entanto, talvez a aparente singularidade da África Portuguesa tornou-se menos manifesta nos anos da descolonização. Embora desde os anos cinquenta a Inglaterra e a França (a Bélgica e a Espanha ainda não) se preparassem para a transferência do poder aos seus súbditos africanos, Portugal considerava que as suas colónias africanas eram e continuariam a ser sempre "províncias" ultramarinas, partes integrantes da mãe-pátria. Esta política, ditada pelas opiniões de um velho tirano, não foi abalada nem pela experiência francesa na Argélia nem pela dos belgas no Congo. Foi preciso uma década de guerras coloniais, o colapso da ditadura e o regresso da democracia a Lisboa para que a África Portuguesa fosse libertada. Novamente aqui, este processo de descolonização singularmente violento diferenciou as colónias portuguesas do resto de África.

Além disso, o clima intelectual e repressivo do Estado Novo impossibilitou o desenvolvimento de qualquer história portuguesa séria de Portugal (quer metropolitano quer ultramarino).<sup>11</sup> Do mesmo modo, tornou-se impossível o acesso dos estudiosos não portugueses ao tipo de fontes históricas que estes podiam usar para o estudo dos impérios britânico e francês. Não só era difícil para os historiadores estudar a África Portuguesa *per se*, como também a ausência de qualquer história aceitável do Portugal metropolitano significou que aqueles que queriam compreender a África Lusófona tivessem primeiro que escrever essa história eles próprios.<sup>12</sup>

Como resultado disso, os historiadores da África Portuguesa tendiam a ser especialistas lusófonos, por força mais inclinados a se concentrarem nas singularidades da sua área de estudo do que a compararem a África Portuguesa com o resto da África colonial. Ademais, poucos historiadores da África colonial (britânica, francesa ou belga) possuíam um conhecimento sólido da África Portuguesa, reduzindo assim ainda mais a possibilidade de uma história colonial comparada. Se a isto se acrescentar o facto de

---

<sup>11</sup> A melhor destas histórias antes de 1974 é *History of Portugal*, de A.H. Oliveira Marques (Nova Iorque, 1972).

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, J. Duffy, *Portuguese Africa* (Cambridge, Mass., 1959).

geralmente a história colonial ter-se centrado mais na história do poder colonial em África do que na história dos africanos sob o domínio colonial, torna-se claro porque o nosso conhecimento da "África" Portuguesa tem sido extremamente limitado.

Seja qual for a sua experiência, abordagem ou perspectiva ideológica, os analistas dos cinco países africanos lusófonos tiveram que basear-se em grande medida nas histórias da África Portuguesa colonial existentes. Também sentiram a necessidade de reexaminar a história de Portugal, a fim de determinar a relevância da história colonial portuguesa para a análise da África de expressão portuguesa pós-colonial. Também eles, portanto, tenderam a considerar estes países da perspectiva das suas diferenças em relação ao resto da África independente.<sup>13</sup>

Não pretendo suster aqui que a África Portuguesa não era de muitas maneiras singular, nem que o estudo destas singularidades não é importante. Trata-se sobretudo de que o foco nestas singularidades muitas vezes tem resultado ser às expensas da compreensão das realidades da experiência africana portuguesa pós-colonial. Antes de desenvolver mais este argumento, no entanto, gostaria de aflorar brevemente as razões por que a análise da descolonização portuguesa tendeu mais para afastar o estudo da África Lusófona de uma perspectiva africana comparativa.

## **O estudo da descolonização da África Portuguesa**

Existe uma série de razões históricas e conceptuais pelas quais a descolonização portuguesa tendeu a ser vista de uma maneira especial. A primeira delas, e talvez a mais importante, é que teve lugar pelo menos uma década e meia depois das descolonizações francesa e inglesa. Nessa altura, quer os africanos quer os africanistas tinham uma percepção diferente das realidades das independências africanas. A descolonização portuguesa aconteceu à revelia da experiência de uma tentativa de compreensão dos crescentes problemas da África pós-colonial. Isto influenciou a análise da descolonização portuguesa, bem

---

<sup>13</sup> Embora, para sermos justos, Newitt (que a este respeito constitui de algum modo uma excepção) defenda implicitamente uma perspectiva mais comparativa.

como as expectativas acerca daquilo que a África Lusófona pós-colonial podia ou não ser.

Em segundo lugar, a descolonização foi conseguida mediante uma luta de libertação nacional – assumindo a forma de uma guerra de guerrilhas em três das cinco colônias portuguesas.<sup>14</sup> Embora tenha havido na Argélia um precedente dessa luta nacionalista e na África Negra exemplos de violência nacionalista (e.g., Camarões, Quênia, Congo), a experiência lusófona de luta armada era essencialmente nova.<sup>15</sup> Como tal, exigia uma análise diferente do processo de descolonização. Assim, atraiu a atenção de uma série de observadores com maior interesse no processo da luta armada do que na história africana.

Em terceiro lugar, a descolonização dos territórios portugueses foi de mão-dada com a adesão aparentemente unânime dos nacionalistas ao "socialismo" pós-colonial. Na realidade, os cinco regimes lusófonos começaram a estabelecer aquilo que eles consideravam ser um Estado "socialista" imediatamente depois da independência. Esta política de "transição para o socialismo" teve lugar à revelia dos antecedentes de uma África onde a primeira vaga de experiências "socialistas" se reconhecia ter falhado.<sup>16</sup> Também ocorreu numa época em que por toda a parte o socialismo estava a entrar numa crise da qual, sabemos-lo agora, nunca viria a sair. Por isso, e porque a África de expressão portuguesa tinha atingido a independência através de "guerras populares", era considerada como a última grande esperança de "socialismo".<sup>17</sup> Como tal, o seu desenvolvimento pós-colonial atraiu a atenção de alguns analistas mais interessados no destino do socialismo do que no destino de África.

Finalmente, a descolonização da África Portuguesa veio a estar ligada intimamente com a queda da ditadura no Portugal metropolitano. Não há dúvida que o ímpeto para o golpe que de-

---

<sup>14</sup> Ver P. Chabal, "People's War, State Formation and Revolution in Africa: A Comparative Analysis of Angola, Guinea-Bissau and Mozambique", in N. Kasfir (ed.), *State and Class in Africa* (Londres, 1984).

<sup>15</sup> Um livro particularmente bom sobre um destes casos é *Radical Nationalism in Cameroun*, de R. Joseph (Oxford, 1977).

<sup>16</sup> Sobre a primeira vaga de "socialismo", ver C. Rosberg e T. Callaghy (eds.), *Socialism in Sub-Saharan Africa* (Berkeley, 1979).

<sup>17</sup> Para uma análise do conceito de guerra popular, ver P. Chabal, *Amílcar Cabral* (Cambridge, 1983).

pôs o regime Salazar-Caetano e a sua orientação política deveram muito ao envolvimento dos militares nas guerras nacionalistas africanas.<sup>18</sup> A partir daí, a história da marcha de Portugal para a democracia está indissolivelmente ligada à da descolonização do seu império colonial.<sup>19</sup> Como consequência disso, a descolonização portuguesa atraiu a atenção de historiadores mais interessados na história portuguesa do que na história africana.

Por todas estas razões, a história da descolonização das colónias portuguesas muitas vezes tem sido escrita de uma perspectiva que tem menos a ver com África do que com factores históricos, políticos, intelectuais ou ideológicos externos. E, ao meu ver, em muito maior medida do que a história da descolonização do resto da África Negra. Assim, vemos aqui novamente que uma forte combinação de factores históricos levou-nos a olhar para estes cinco países mais a partir da premissa das suas singularidades do que da sua história comum como colónias africanas a sofrerem uma difícil transição pós-colonial.

Embora todos os factores antes mencionados sejam importantes, gostaria particularmente de analisar aqui a importação da perspectiva conceptual "socialista" sobre a África Lusófona, porque parece-me ser o factor analítico que mais influenciou a análise do seu Estado pós-colonial.<sup>20</sup> O efeito aparentemente socializante das guerras nacionalistas em Angola, Guiné e Moçambique, combinado com o facto de os cinco países lusófonos parecerem concretizar a sua intenção de estabelecer o "socialismo" após a independência, determinou fortemente a interpretação do carácter e da evolução do seu destino pós-colonial. Na realidade, virtualmente impôs uma abordagem analítica que não só tomou como um dado adquirido a realidade do "socialismo", como pressupôs a factibilidade de uma "transição para o socialismo" na África de expressão portuguesa.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Para uma história do Portugal desse período, ver R. Robinson, *Contemporary Portugal* (Londres, 1979).

<sup>19</sup> Tal como a guerra de libertação nacional argelina está ligada à transição da Quarta para a Quinta República em França.

<sup>20</sup> Análise mais pormenorizadamente esta abordagem conceptual em *Power in Africa* (Londres, 1992), Cap. I, Secção 4.

<sup>21</sup> Ver, como exemplo desta abordagem, J. Mittelman, *Underdevelopment and the Transition to Socialism* (Nova Iorque, 1981).

Essa abordagem era constituída por duas partes. A primeira considerava os países de expressão portuguesa da perspectiva daqueles outros países (União Soviética, China, Vietname, Cuba, etc.) onde a luta nacionalista e a revolução se combinaram para produzir uma nova ordem "socialista". A segunda deduzia a viabilidade da "transição para o socialismo" da natureza da guerra nacionalista. Isto é, estabelecia uma relação histórica causal entre o desenvolvimento das guerras populares que proclamavam uma ideologia "socialista" nas ex-colónias portuguesas e a construção de uma ordem pós-colonial "socialista".<sup>22</sup>

Embora ambas as abordagens tivessem fortes raízes históricas e ideológicas, nenhuma delas conseguiu assentar a sua respectiva análise nas realidades da África colonial e pós-colonial do séc. XX. Em lugar de estudar o processo pelo qual estas guerras populares foram adaptadas (com maior ou menor sucesso) ao contexto africano, leram nelas um significado causal necessariamente revolucionário. Uma vez que as guerras nacionalistas da África Portuguesa tinham, como guerras populares, fortes ressonâncias daquelas da China, do Vietname, etc., foram tomadas como necessariamente prenes de um futuro "socialista". Julgou-se que elas pressagiavam uma "transição para o socialismo" não apenas em Angola, Guiné e Moçambique, mas também em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, dois países doutro modo totalmente diferentes histórica, social, económica, política e culturalmente.

É verdade que o processo das guerras populares lusófonas era em grande medida novo na África Negra e que de facto influenciou guerras populares noutros sítios. Todavia, o contexto em que elas tiveram lugar tornava improvável que engendrassem revoluções verdadeiras (por oposição a guerras "meramente" nacionalistas). Como já escrevi noutro lugar, não havia razões históricas, estruturais ou sócio-económicas para esperar na África Negra (excepto talvez na "feudal" Etiópia) revoluções nos moldes das revoluções clássicas (França, União Soviética, China ou mesmo Vietname).<sup>23</sup> Assim, foi sempre altamente improvável que as guerras nacionalistas lusófonas dessem lugar a qualquer

---

<sup>22</sup> Ver a este respeito o meu trabalho "People's War, State Formation and Revolution in Africa", op. cit.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

"transição para o socialismo", e muito menos do modelo soviético, chinês, vietnamita ou mesmo cubano.

Concluindo, portanto, o estudo da descolonização portuguesa reforçou ainda mais, embora por razões diferentes, a análise da África de expressão portuguesa do ponto de vista das suas especificidades. O facto de, no conjunto, os historiadores da África Portuguesa, os estudiosos das guerras populares lusófonas e os analistas da "transição para o socialismo" pós-colonial trabalharem a partir de perspectivas totalmente diferentes, reduziu as oportunidades de um diálogo analítico significativo e conduziu a uma excessiva compartimentação. De facto, é surpreendente a pouca continuidade que existe no estudo da África Lusófona colonial e pós-colonial. Também é surpreendente o pouco diálogo analítico que tem havido entre os estudiosos da África Lusófona e da África Francófona/Anglófona.

### **O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa**

Gostaria agora de postular uma abordagem diferente do estudo da África de expressão portuguesa. Em lugar de considerar o Estado lusófono pós-colonial de uma perspectiva lusófona, devemos ver a evolução da política na África de expressão portuguesa da perspectiva da evolução da política na África pós-colonial em geral. Deste ponto de vista, quais são as características do Estado pós-colonial na África Lusófona em relação àquelas do resto de África? Existem bases para pensar que o Estado na África de expressão portuguesa é de algum modo fundamentalmente diferente do Estado pós-colonial noutros sítios? Qual é, finalmente, a relação analítica entre compreender o Estado pós-colonial e explicar a política pós-colonial na África de expressão portuguesa?<sup>24</sup>

Se aceitarmos que é analiticamente fértil considerar o Estado pós-colonial na África Negra de uma perspectiva comparativa, devemos encontrar uma maneira de ligar o desenvolvimento da

---

<sup>24</sup> Aqui recorro à minha análise geral sobre o Estado pós-colonial em *Power in Africa*, Cap. 4.

experiência pós-colonial lusófona com a do resto de África.<sup>25</sup> Embora nos anos imediatamente a seguir à independência das colónias portuguesas parecesse que estas seguiriam uma senda diferente, já passou o tempo suficiente para ver que não foi assim. Hoje em dia, decorridos uns bons quinze anos após a descolonização portuguesa, é evidente que, sejam quais forem as especificidades coloniais da África Lusófona, a evolução da sua política pós-colonial corresponde a um padrão identificável.

Também temos que começar a reconhecer que, apesar de um passado colonial comum, existem diferenças extremamente importantes entre a história pós-colonial dos cinco países africanos lusófonos – diferenças que são analiticamente significativas. O mais útil é dividir estes países em três grupos. O primeiro é o de Cabo Verde e São Tomé, países que em muitos aspectos cruciais são melhor entendidos como sociedades crioulas (como as do Caribe) do que como africanas.<sup>26</sup>

O segundo é constituído pela Guiné-Bissau, um pequeno país da África Ocidental cuja história é comparada melhor com a das sociedades vizinhas (do Senegal, da Guiné-Conakry e da Gâmbia).<sup>27</sup>

Estão finalmente Angola e Moçambique, os gigantes do Sul de África, cuja evolução política seguiu dalgum modo caminhos paralelos<sup>28</sup> mas que são países que de facto são comparados de maneira mais útil com os seus vizinhos imediatos: Zaire, Zâmbia, Zimbabwé ou Tanzânia.<sup>29</sup>

Mesmo a este nível de generalidade, torna-se imediatamente evidente quão artificial é a análise que consiste em considerar conjuntamente estes cinco países lusófonos. O facto de todos eles partilharem uma herança colonial portuguesa e de todos eles

---

<sup>25</sup> Uma das análises comparativas mais úteis do Estado pós-colonial até agora é *L'État en Afrique* (Paris, 1989), da autoria de J.F. Bayart.

<sup>26</sup> Sobre Cabo Verde ver, *inter alia*, C. Foy, *Cape Verde* (Londres, 1988); sobre São Tomé e Príncipe, M. Newitt e T. Hodges, *São Tomé e Príncipe* (Londres, 1990).

<sup>27</sup> Ver, *inter alia*, R. Galli e J. Jones, *Guinea-Bissau* (Londres, 1987).

<sup>28</sup> Nem que seja apenas por causa do seu envolvimento em conflitos civis estimulados, no todo ou em parte, pela África do Sul.

<sup>29</sup> Não existe um livro satisfatório sobre a Angola contemporânea. O estudo de maior utilidade sobre a Angola colonial é *Social Change in Angola* (Munique, 1973), de F.W. Heimer. O relatório factual mais útil sobre a Angola actual afigura-se ser *Angola to the 1990s*, de T. Hodges (Economist Intelligence Unit, Londres, 1987). Sobre Moçambique ver, *inter alia*, J. Hanlon, *Mozambique: The Revolution under Fire* (Londres, 1984).

terem caminhado para a independência aderindo a alguma forma de "socialismo" constitui uma base demasiadamente fraca para fazer generalizações.<sup>30</sup> Mas há mais, porque a própria história colonial destas cinco sociedades é suficientemente diferente para invalidar qualquer generalização sobre as semelhanças das conseqüências do domínio colonial.

Cabo Verde foi sempre à parte, considerado pelos portugueses como um caso especial e governado em concordância com isso. São Tomé e Príncipe era dalgum modo uma sociedade fechada, evoluindo de acordo com a ascensão e queda da sua economia de plantação. A Guiné foi sempre um açude português, considerada sobretudo como o parente pobre das colónias (francesas e inglesas) da África Ocidental. Só Angola e Moçambique têm muitos traços comuns, das comunidades crioulas e mestiças às colónias de povoamento. Mesmo aqui, no entanto, não é difícil mostrar que em muitos aspectos importantes (companhias concessionárias, políticas laborais, presença de indianos) Moçambique é um caso à parte. Parece-me claro, portanto, que dadas estas diferenças, não há muito lugar para procurar grandes semelhanças no desenvolvimento pós-colonial do Estado nos cinco países lusófonos.<sup>31</sup>

Além disso, considero que existe uma razão histórica mais fundamental pela qual é mais produtivo estudar a evolução do Estado pós-colonial de uma perspectiva "africana" do que colonial. Tentarei ser um pouco mais claro. Uma das lições mais significativas que agora podemos extrair da análise da política africana pós-colonial é a importância do processo que eu designo (de maneira deliberadamente controversa) por *africanização política*.<sup>32</sup> Por africanização política entendo "todo processo importante através do qual o legado político – as ideias, práticas e instituições – do governo colonial e da colonização foi assimilado, transformado e reapropriado por África".<sup>33</sup> Por muito significativas que possam ter sido as diferenças entre as diversas

---

<sup>30</sup> Como é evidenciado num livro como o de D. e M. Ottaway, *Afrocommunism* (Nova Iorque, 1981).

<sup>31</sup> A este respeito, o debate entre Carlos Lopes e Lars Rudebeck sobre a Guiné-Bissau é muito esclarecedor. Ver C. Lopes e L. Rudebeck, *The Socialist Ideal in Africa: a Debate* (Uppsala, 1988).

<sup>32</sup> Ver o meu capítulo sobre africanização política em *Power in Africa*, Cap. 12.

<sup>33</sup> Chabal, *Power in Africa*, p. 198.

formas de governo colonial, o resultado da africanização política é um processo no qual a sedimentação da política pós-colonial segue linhas semelhantes nas diversas partes de África.<sup>34</sup>

Se isto for assim, então segue-se daí que a natureza do legado colonial é menos importante do que as maneiras como ele é africanizado depois da independência. Também segue-se daí que para compreender a política pós-colonial africana precisamos compreender a natureza das ligações existentes entre a sua história política pré-colonial, colonial e pós-colonial.<sup>35</sup>

À medida que o tempo passa, à medida que o período pós-colonial aumenta e as sociedades africanas recuperam o seu passado e evoluem de acordo com continuidades que as ligam às suas raízes do período pré-colonial, a significação do legado colonial adquire perspectiva. Ao longo do tempo, o processo de africanização política vai moldando as estruturas políticas estabelecidas na independência de acordo com as contingências e ritmos da relação entre o Estado e a sociedade. As disposições constitucionais e as proclamações ideológicas são adaptadas às realidades da política e da economia pós-colonial e transformadas por elas. À medida que isto acontece, as aparentes semelhanças entre a política pós-colonial dos cinco países africanos desaparecem, revelando divergências na sua evolução política que são melhor explicadas em termos da sua história (colonial, pré-colonial e pós-colonial).

Talvez um par de exemplos mostre melhor o que quero dizer. Primeiro, poder-se-ia esperar que a comparação do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau e em Cabo Verde oferecesse grandes semelhanças. Os dois países partilharam o mesmo movimento de libertação nacional, o PAIGC<sup>36</sup>, no qual lutaram juntos nacionalistas caboverdianos e guineenses. Na altura da independência, estabeleceram um Estado unipartidário bicéfalo no qual ambos os países estavam estreitamente ligados política e mesmo economicamente.<sup>37</sup> Os dois países partilhavam o mesmo

---

<sup>34</sup> Para um maior desenvolvimento deste argumento, ver *Power in Africa*, Cap. 12.

<sup>35</sup> A necessidade de estudar a natureza destas ligações é um dos temas centrais de *Power in Africa*.

<sup>36</sup> Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

<sup>37</sup> Os membros caboverdianos do PAIGC eram (e alguns deles continuam a sê-lo apesar do golpe de 1980) membros influentes do governo da Guiné-Bissau.

passado colonial e nacionalista e a mesma perspectiva ideológica. O partido comum, o PAIGC, devia promover uma maior integração entre os dois países. Todavia, poucos anos depois as ligações entre ambos romperam-se e cada um deles tomou um caminho diferente.<sup>38</sup> Muito rapidamente, tornou-se evidente que o (relativo) sucesso de Cabo Verde na gestão da sua herança colonial e na ultrapassagem das graves desvantagens pós-coloniais não se repetiria na Guiné-Bissau. Porquê?

Com a perspectiva que dá o decorrer do tempo, é fácil dizer que Cabo Verde e Guiné-Bissau eram muito diferentes, que a união não era viável e que havia poucas hipóteses de que os seus respectivos desenvolvimentos pós-coloniais fossem semelhantes. No entanto, centrar a atenção no Estado pós-colonial fornece muito poucas bases para explicar porque as divergências foram tão grandes. De facto, isso prejudica a análise dos factores que mais plausivelmente explicam estas divergências políticas. Em lugar disso, eu postularia que a compreensão da evolução da política estatal de Cabo Verde e Guiné-Bissau pressupõe em primeiro lugar a compreensão da relação entre a política pós-colonial destes dois países e a sua respectiva história colonial e mesmo pré-colonial.

Segundo, uma análise do significado político da UNITA e da Renamo em, respectivamente, Angola e Moçambique, de uma perspectiva estatal, pode sugerir importantes semelhanças.<sup>39</sup> Ambos os movimentos são "anti-socialistas", "anti-mestiço", "de orientação negra" e enraizados em estruturas sócio-políticas "tradicionais". Ambos têm utilizado a violência em grande escala, ambos contribuíram para o colapso da economia dos seus respectivos países e ambos procuraram sistematicamente destruir as infraestruturas e os sinais exteriores do poder estatal. Ambos, finalmente, têm sido apoiados pela África do Sul e têm servido amplamente aos desígnios desta na região Sul de África. Todavia, julgo que uma análise nestes termos não revela mas obscurece a

---

<sup>38</sup> Para uma análise dos acontecimentos que levaram à ruptura entre os dois países e em particular do golpe de Novembro de 1980 em Bissau, ver a minha série de artigos em *West Africa*, 15 Dezembro 1980, 2554-6; 22/29 Dezembro 1980, 2593-4 e 12 Janeiro 1981, 62-3.

<sup>39</sup> Sobre a UNITA, ver F. Bridgland, *Jonas Savimbi* (Edimburgo, 1988); sobre a Renamo, ver A. Vines, *Renamo: Terrorism in Mozambique* (Londres, 1991).

gênese e a importância da UNITA e da Renamo na política pós-colonial de Angola e Moçambique.

Hoje em dia, quando as negociações de paz nos dois países estão em vias de dar frutos, pode parecer óbvio quão diferentes a UNITA e a Renamo são. No entanto, não muito tempo atrás havia quase unanimidade na análise política destes dois movimentos como sendo *bandidos armados*, empenhados na destruição sistemática do Estado pós-colonial. De facto, eu diria que, por cima e para além das óbvias semelhanças existentes entre alguns dos meios empregados pela UNITA e pela Renamo, estes dois movimentos têm tido pouco em comum. Mais uma vez, para compreendê-los verdadeiramente é necessário relacionar a evolução da política pós-colonial de Angola e Moçambique com os seus antecedentes coloniais e pré-coloniais, que são extremamente diferentes.

Não posso analisar aqui a UNITA e a Renamo em pormenor, mas o livro de Geffray *La cause des armes au Mozambique*<sup>40</sup> fornece, na minha opinião, a análise mais convincente de um movimento como a Renamo. Também oferece um dos melhores exemplos existentes até agora da nova abordagem da análise da política pós-colonial que defendo em *Power in Africa*. Por último, mostra concretamente porque se atinge melhor uma compreensão do Estado pós-colonial na África (Lusófona) através da análise da sua relação com a sociedade (civil). A seguir farei uma discussão mais geral da política contemporânea em África.

## O Estado na África pós-colonial

Actualmente não é difícil ver que aquilo que nos últimos vinte a trinta anos passou por ser uma análise da política africana foi em grande medida uma análise do Estado na África pós-colonial. Existem, naturalmente, boas razões históricas para isso. Em primeiro lugar, a descolonização estava intimamente relacionada com a construção de um Estado pós-colonial cujo controle seria assumido com a independência.

---

<sup>40</sup> (Karthala, Paris, 1990). Não existe um estudo equivalente da UNITA.

Em segundo lugar, o Estado pós-colonial substituiu o Estado colonial, um Estado visivelmente forte e intervencionista que fora claramente o actor principal da política colonial.

Em terceiro lugar, reconhecia-se que o Estado tinha sido fundamental na construção da nação-Estado europeia moderna e as realidades de África independente determinavam que seria o Estado pós-colonial que criaria a nação-Estado africana.<sup>41</sup> Finalmente, concebia-se o Estado europeu posterior à Segunda Guerra Mundial como sendo dominante política e economicamente, reforçando assim a então amplamente popular noção "socialista" de Estado forte.

Embora seja fácil ver porque os africanistas tendiam inicialmente a estudar a política estatal,<sup>42</sup> já é mais difícil compreender porque durante tanto tempo persistiram em crer que o Estado africano pós-colonial evoluiria como os Estados noutras partes do mundo. O Estado pós-colonial, é verdade, era normalmente construído sobre o modelo de um dos Estados europeus. Todavia, a evolução extremamente divergente dos diversos Estados europeus deveria ter alertado os africanistas de que era improvável que o Estado pós-colonial africano seguisse qualquer precedente reconhecível. Ademais, as causas dessa divergência na Europa eram de ordem a sugerir que era a relação entre Estado e sociedade, e não as estruturas constitucionais, que determinava o destino da nação-Estado moderna.

Em termos retrospectivos pode-se ver que os africanistas perderam demasiado tempo a crer que as contingências do Estado pós-colonial africano "explicavam" a política africana. A este respeito é estranho que os estudiosos dos países africanos de expressão portuguesa – que só se tornaram independentes uns quinze anos depois das colónias francesas e inglesas – tivessem repetido tão prontamente os erros daqueles que tinham analisado o destino político da África de expressão francesa e inglesa nos primeiros anos da independência. É estranho, de facto, porque foi precisamente no fim dos anos setenta que estes últimos

---

<sup>41</sup> Sobre a construção da nação-Estado africana, ver *Power in Africa*, Cap. 7.

<sup>42</sup> As tradições analíticas liberais e marxistas estavam habituadas a centrar a atenção na natureza e no papel do Estado na política nacional. Além disso, os dados necessários à análise política do Estado africano pós-colonial eram relativamente abundantes e fáceis de localizar. A política estatal era visível e o discurso do Estado era simultaneamente volúvel e compreensível.

começaram a sugerir outras interpretações do Estado africano pós-colonial.<sup>43</sup>

Já expliquei noutro sítio porque considero que o Estado pós-colonial africano, embora hiper-desenvolvido, hegemónico e omnipresente, é de facto simultaneamente suave e sobre-alargado.<sup>44</sup> A sua natureza violenta e repressiva é mais propriamente o reflexo da sua fraqueza política do que da sua força.<sup>45</sup> Mais importante ainda, argumentei mais ou menos extensamente que para compreender o Estado africano pós-colonial é necessário compreender as múltiplas e complexas maneiras como a ordem política pós-colonial se africanizou (politicamente) desde a independência.<sup>46</sup> Com isso quero dizer que é mais útil conceptualizar o Estado africano hoje como um Estado africanizado do que continuar a considerar a sua evolução, a partir de um Estado europeu teórico, como deliquescente ou patológica.

Retomando o que escrevi em *Power in Africa*, eu sustentaria aqui que até agora os africanistas inverteram grandemente as causalidades políticas entre Estado e sociedade na África pós-colonial. A evolução do Estado pós-colonial é mais o processo pelo qual a sociedade (civil) reafirmou o controle da ordem política através do Estado do que simplesmente o processo pelo qual os detentores do poder do Estado afirmaram os seus poderes hegemónicos.<sup>47</sup>

A interpretação da relação entre Estado e sociedade na África pós-colonial passou pelo menos por três fases. A primeira consistia em julgar que o Estado pós-colonial era todo-poderoso e possuía as chaves para o "desenvolvimento" das novas nações-Estado africanas. A segunda considerava a "crise" política e económica que se abateu sobre África como consequência do colapso do Estado pós-colonial – entendendo-se por isso tanto os seus excessos repressivos como a negligência no cumprimento

---

<sup>43</sup> Ver aqui, para uma primeira manifestação de uma abordagem diferente, J.-F. Bayart, "La Politique par le bas en Afrique noire", *Politique Africaine*, 1 (1981).

<sup>44</sup> P. Chabal, *Power in Africa*, Cap. 4.

<sup>45</sup> P. Chabal, "Pouvoir et violence en Afrique postcoloniale", *Politique Africaine*, 42 (1991).

<sup>46</sup> P. Chabal, *Power in Africa*, Cap. 12.

<sup>47</sup> Sobre a sociedade civil, ver *Power in Africa*, Cap. 5; sobre o impulso hegemónico, ver Cap. 13.

dos seus deveres. A última interpretação do manifesto fracasso do Estado atribui-o à "vingança" da sociedade (civil) africana.<sup>48</sup>

Esta última interpretação representa um avanço analítico importante em relação às outras duas porque sugere que a evolução do Estado só pode ser compreendida na sua relação com a sociedade. O Estado pós-colonial africano de facto modificou-se e transformou-se no processo de mudança permanente através do qual procurou assegurar a hegemonia política e económica sobre a sociedade (civil). Mas as dicotomias entre o Estado e a sociedade (civil) e a aguda concorrência política entre ambos podem ser, e têm sido, sobrestimadas.

Em *Power in Africa* sustento que tanto a capacidade de recuperação como as deficiências do Estado pós-colonial explicam-se melhor pela natureza das complexas ligações que, mais do que simplesmente oporem, unem o Estado e a sociedade (civil).<sup>49</sup> Enquanto ao nível macro-analítico faz algum sentido considerar que o Estado e a sociedade civil são motivados por impulsos hegemónicos concorrentes, ao micro-nível existem fortes complicitades entre os indivíduos do Estado e da sociedade civil. Isto é, as redes clientelistas, patrimoniais e de prebendas que ligam os indivíduos do Estado e da sociedade (civil) são tão numerosas e extensas que garantem a manutenção de um sistema político no qual o Estado é superior à sociedade civil apenas enquanto for colonizado por ela.

Após a relação entre a sociedade (civil) e o Estado ser recolocada desta maneira, torna-se mais fácil compreender a grande capacidade de sobrevivência do Estado africano contemporâneo. Na África pós-colonial então, o Estado está de facto no centro da política porque é simultaneamente o principal agente da construção e manutenção da nação-Estado e o objecto principal do impulso hegemónico. No entanto, por muito central e por muito hegemonicamente bem sucedido (para aqueles que têm acesso às suas diversas redes) que o Estado pós-colonial possa ser, o seu poder de agir sobre a sociedade está seriamente circunscrito. Dado que o Estado sobrevive apenas enquanto for colonizado, apropriado pela sociedade (civil), a sua capacidade

---

<sup>48</sup> Ver J-F. Bayart, "La revanche des sociétés africaines". *Politique Africaine*, 11 (1983).

<sup>49</sup> P. Chabal, *Power in Africa*, Cap. 13.

para mudar essa mesma sociedade através de uma "engenharia" social e económica é extremamente limitada.

Na África pós-colonial, portanto, é muito ilusório considerar o Estado como o agente para o desenvolvimento económico (socialista ou capitalista). Enquanto, por exemplo, no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente o Estado moderno tem sido de facto responsável por notáveis taxas de crescimento económico, em África o Estado pós-colonial tem sido o principal instrumento de impulso hegemónico (individual e colectivo).

Assim, ele tem permitido aos detentores do poder estatal e a todos aqueles que lhes estão ligados através das múltiplas redes do Estado, terem acesso aos recursos apropriados por e através do Estado. Estes recursos têm sido utilizados para fins que no conjunto têm sido prejudiciais ao crescimento e desenvolvimento económicos: câmbio, consumo ou acumulação em lugar de investimento e produção.<sup>50</sup> Deste modo, a noção de que o Estado pós-colonial lusófono poderia dar lugar a uma "transição para o socialismo" nunca foi seriamente plausível.

## Conclusão

Se esta argumentação for correcta, significa que a nossa compreensão do Estado na África de expressão portuguesa pós-colonial está ainda na sua infância. Temos insistido em considerá-lo como um Estado africano "lusófono" específico com semelhanças entre os cinco países que são em grande medida produto da nossa imaginação. Fomos cegados pela noção da supremacia putativa do Estado pós-colonial poderoso, voluntarista e "socialista", capaz de agir sobre a sociedade e reformá-la de maneiras que não conseguiram materializar-se em nenhum outro lugar da África pós-colonial. Consequentemente, tendíamos a atribuir os manifestos fracassos do Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa a factores exógenos (*e.g.*, África do Sul, FMI, a seca) que se situam fora do controle do Estado.

Precisamos repensar a nossa abordagem e aceitar que, por muito diferente que a história da África de expressão portuguesa

---

<sup>50</sup> Ver os meus capítulos sobre produção e sobre acumulação e desigualdade em *Power in Africa* (Caps. 6 e 9).

possa ter sido, a trajectória dos seus Estados pós-coloniais não é significativamente diferente da trajectória de outros Estados pós-coloniais africanos. Ou, sobretudo, que as diferenças que existem não são mais (nem menos) significativas que as diferenças que podem ser encontradas entre qualquer grupo de Estados africanos pós-coloniais. Estas diferenças são melhor explicadas por uma análise histórica da sedimentação da política pós-colonial de África. Temos que, finalmente, aceitar que uma melhor compreensão do Estado pós-colonial nos cinco países africanos de expressão portuguesa dependerá de uma análise mais rigorosa da relação entre estes Estados individuais e as sociedades (civis) com as quais estão tão interligados.

*(Tradução de Teresa Montenegro)*

# **AUTONOMIA BUROCRÁTICA, POLÍTICA ECONÓMICA E POLÍTICA NUM ESTADO 'SUAVE': O CASO DA GUINÉ-BISSAU PÓS-COLONIAL\***

*Depois da independência, a política e a política económica da Guiné-Bissau giraram essencialmente à volta dos esforços desenvolvidos pelo Estado para sobreviver e crescer como um conjunto de instituições políticas governantes. No entanto, à medida que o período pós-colonial avançava, o Estado guineense viu-se cada vez mais dependente de forças económicas externas.*

*Joshua B. FORREST*

Neste trabalho analiso a política económica e a política do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau, procurando compreender o seu carácter fundamental e a natureza das suas políticas públicas. Sustento que, durante a primeira década e meia a seguir à independência, o Estado guineense conseguiu atingir um grau significativo de autonomia institucional, mas permaneceu 'suave' devido a uma capacidade de implementar políticas deficiente e

---

\* Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional "O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa", realizado em Bad Homburg (Alemanha) de 4 a 9 de Novembro de 1991.

ineficaz. A 'economia política' do Estado, ou as políticas de orientação económica, reflectiram essencialmente a permanente procura por parte dos dirigentes estatais da segurança burocrática que a autonomia oferece. Em 1990-1991, a combinação da 'suavidade' do Estado e da poderosa pressão política externa obrigaram os dirigentes da Guiné-Bissau a lançar uma reestruturação das relações Estado-sociedade, dando os primeiros passos em direcção ao pluralismo político de estilo ocidental.

O conceito de 'Estado suave' permite-nos apreciar mais plenamente os elementos particulares do processo de construção do Estado e os desafios do desenvolvimento enfrentados pela Guiné-Bissau pós-colonial. Podemos caracterizar um 'Estado suave' como um Estado com instituições que são fundamentalmente incapazes de traduzir objectivos políticos em acções políticas; um Estado incapaz de consolidar um sistema político-administrativo nacionalmente eficaz; e um Estado que tenta mas não consegue impor a nível nacional um sistema de extracção económica sobre o seu sector económico mais produtivo – no caso da Guiné-Bissau, o comércio e a agricultura. Além disso, como consequência destas dificuldades, um Estado suave tende a ser marcado por um afastamento anormalmente grande entre o conjunto dos cidadãos normais e a liderança do Estado, existindo poucos ou nenhuns conjuntos formais de ligações entre o Estado e a sociedade (sobretudo rural).

Apesar das suas dificuldades para implementar políticas, um Estado suave tem de facto a capacidade de atingir um grau protector de autonomia burocrática, através do qual os órgãos do Estado se tornam bem estabelecidos, 'institucionalizados', e assegurados contra a destruição por forças sociais externas. A realização bem sucedida da autonomia estatal significa que as instituições do Estado são capazes de assegurar a sua própria sobrevivência como organizações estatais. Além disso, estas instituições (ministérios, Conselho de Estado, partido político governante, forças armadas) estabeleceram, independente ou colectivamente, um alto grau de discrição face aos actores internos, ao tornarem públicas decisões políticas ou relativas à implementação de políticas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Em relação a este último ponto, ver também Anthony de Jasay, *The State*, Basil Blackwell, Oxford, 1985, p. 33.

Como pode ser atingida a autonomia estatal? Uma estratégia que procura a autonomia deve reforçar a burocracia expandindo-a. Um aparelho de governo de maiores dimensões implica camadas de pessoal administrativo, gabinetes e procedimentos entre os dirigentes do Estado e os cidadãos normais. O simples tamanho e a dificuldade de penetrar a grossa armadura das grandes estruturas burocráticas são factores importantes na protecção do Estado em relação às forças sociais, ou a quase qualquer pressão política de base interna. O processo de autonomização implica portanto o processo pelo qual os dirigentes estatais se tornam inacessíveis ao povo em geral. Uma estratégia para assegurar a inacessibilidade, efectivamente utilizada na Guiné-Bissau, é a expansão do edifício burocrático do Estado, que cria um vasto 'espaço' entre o Estado e a sociedade.

Outra estratégia na tentativa de estabelecer estruturas estatais autónomas é conseguir uma fonte de financiamento certa, uma fonte na qual confiar para fornecer aos dirigentes governamentais os recursos burocráticos necessários para a sobrevivência ou a expansão administrativas (i.e., gabinetes e salários). Este aspecto do processo de autonomização é particularmente perigoso para Estados suaves como a Guiné-Bissau, que têm tido grandes dificuldades para ganhar o controle ou mesmo o acesso a fontes confiáveis de riqueza produzida internamente. Nestes casos, com muita frequência o Estado virar-se-á para fontes de financiamento internacionais para o fornecimento das suas componentes organizacionais.

A experiência do Estado pós-colonial da Guiné-Bissau sugere que é possível alcançar autonomia institucional sem diminuir o carácter essencialmente 'suave' do Estado. Quando essa aparente contradição – autonomia e suavidade – persiste, provavelmente dá origem a correntes e pressões dentro do Estado no sentido de 'endurecer' as estruturas, isto é, melhorar o seu potencial de elaboração de políticas sem diminuir a autonomia do Estado. É precisamente este o dilema com que o Estado guineense se viu confrontado no fim dos anos oitenta, e que inspirou grandes reformas na natureza das relações Estado-sociedade.

Nas secções seguintes procuro explorar o desenvolvimento particular da autonomia burocrática, a economia política, a suavidade do Estado e a política Estado-sociedade na Guiné-Bissau. Para isso começaremos por uma breve introdução histórica.

### **A construção do Estado na Guiné-Bissau: contexto histórico**

Durante a primeira década de independência, os desafios impostos pela construção do Estado aos novos dirigentes políticos foram de extraordinária envergadura, mesmo em relação a outros Estados da África Ocidental e do Terceiro Mundo em geral. Embora a maioria dos funcionários dos ministérios da era colonial fossem conservados nos seus lugares, os dirigentes dos novos ministérios pós-coloniais não possuíam a experiência em gestão administrativa nem a preparação técnica para assumir as responsabilidades do edifício burocrático. A maioria das pessoas que foram colocadas à frente dos ministérios tinham passado a maior parte da sua vida adulta fora do país a ocupar cargos políticos ou militares no PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde). A sua experiência limitava-se às áreas da diplomacia ou da guerra de guerrilhas, uma vez que, de 1962 a 1973, a preocupação central do PAIGC foi conseguir a libertação política da Guiné-Bissau através da luta armada. Por conseguinte, após a independência estes funcionários concentraram-se no desenvolvimento das instituições do Estado, mas faltava-lhes uma metodologia técnica para levar a cabo esta tarefa.

Ao mesmo tempo, a mais poderosa estrutura organizativa do Estado colonial guineense – as forças armadas portuguesas do ultramar – regressara à metrópole. A remoção desta instituição eliminou aquilo que fora o instrumento mais eficaz do arsenal organizativo do governo colonial português na Guiné, porque os catorze "serviços" (ministérios) que compreendia a administração colonial tinham fraco desenvolvimento e bases inadequadas, e demonstraram claramente serem incapazes de levar a cabo até a mais elementar das políticas económicas sem o apoio das forças armadas. Foi com base no exército colonial que foi aplicada a

maioria dos decretos oficiais, especialmente aqueles com alguma relevância fora da capital. Isto aconteceu não só durante o período de mais intenso controle administrativo do colonialismo, as décadas de 1940 e 1950, mas ainda mais fortemente durante a luta armada de libertação nacional (1962-1973).

Com efeito, após a independência o Estado centralizado perdera o seu agente mais importante de implementação de políticas, ainda que este utilizasse a força física e o abuso físico (ou ameaça disso) como o seu principal mecanismo de aplicação de políticas. Ao mesmo tempo, é importante salientar que este órgão de poder, as forças armadas portuguesas, era em todos os sentidos uma organização estrangeira que estava ligada muito mais firmemente ao Estado português metropolitano do que ao Estado guineense e que não tinha genuínas raízes na sociedade guineense (apesar da criação de um contingente africano de mercenários e recrutas). Neste sentido, a espinha dorsal da implementação de políticas do Estado guineense era uma entidade artificial, não local, que desapareceu rapidamente com a independência. Certamente, isso eliminou a principal fonte de opressão e brutalidade contra o povo guineense, pondo fim à prática inumana do trabalho forçado, à colecta de múltiplos impostos e aos actos de violência quase quotidianos. No entanto, também eliminou o mais importante mecanismo organizativo de implantação de políticas de que o Estado centralizado dispunha a nível nacional.

Por conseguinte, o que ficou do Estado centralizado após a independência foi uma colecção de ministérios com sede em Bissau, e um pessoal constituído por vários milhares de funcionários que estavam, no melhor dos casos, vagamente ligados às regiões rurais. O fim do governo colonial não só aboliu a principal fonte de poder físico do Estado guineense, como também cortou as poucas ligações clientelistas e patronais que tinham sido criadas em certas zonas do país entre os administradores estatais e as elites locais. Assim, as pernas e os braços físicos e administrativos do Estado centralizado foram destruídos com a independência; tudo quanto ficou foi um cérebro burocrático enfraquecido carente de direcção administrativa experiente.

É de salientar que a distância entre o governo colonial e pós-colonial foi anormalmente grande no caso da Guiné-Bissau, em comparação com outros Estados da África Ocidental, devido ao facto de o país ter alcançado a independência após uma longa e violenta luta de doze anos contra o domínio colonial português, e devido à partida imediata de grande parte do pessoal de mais alto nível na direção do Estado colonial. A súbita remoção do poder dos governantes coloniais e a sua substituição por um conjunto completamente novo e inexperiente de elites administrativas juntou-se aos problemas enfrentados na independência pelo PAIGC, o partido político governante. À diferença de quase todos os outros países da África Ocidental, os dirigentes políticos da Guiné-Bissau foram impedidos, tanto do ponto de vista educacional como administrativo, de ocupar cargos de proeminência burocrática pelo poder europeu que criara e mantivera a autoridade estatal centralizada na Guiné-Bissau. Embora politicamente favorável na altura, isso criou enormes dificuldades técnicas e administrativas e reforçou nalguns sectores do PAIGC a noção de que os funcionários públicos do governo colonial deviam ser completamente banidos do poder e que agora o Estado devia ser construído 'a partir de zero'. No entanto, este ponto de vista era minoritário na direcção do Estado, prevalecendo finalmente o argumento de que o PAIGC, falto de experiência e competência em gestão, não tinha outra alternativa senão apoiar-se nas estruturas estatais existentes.

Em suma, embora o Estado colonial fosse capaz de afirmar o seu poder físico convincentemente e de assegurar tarefas básicas tais como a recolha de impostos, a principal fonte do seu poder era de base externa. O Estado recentemente independente da Guiné-Bissau teve que enfrentar o desafio de criar um conjunto de estruturas burocráticas internamente autêntico e de reorientar as bases do Estado de modo a que deitasse raízes na sociedade guineense e fosse capaz de levar a cabo políticas numa base consistente e nacional. Com este fim, a liderança do novo Estado teve primeiro que garantir que o seu poder era seguro, isto é, que as instituições de governo não podiam ser desafiadas por qualquer outro grupo ou força social. Este desafio foi enfrentado num contexto organizativo no qual a liderança do

PAIGC carecia de importantes capacidades e experiência de gestão e precisava de apoiar-se em pequenos e médios funcionários burocráticos, a maioria dos quais era considerado como tendo sido leal às ex-elites coloniais e dos quais os funcionários do PAIGC desconfiavam grandemente.

### **Autonomização burocrática**

Nos anos imediatamente a seguir à independência (após 1974), os dirigentes nacionais vinham da guerra de libertação nacional e estavam desejosos por assumir as suas novas responsabilidades na construção do Estado. A sua principal prioridade era consolidar e reforçar o poder da burocracia estatal de maneira a que pudesse servir aos seus interesses políticos específicos. Os actores estatais na Guiné-Bissau procuravam, sobretudo, assegurar a sua autonomia institucional. O aspecto mais importante deste processo foi o aumento das dimensões da burocracia estatal, levado a cabo através da rápida proliferação de organizações governamentais e do recrutamento de centenas de novos funcionários estatais. Ao fazerem isso, os dirigentes estatais guineenses seguiam de perto os passos históricos da rápida expansão pós-colonial das burocracias estatais que tinha tido lugar noutros países da África Ocidental (Senegal, Gana, Serra Leoa, Camarões, etc.) uma década antes.

A expansão do número de *comissariados* (o termo utilizado para os ministérios na altura) e *sub-comissariados* entre 1974 e 1977 tornou clara a importância atribuída pelo PAIGC à construção destes mecanismos de poder estatal.<sup>2</sup> Os líderes do partido defendiam que as tarefas requeridas pela administração da crescente divisão burocrática do trabalho no interior dos ministérios eram de tal amplitude que exigiam virtualmente toda a sua energia e actividade política. Este era o caso particularmente quando quadros políticos carentes de experiência administrativa eram subitamente chamados a organizar todos os projectos de obras públicas da nação, criar e dirigir um programa

---

<sup>2</sup> Em 1977 existiam quinze comissariados (ministérios), excluindo as Forças Armadas, cada um dos quais estava dividido num crescente número de departamentos. Shirley Washington, "Some Aspects of Post-War Reconstruction in Guinea-Bissau", tese de doutoramento, Howard University, 1978, pp. 178-182.

nacional de ensino e um sistema de saúde, coordenar e gerir projectos de desenvolvimento rural no campo, e melhorar e alargar o sistema nacional de transportes e telecomunicações.

Os ministérios identificados como as bases fundamentais do poder do governo – Planificação Económica, Obras Públicas, Saúde, Educação, e Negócios Estrangeiros – receberam a maior atenção por parte do presidente e grandes fatias do orçamento nacional. Isto tornaria possível a expansão do número de divisões administrativas dentro de cada ministério e permitiria um aumento do número de funcionários a colocar na folha de pagamentos ministerial. Como resultado disso, o tamanho destes ministérios, bem como os ministérios das Finanças, da Administração interna, de Desenvolvimento Rural, de Comércio, e de Informação e Cultura,<sup>3</sup> continuou a aumentar, elevando-se rapidamente para um total de 19.455 funcionários públicos em 1979.<sup>4</sup>

A ênfase apenas no tamanho como medida de poder institucional era assinalada pelo facto de existir pouca ou nenhuma correlação entre a criação de novos postos burocráticos e a efectiva implementação de políticas. A este respeito, a experiência do Ministério de Obras Públicas é instrutiva. No fim dos anos setenta, os funcionários deste ministério conseguiram convencer os dirigentes do Estado de que eram precisos dois novos departamentos na área de planificação urbana e regional, ainda que o ministério tivesse avançado muito pouco nos projectos de planificação de infraestruturas iniciados logo após a independência.<sup>5</sup> Em 1980 foi criado um departamento adicional, dedicado exclusivamente ao desenvolvimento de planos habitacionais, e mais recentemente o ministério estabeleceu um "serviço de consultoria" sobre planificação regional.<sup>6</sup> Em 1984, a mudança de nome para Ministério de Infraestrutura Social

---

<sup>3</sup> Os restantes comissariados eram os ministérios de Correios e Telecomunicações, de Transportes e Turismo, dos Antigos Combatentes, de Recursos Naturais, e das Forças Armadas.

<sup>4</sup> Carlos Lopes, "A Transição Histórica na Guiné-Bissau do Movimento de Libertação Nacional ao Estado", *Memória, Institut Universitaire d'Études du Développement*, Genebra, 1982, p. 218.

<sup>5</sup> Julio D. Dávila, *Shelter, Poverty and African Revolutionary Socialism. Human Settlements in Guinea Bissau*, Londres. International Institute for Environment and Development, 1987, pp. 73-75.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 73.

## O Estado e a dependência externa

### *O FMI e o BM*

A viragem da Guiné-Bissau para a privatização na segunda metade dos anos oitenta representou uma mudança na base de apoio económica do Estado, que se deslocou do comércio interno para a comunidade económica internacional. No interior desta, as agências que desempenham um papel maior e mais influente são o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O papel destas duas agências tem sido de significado crescente na política económica de África ao longo da última década, e a Guiné-Bissau tem feito parte dessa tendência. Em 1989 o Banco Mundial aprovou um empréstimo de 22 milhões de dólares destinado ao governo da Guiné-Bissau e no mesmo ano o FMI decidiu continuar a alargar o seu programa de financiamento de três anos iniciado em 1987.<sup>51</sup> A dependência do governo da Guiné-Bissau das agências e actores económicos externos provavelmente continuará a aumentar na primeira metade dos anos noventa.

### *Pescas*

No período pós-independência o Estado procedeu à assinatura de contratos com companhias estrangeiras para a exploração pesqueira da faixa marítima da Guiné-Bissau em troca de pagamentos directos com base na venda dos produtos exportados. Após vários anos de pagamentos pouco vantajosos pelas companhias soviéticas, a Guiné-Bissau assinou contratos com a França, Argélia e a CEE no começo dos anos oitenta. Este último contrato foi sucessivamente renovado em 1986, 1987 e em Junho de 1989 (válido por três anos), enquanto que o acordo de pesca com os soviéticos era renegociado e renovado em 1986 por um período de cinco anos, e em Junho de 1987 era assinado um contrato de cinco anos com a Argélia.

---

<sup>51</sup> *Country Profile Guinea-Bissau* Economist Intelligence Unit 1989-90, p. 69.

A ênfase posta nesta área demonstra os esforços do governo por explorar os seus recursos marítimos para a obtenção de receitas. Só o contrato com a CEE representa cerca de 4 milhões de dólares anuais para o governo da Guiné-Bissau.

Aproximadamente 100.000 toneladas de peixe são capturadas anualmente nas águas da Guiné-Bissau por navios estrangeiros e vendidas fora do país em benefício das companhias pesqueiras e do governo guineense. As pescas foram responsáveis por 11,5 por cento das receitas de exportação do país em 1986. Isto representa uma parte importante das receitas em divisas do Estado, e é de mencionar que se trata de uma indústria que depende quase totalmente da cooperação com corporações pesqueiras ultramarinas que operam em grande escala.

### *Petróleo*

No começo dos anos oitenta teve lugar uma prospecção sísmica marítima de 3.900 quilómetros, levada a cabo pela companhia norteamericana *Digicon*. Em 1982, o governo (assistido pela companhia norteamericana *Hydrocarbon Associates International*) implementou uma lei petrolífera que atribua à empresa de combustíveis da Guiné-Bissau, *Petrominas*, cinquenta e um por cento livre de riscos em todas as concessões. Pouco tempo depois dez companhias estrangeiras adquiriam pacotes de dados, cada um no valor de 400.000 dólares, e em 1984 a *Petrominas* assinava um contrato com as empresas *Elf Aquitaine* (25 por cento), *Texaco* de Canadá (16,75 por cento), *Wintershall* da Alemanha Ocidental (11,25 por cento) e *British Petroleum* (18,75 por cento) para a realização de explorações mais vastas. Uma companhia norteamericana, a *Pecten*, obteve em 1988 direitos para explorar blocos de petróleo, finalizando a construção de um poço petrolífero em Janeiro de 1989. O governo tenciona iniciar um novo programa de exploração de petróleo no período 1991-1992. São grandes as esperanças do Estado guineense de vir a poder contar com as explorações de petróleo para aumentar a segurança financeira do Estado.

## Ajuda externa e pagamento da dívida

O governo da Guiné-Bissau investiu imenso tempo e esforço a procurar apoio internacional para projectos de desenvolvimento, abastecimento alimentar e pagamento da dívida junto de quase todos os potenciais doadores. O pagamento da dívida é particularmente importante à luz do facto de a dívida externa ter atingido um total de 423 milhões de dólares em fins de 1988, o que corresponde a 300 por cento do PNB. No mesmo ano o governo central foi incapaz de cobrir os custos de mais de metade das suas despesas orçamentais totais, o que obrigou-o a voltar-se para os doadores externos a fim de cobrir o défice através de donativos.<sup>52</sup> Em todas estas tentativas o Estado foi extraordinariamente bem sucedido, e actualmente a Guiné-Bissau recebe financiamento destinado à cobertura da dívida externa, apoio ao orçamento central e assistência ao desenvolvimento de dezenas de países e de muitas agências internacionais e creditícias.

Assim, o governo da Guiné-Bissau conseguiu reescalonar parte da sua dívida em Outubro de 1987, altura em que foram adiados os prazos de pagamentos escalonados de 22 milhões de dólares. No mesmo mês do ano seguinte, o pagamento de 21 milhões de dólares correspondentes à dívida principal e a juros da dívida do período Outubro de 1989/Dezembro de 1990 foram novamente adiados a longo prazo. Isto deveu-se ao apoio financeiro activo da França, Bélgica, Itália, Suécia e Suíça, em combinação com o FMI e o Banco Mundial. Em Maio de 1989, representantes das nações industrializadas reunidos em Paris acordaram conceder à Guiné-Bissau aproximadamente 48 milhões de dólares para apoio à balança de pagamentos.<sup>53</sup>

A assistência ao desenvolvimento, sob a forma de donativos sem condições – sessenta e quatro por cento em 1987 – ou de empréstimos a baixos juros e a longo prazo tem sido fornecida generosamente à Guiné-Bissau por uma variedade de fontes, como sugere o quadro 2.<sup>54</sup> Por exemplo, o apoio do Banco Mundial e do FMI às reformas de privatização em 1987

<sup>52</sup> *Country Report* EIU nº 1, 1990 p. 33; *Country Profile* EIU, 1989-90, pp. 78, 82.

<sup>53</sup> *Country Report* EIU nº 3, 1989, p. 34.

<sup>54</sup> *Sub-Saharan Africa* (Banco Mundial, 1989), p. 251.

foi complementado por 27,2 milhões de dólares em doações provenientes do Fundo Africano para o Desenvolvimento, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, a Sufça, o Fundo Saudita para o Desenvolvimento e a Alemanha Ocidental, e destinados a melhorar a gestão macroeconómica e apoiar na transição uma economia descontrolada. Portugal, o principal parceiro comercial da Guiné-Bissau, fornece uma importante assistência à educação, programas de comercialização, remédios, telecomunicações por cabo e, recentemente, ajuda militar.<sup>55</sup> Em princípios de 1989, os bancos portugueses *Pinto & Sotto Mayor*, *Crédito Predial Português* e *Sociedade Financeira Geofinança* acordaram ser os únicos participantes financeiros estrangeiros (com 49 por cento) do novo *Banco Internacional da Guiné-Bissau*, criado em fins desse ano. Em Agosto de 1989, Rádio Lisboa anunciava que Portugal concederia à Guiné-Bissau um crédito permitindo a convertibilidade mútua do peso guineense e o escudo português para fins de pagamento de empréstimos no exterior.<sup>56</sup>

A Itália aumentou consideravelmente o seu nível de assistência através do financiamento de projectos tais como a construção de estradas, o desenvolvimento da pesca artesanal, centros de saúde de base e formação profissional. A França, que também concede à Guiné-Bissau uma ajuda cada vez maior ao desenvolvimento, forneceu-lhe assistência para o cultivo de amendoim e de algodão, cereais alimentares e veículos blindados destinados às forças armadas. A Suécia tem sido um constante fornecedor de ajuda à Guiné-Bissau, acordando em Dezembro de 1987 fornecer assistência para o desenvolvimento da pesca artesanal, da indústria local, da saúde pública e das telecomunicações.<sup>57</sup> Os Estados Unidos da América estão a aumentar rapidamente de importância como fornecedores de ajuda ao desenvolvimento, através do financiamento de diversos programas de artesanato, construção, agricultura e saúde. Outros projectos de desenvolvimento bilaterais importantes são

---

<sup>55</sup> *Nô Pintcha*, Junho de 1988; fontes informais, Fevereiro de 1989.

<sup>56</sup> *Africa Research Bulletin* 26 (6), 31 de Outubro de 1989, p. 9708 e 26 (11), 31 de Dezembro de 1989, p. 9778; *Jeune Afrique* n.º 1509, 4 de Dezembro de 1989.

<sup>57</sup> *Nô Pintcha*, 1 de Janeiro de 1988.

financiados por Tailândia, Espanha, Alemanha, Paquistão, Grã-Bretanha, China, Marrocos, Abu Dhabi e Cuba.

## QUADRO 2

### GUINÉ-BISSAU: TOTAIS DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO

	Milhões de dólares
Total assistência bruta ao desenvolvimento 1987:	106,3
Total assistência bruta ao desenvolvimento 1986:	72,2
Assistência ao desenvolvimento <i>per capita</i> 1987:	116
Assistência ao desenvolvimento <i>per capita</i> 1980:	73
Ajuda multilateral 1987 :	54,2 (total)
Banco Mundial: 18,6	
Fundo Afr. para o Desenvolv.: 13,3	
Comunidade Europeia: 11,1	
Nações Unidas: 4,2	
Ajuda directa bilateral 1987 :	52,1 (total)
Suécia: 12,7	
Holanda: 9,6	
Itália: 7,2	
França: 5,1	
E.U.A.: 4,0	
Suíça: 4,0	

*Fontes: Sub-Saharan Africa (World Bank, 1989), p. 251; "Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries", OECD, in Country Profile E.I.U., 1989-90, p. 82.*

Uma tal variedade e extensão de projectos de desenvolvimento financiados externamente levanta imediatamente a questão de porque não se registaram maiores progressos nas áreas do desenvolvimento agrícola e económico durante o período de independência. Uma razão importante reside na falta de coordenação destes projectos e nas dificuldades burocráticas que são características de um Estado suave. O governo solicitou e aceitou dúzias de projectos de ajuda embora não tivessem sido feitos

estudos prévios que indicassem em que medida cada projecto teria de facto um impacto positivo sobre o processo de desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, o país carece de infraestruturas administrativas e de pessoal qualificado para apoiar e supervisionar os projectos de ajuda uma vez que estejam a ser implementados.

Em suma, a ênfase global das políticas governamentais em relação à ajuda externa levou a obter o máximo de capital estrangeiro e o máximo de projectos de desenvolvimento. Neste aspecto, o Estado tem sido muito bem sucedido. Contudo, é fundamental assinalar que o sucesso atingido ajudou a deslocar a base económica do Estado das fontes internas para fontes económicas internacionais.

A maior dependência externa ajudou a garantir a segurança financeira do Estado e a consequente autonomia face à economia interna. No entanto, também a maior dependência das agências externas alterou em certa medida, mas visivelmente, o carácter e a orientação do Estado na Guiné-Bissau. Hoje em dia os dirigentes estatais celebram abertamente as suas recentes alianças com agentes económicos de Europa Ocidental e América do Norte, e têm dispensado grande atenção a estas ligações. Nas suas escolhas e acções os dirigentes estatais têm-se aproximado muito mais do mundo ocidental do que na primeira fase do período pós-colonial. Em última instância, como resultado disso não só teve lugar uma ocidentalização cada vez maior da cultura de elite de Bissau, mas também aumentou a importância política da influência ocidental na contínua procura de autonomia por parte do Estado.<sup>58</sup>

## **A política na Guiné-Bissau: o Estado suave e a sociedade civil 1974-1989**

Vimos que a realização da autonomia estatal tornou-se possível através da prossecução das políticas de expansão burocrática, investimento estatal selectivo, extracção estatal e dependência estrangeira. No entanto, também o Estado guineense

---

<sup>58</sup> Este último ponto é analisado mais em profundidade mais adiante, em "Relações Estado-sociedade nos anos 90: autonomia estatal, Estado suave e pluralismo político".

procurou construir um sistema administrativo nacional para supervisionar e gerir as relações políticas entre as comunidades locais e o Estado. O objectivo central deste sistema era assegurar que a participação política da população guineense se exprimisse no interior de instâncias de transmissão aprovadas oficialmente. Isto aumentaria a probabilidade de que essa participação não constituisse uma ameaça à própria autonomia do Estado.

Para cumprir esta missão, o Estado guineense aumentou o número de comités de tabanca (comités de aldeia) que funcionavam nas áreas rurais. Estes comités foram criados inicialmente em várias regiões pró-PAIGC durante a luta nacionalista contra o domínio colonial português. Naquela época, os comités eram formados essencialmente por jovens entusiastas cujo principal objectivo era coordenar o apoio das suas tabancas às guerrilhas nacionalistas. No período pós-colonial, no entanto, a estes comités foi confiada a tarefa de recolher as opiniões dos camponeses e de as comunicar a responsáveis políticos situados a níveis mais altos da estrutura estatal. A composição dos comités de tabanca tornou-se muito mais diversificada, participando neles, nalguns casos, anciãos, mulheres e membros de diversos grupos de idade.

É de salientar que o PAIGC não tentou utilizar os comités de tabanca como agentes de brutalidade e opressão. A este respeito, não existe semelhança entre os comités de tabanca do PAIGC e os comités de aldeia "revolucionários" assassinos de Sekou Touré na vizinha Guiné-Conakry. No entanto, o Estado da Guiné-Bissau tentou que os comités servissem como mecanismos de canalização das expressões da opinião pública para os organismos de controle do governo. Em particular, os comités de tabanca deviam informar aos comités de secção, o nível administrativo superior seguinte, os quais por sua vez eram responsáveis perante os comités de sector. Os comités de sector deviam informar aos comités regionais, os quais, próximos do topo da hierarquia da estrutura administrativa nacional, eram responsáveis perante o Conselho de Ministros. Este dependia, finalmente, do Conselho de Estado, principal órgão de poder político da nação.

Como funcionou realmente este sistema administrativo nacional durante as décadas de 70 e 80? Em primeiro lugar, a

estrutura caracterizava-se por enormes variações regionais. Aquelas áreas do país, como Tombali, onde existia um forte apoio dos camponeses ao PAIGC, podiam orgulhar-se de terem comités de tabanca activos, contando com um sólido apoio da comunidade em todos os distritos. Contudo, em áreas que apoiaram menos ou eram activamente hostis à luta de libertação nacional do PAIGC, tais como partes da região de Gabú, o PAIGC não procurou formar comités de tabanca em cada aldeia, mas um comité de secção ou um "comité de tabanca" que de facto representava centenas de aldeias. Nestas áreas, os comités de tabanca ou de secção eram muitas vezes olhados com desdém pelos camponeses locais, que basicamente ignoravam (embora não se opusessem) as actividades e declarações dos membros dos comités.

Em segundo lugar, existia uma enorme brecha nos contactos e na transmissão de informações entre os comités de tabanca e todos os comités que se encontravam acima deles. Na maior parte do país, os funcionários estatais dos comités de secção ou de sector raramente visitavam o comité de tabanca – talvez uma vez por ano, em média, na maioria dos sítios. Isto era um reflexo da falta de capacidade administrativa, organizativa e técnica do Estado para mobilizar o seu pessoal, manter um itinerário de viagens regular dos funcionários e um conjunto de veículos do governo utilizáveis em cada região. A simples dificuldade prática de manter uma comunicação consistente entre os comités de tabanca, de secção, sectoriais e regionais virtualmente impedia um contacto efectivo entre eles.

Esta brecha entre a tabanca e os níveis superiores da estrutura estatal nacional teve várias consequências que puseram a nu a problemática da administração de todo o país num contexto de suavidade estatal. Em primeiro lugar, da perspectiva das relações Estado-sociedade de cima para baixo, os dirigentes estatais sentiam-se incapazes de implementar as políticas governamentais de maneira eficiente e uniforme. As políticas oficiais relativas ao uso da terra, comércio, administração sanitária, taxaço, etc., não só eram difíceis de implementar a nível da aldeia, como também muitas vezes nem sequer eram comunicadas aos comités de tabanca.

A brecha entre os comités de tabanca e órgãos estatais de mais alto nível era tão grande que não havia sinais ou indicações visíveis de autoridade estatal acima do nível da aldeia em muitas partes do campo. Em contrapartida, as forças armadas patrulhavam frequentemente as estradas e áreas rurais. De facto, o Estado considerava que o exército constituía a única instituição estatal oficial capaz de demonstrar na prática que a autoridade estatal existia fora da capital, Bissau (e das cidades) em todo o país. No entanto, em contraste com o período colonial, o exército quase nunca foi utilizado para infligir políticas opressivas ou fisicamente brutais à população rural.

Em segundo lugar, da perspectiva das relações Estado-sociedade de baixo para cima, era raro que opiniões políticas expressas nos comités de tabanca chegassem aos níveis superiores da hierarquia administrativa. Por conseguinte, a estrutura estatal nacional não proporcionava um efectivo sistema de expressão popular. Em lugar de canalizar a participação política através do sistema de comités, esta ficava limitada ao nível da aldeia. Além disso, embora ocasionalmente as opiniões dos camponeses conseguissem chegar aos comités regionais ou até ao Conselho de Ministros, não existia qualquer mecanismo que permitisse aos camponeses terem acesso ao processo de tomada de decisões relativo às políticas públicas.

Esta análise das relações Estado-sociedade na Guiné-Bissau pós-colonial durante as décadas de 70 e 80 pretende lançar luz sobre a natureza do Estado suave na Guiné-Bissau. Podemos observar que a posição do Estado face à sociedade civil reflectia simultaneamente: (a) a tentativa largamente bem sucedida do Estado de manter a opinião pública à distância, e assim ajudar a assegurar a sua própria autonomia institucional; e (b) as dificuldades práticas de funcionamento e a natureza desigual da estrutura administrativa nacional. A este respeito, as relações Estado-sociedade mostram o significado essencial quer da autonomia, quer da suavidade. O Estado guineense conseguiu grande protecção da parte da sociedade civil, garantindo que a sua própria autonomia fosse resguardada, mas mostrou-se incapaz de estabelecer e consolidar uma estrutura estatal a nível nacional, tornando clara nesse sentido a 'suavidade' do Estado.

No macro-nível, certamente a ampla autoridade política e soberania do Estado guineense foi confirmada, na medida em que todas as comunidades aceitaram o Estado como a maior e mais poderosa autoridade política da nação. No entanto, o Estado mostrou-se administrativamente mal equipado para a tarefa de afirmar o seu poder burocrático e organizativo sobre as comunidades da nação, e de levar estas comunidades a servir as suas políticas. A autonomia do Estado em relação à sociedade foi atingida, mas o Estado da Guiné-Bissau não pôde de maneira nenhuma realizar a tarefa mais ousada de integrar politicamente a nação numa estrutura político-administrativa única que ligasse efectivamente o Estado e a sociedade.

### **Relações Estado-sociedade nos anos 90: autonomia estatal, Estado suave e pluralismo político**

O facto de as elites políticas governamentais terem atingido a autonomia económica e organizativa das suas próprias instituições em relação à sociedade civil, combinado com as dificuldades do sistema administrativo nacional, criaram uma grande brecha entre o Estado e a sociedade civil em fins dos anos oitenta. Assim, os dirigentes estatais da Guiné-Bissau afastaram-se progressivamente e perderam contacto com o povo de cujo governo eram responsáveis. Não existiam padrões de comunicação efectivos, institucionalizados ou regulares, entre as elites estatais e o cidadão guineense comum.

Ao mesmo tempo, embora o Estado tivesse alcançado autonomia burocrática, poucos ou nenhuns progressos foram feitos relativamente a 'endurecer' o Estado, isto é, a melhorar a *capacidade* das suas estruturas burocráticas para levar a cabo políticas. As tensões políticas e as lutas de poder entre vários ministérios, bem como as divergências políticas e étnicas entre dirigentes prejudicaram ainda mais a capacidade do Estado para implementar políticas.<sup>59</sup> Apesar da crescente influência de

---

<sup>59</sup> Estas lutas internas incluíram várias tentativas de golpe de Estado, das quais só foi bem sucedida a primeira, em Novembro de 1980, em que o actual Presidente João Bernardo Vieira depôs o então Presidente Luiz Cabral. Para maiores detalhes ver Joshua B. Forrest, "Guinea-Bissau Since Independence: A Decade of Domestic Power Struggles", *The Journal of Modern African Studies* 25 (1), 1987, pp. 95-116.

conselheiros ocidentais em relação à reforma administrativa nos finais dos anos oitenta, ainda não se verificaram progressos nesta área.

Assim, à medida que se aproximavam os anos noventa, o atingir da autonomia estatal não foi acompanhado por uma mais elevada capacidade para implementar políticas. Isto é, o carácter suave do Estado não foi afectado pelo sucesso da sua autonomização. Os dirigentes do governo sem dúvida começaram a preocupar-se cada vez mais com esta aparente contradição. O tipo de questões que tinham que considerar eram: A suavidade do Estado, levaria eventualmente a efectivos desafios internos à autonomia do Estado? A permanente ineficácia política, teria como consequência um enfraquecimento das bases institucionais que fornecem ao Estado a sua capacidade de permanecer por cima e fora do alcance dos cidadãos da nação? Deviam as relações Estado-nação ser reconceptualizadas, reestruturadas para tornar possíveis novas formas de participação política sem ameaçar a própria autonomia colectiva do Estado?

Ao mesmo tempo que os dirigentes estatais da Guiné-Bissau começavam a considerar potenciais desafios à autonomia do Estado e as manéiras de evitá-los, um segundo conjunto de pressões leva-los-ia a reconsiderar as relações Estado-sociedade. É de assinalar que o fracasso na consolidação de 'raízes' institucionais internas no seio da sociedade (especialmente rural) ocorreu na mesma altura em que o Estado guineense aumentava cada vez mais as suas ligações económicas com agências internacionais e organismos financiadores. Um impacto importante desta crescente dependência económica externa, sem dúvida não prevista pelos governantes guineenses, foi um aumento das pressões do FMI e do Banco Mundial para implementar o pluralismo político e a democracia de tipo ocidental.

Este objectivo particular do FMI/Banco Mundial é relativamente recente, e reflecte mudanças nos objectivos e políticas destas grandes instituições financiadoras. Até fins da década de 80, o FMI e o Banco Mundial foram muito mais tolerantes com os sistemas políticos do Terceiro Mundo dominados pelo Estado e de partido único. Mas a mudança de política do FMI/Banco Mundial (cuja dinâmica específica não é

apropriado discutir aqui) necessariamente influenciou de maneira importante os dirigentes guineenses devido à crescente dependência do Estado em relação àqueles gigantes económicos externos. O governo de Vieira não podia ignorar o peso político de duas das fontes mais importantes de apoio financeiro e institucional ao Estado.

No período 1990-1991, estes dois processos – a contradição autonomia vs. suavidade e a pressão política externa – levaram o Estado e o partido governante a fazer uma grande reavaliação das relações Estado-sociedade. Muitos burocratas estatais e quadros do PAIGC convenceram-se de que era preciso realizar uma alteração fundamental na natureza das relações Estado-sociedade a fim de 'salvar' o bem-estar institucional do Estado. Finalmente, em Maio de 1991, foi dado o primeiro passo na reorientação das relações Estado-sociedade: a Constituição da Guiné-Bissau foi alterada para tornar possível a legalização de partidos políticos de oposição.

Os critérios proclamados para a legalização de novos partidos eram os seguintes: um mínimo de 2.000 assinaturas de cidadãos guineenses apoiantes do novo partido, incluindo 100 assinaturas de cada uma das nove regiões administrativas. Em Setembro de 1991, o Presidente Vieira anunciava a sua intenção de formar um conselho especial destinado a formalizar os contactos entre os dirigentes do Estado e os líderes políticos da oposição.<sup>60</sup> Aparentemente, este conselho irá servir como uma espécie de intermediário entre o Estado e a sociedade, facilitando a transição para um sistema político multipartidário mas também assegurando que a transição tenha lugar sem que o poder nem a integridade institucional do Estado sejam demasiadamente afectados.

Conseguirá o Estado guineense preservar a sua autonomia em relação à sociedade civil à luz da sua decisão de reestruturar as relações Estado-sociedade, inaugurando uma ordem política multipartidária e pluralista? Terá sido criada agora uma abertura para a entrada da sociedade civil, a ser organizada nos partidos

---

<sup>60</sup> Os dados contidos neste parágrafo provêm de trechos de intervenções do Comité Central do PAIGC e do Presidente Vieira realizadas entre Maio e Setembro de 1991, citadas no *Africa Research Bulletin* 28 (5) (1-31 Maio 1991), p. 10118, e em *The Portuguese American* de 7 de Agosto de 1991 e de 25 de Setembro de 1991.

políticos de oposição, para ganhar acesso ao Estado e ao seu controle através de eleições ou outras novas formas de participação política? Estas questões-chave só podem ser respondidas pelas acções das elites estatais e dos dirigentes da sociedade civil no decurso dos meses e anos mais próximos.

O que é certo, porém, é que foi a combinação do progressivo esforço por atingir e manter a autonomia estatal, a incapacidade do sistema administrativo estatal a nível nacional para integrar as comunidades locais no Estado, a pressão política externa e a contradição entre a autonomia estatal e a suavidade do Estado, que levou à iniciativa de 1990-1991 de alterar a natureza das relações Estado-sociedade.

## **Conclusões**

O elemento essencial da minha argumentação aqui é que depois da independência, a política e a política económica da Guiné-Bissau giraram essencialmente à volta dos esforços desenvolvidos pelo Estado para sobreviver e crescer como um conjunto de instituições políticas governantes. Os imperativos da autonomia burocrática obrigaram a uma política de despesas estatais centrada grandemente em assegurar o bem-estar colectivo dos ministérios governamentais e outros órgãos de poder estatal. No entanto, à medida que o período pós-colonial avançava, o Estado guineense viu-se cada vez mais dependente de forças económicas externas precisamente devido à sua priorização da sobrevivência organizativa das suas partes componentes.

Um factor fundamental que levou o Estado a aproximar-se da comunidade político-económica internacional foi o seu carácter 'suave', isto é, a deficiência e a ineficácia do seu processo de elaboração de políticas. Não só as organizações estatais mostraram uma aberta incapacidade para levar a cabo a maioria das políticas oficiais, mas até exercícios governamentais básicos tais como a recolha de impostos provaram estar virtualmente fora do seu alcance. O esforço por assumir o controle dos mercados e redes de comércio nacionais reflectia a procura por parte do Estado de apoio económico para o seu

projecto de construção institucional, mas o objectivo ultrapassava largamente a sua capacidade técnica. Este enérgico mas mal sucedido esforço por controlar o comércio demonstrou ainda mais a 'suavidade' do Estado guineense, bem como as inadequações e a natureza desigual da estrutura administrativa nacional. Estes factores tornaram claro para os dirigentes nacionais que apesar de terem conseguido autonomia burocrática 'sobre e por cima' da sociedade, os interesses do Estado seriam melhor servidos estabelecendo uma maior dependência em relação aos gigantes financiadores do 'desenvolvimento', o FMI e o Banco Mundial.

A crescente ligação com estas forças internacionais aumentou a vulnerabilidade do Estado guineense face às crescentes pressões no sentido de adoptar um sistema político democrático mais do estilo ocidental. Ao mesmo tempo, os dirigentes estatais deram-se conta de que precisavam urgentemente aumentar a capacidade para elaborar políticas das suas instituições. Esta combinação de suavidade estatal (em relação às políticas) e de pressão externa levou os dirigentes do Estado guineense a mudar a sua orientação face à sociedade. O pluralismo político tornou-se o novo *modus operandi*, sendo o período 1990-1991 marcado pela legalização de novos partidos políticos e a preparação de eleições multipartidárias. Estas reformas irão afectar de maneira importante a evolução das relações Estado-sociedade, a autonomia estatal e a política económica do país na última década do século vinte.

Visto em perspectiva, é evidente que a natureza e o carácter fundamentais do Estado guineense pós-colonial experimentaram um processo de mudança e adaptação. O Estado iniciou o período de independência procurando essencialmente expandir o seu poder sobre a sociedade, para reconstituir-se a si próprio como o motor de toda mudança e desenvolvimento, quer político quer económico. O Estado actual continua a ser suave no que diz respeito à sua incapacidade infraestrutural para levar a cabo as suas políticas e ao contexto subjacente de fraca extracção interna e forte dependência externa. No entanto, uma diferença crucial que apresenta o Estado guineense dos anos 90 em relação ao Estado dos anos 70 e princípios dos 80 é a diminuição do esforço por controlar política e economicamente a sociedade. Agora a

ênfase é posta num menor esforço pela sobrevivência estatal, o que explica a vontade de aliar-se cada vez mais estreitamente com as principais agências económicas internacionais, que condicionam de maneira tão importante as relações entre África e o Ocidente. Em certo sentido, o Estado guineense 'desistiu' da sua tentativa de dominar e moldar a sociedade de acordo com as suas próprias preferências, trocando a procurada hegemonia pelo objectivo mais simples e realizável da sobrevivência institucional.

Finalmente, o carácter permanentemente suave do Estado permite-nos apreciar a sua ligação última com aspectos históricos mundiais da formação do Estado, apesar das particularidades próprias da história política do país. No momento actual, Estados com fracos laços com a sociedade rural e uma base de recursos internos incerta que procurem a transição fora da suavidade institucional, podem ter poucas alternativas à estratégia da dependência externa. Em vez de 'culpar' os dirigentes do pós-independência pelos seus erros políticos, deveria proceder-se a uma apreciação mais completa das dificuldades da sua tarefa, especialmente à luz das reduzidas opções existenciais que se oferecem a um Estado suave. Nesta perspectiva, a recente iniciativa de um reordenamento Estado-sociedade afigura-se promissora e reflecte a sóbria realidade da vulnerabilidade da Guiné-Bissau – e dos Estados suaves de África em geral – face à política económica internacional, apesar da obtenção da autonomia institucional na arena política interna.

# CHEFES DE POSTO E CHEFES DA TERRA: DINÂMICAS DE DOMINAÇÃO E AUTODETERMINAÇÃO NA REGIÃO DE CACHEU\*

*A tensão entre o controle do Estado centralizado e o poder descentralizado é ainda um problema, tal como o foi sob o Estado Novo. Nos anos quarenta, os chefes de posto representavam a autoridade colonial a nível local; nos anos oitenta, os representantes do partido eram os representantes locais do poder estatal.*

Eve L. CROWLEY

## I. Introdução

Em 1987, pela primeira vez em quarenta anos, um entronizador (*nalómat*, Mjc.) procedeu à escolha de um novo chefe da terra (*adju kor*, Mjc.) em Caió, um pequeno posto administrativo na Região de Cacheu, no nordeste da Guiné-Bissau. Esta foi a primeira nomeação de um chefe da terra "tradicional" na zona em mais de quarenta anos, e apenas um punhado de participantes já assistira antes aos complexos rituais requeridos pela entronização. O novo chefe da terra era um entre

---

\* Comunicação apresentada ao II Colóquio Internacional em Ciências sobre a África de Língua Oficial Portuguesa, realizada em 10-25 de Novembro, 1991, Bissau.

vários potenciais candidatos, todos eles preenchendo os critérios tradicionais de legitimidade, como membros mais antigos da linhagem matrilinear do clã aristocrático (*bassâssen*) qualificado para a reinarça. De acordo com os costumes, um entronizador avaliava o comportamento e recebia ofertas destes candidatos durante um período de vários anos, antes da selecção final. Coincidiu que o novo chefe da terra também era um empregado escolarizado dos correios e figura proeminente na capital – Bissau. Fora um combatente influente na luta de libertação e estava nas boas graças das figuras políticas mais poderosas da nação. Devido ao longo interregno na reinarça que precedeu ao seu mandato, o acontecimento marcou o reviver de leis costumeiras de sucessão política que não eram aplicadas há muito, ao mesmo tempo que provocava novas tensões com outras figuras políticas locais que nesse ínterim tinham tido a oportunidade de adquirir poder.

Este exemplo ilustra as novas e competitivas bases de legitimidade para uma liderança "costumeira", muitas das quais surgiram durante o Estado Novo (1930-1974). Aplicando uma perspectiva antropológica às interpretações locais da política administrativa colonial, sustento que o verdadeiro impacto do Estado Novo nos sistemas políticos locais na Guiné-Bissau só pode ser entendido em relação às estruturas de poder pré-existentes, bem como às campanhas políticas que se realizaram durante e após a fase administrativa da história colonial. Mais ainda, foram as camadas baixas da administração portuguesa, tais como os chefes de posto, que tiveram mais impacto sobre os guineenses da zona rural, e esta influência nem sempre esteve em conformidade com a política delineada. Usando dados etnográficos e históricos recolhidos na Região de Cacheu em 1986 e 1987<sup>1</sup> e dados de arquivos de fontes coloniais existentes em Bissau e Lisboa, lanço a hipótese de que a explicação para a conservação de elementos de auto-determinação sob o domínio colonial no Estado Novo reside na capacidade de combinar de modo inovador elementos dos regimes costumeiro, colonial e

---

<sup>1</sup> Estou grata à Fundação Calouste Gulbenkian, à Fulbright-Hayes (IIFD), à Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research e à Yale University Concilium for International and Area Studies por terem financiado várias fases desta pesquisa. Igualmente estou em dívida para com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau e o Institute of Cultural and Social Studies da Universidade de Leiden pelo apoio logístico e institucional.

militar para fazer dos governantes indígenas viáveis contestadores na moderna arena política.

O artigo traça os processos pelos quais os sistemas políticos costumeiros numa região da Guiné-Bissau foram suprimidos e transformados durante o Estado Novo (1930 - 60) e a luta de libertação (1961 - 75). A última secção aborda de novo o acontecimento de 1987 descrito anteriormente para demonstrar como o aumento e a diversificação dos critérios de legitimidade tradicional, que tiveram lugar durante o Estado Novo, levaram à proliferação de figuras políticas no período pós-independência.

### *A Região de Cacheu*

A Região de Cacheu é o principal sujeito para a análise do impacto da administração portuguesa sobre os sistemas políticos indígenas, porque é uma das áreas em que este poder colonial reclamou uma "presença" mais duradoura. Pouco depois da sua descoberta em 1446, os comerciantes portugueses e afro-portugueses ou lançados começaram a negociar com os habitantes desta região, particularmente com aqueles que ocupavam as zonas costeiras e as vias fluviais. Por mais de 500 anos estes comerciantes e seus descendentes continuaram a servir como intermediários entre a Guiné-Bissau e o mundo exterior.

A estrutura flexível e integradora de muitas das sociedades encontradas nesta linha costeira permitiram às sociedades desta zona adaptarem-se à presença de estrangeiros sem terem necessidade de proceder a alterações fundamentais na sua organização (Crowley 1990). Este entendimento ilusório levou muitos administradores portugueses a julgarem que "presença" colonial era análoga a controle. Contudo, a diversidade de intermediários e de formas administrativas que caracterizaram este período, incluindo os lançados, os capitães-mor, as companhias comerciais e os administradores crioulos, reflectiam o controle extremamente superficial de Portugal sobre estes territórios e a debilidade das pretensões portuguesas. Quando Portugal teve que provar o seu controle face às contrapropostas das outras potências coloniais, a coroa constatou que os colonos eram pouco mais do que inseguros hóspedes em solo africano,

que deviam a sua presença à hospitalidade dos governantes africanos e não a qualquer forma de supremacia política.

A complexidade social e linguística da Região de Cacheu também oferece uma oportunidade para estudar toda a gama de métodos adotados pelo Estado Novo em resposta aos sistemas políticos indígenas. O grupo étnico dominante da Região de Cacheu é o Manjaco, povo de língua Bak, da família das línguas atlânticas ocidentais. Constituída por cerca de 29 províncias, a terra dos Manjaco (*tchon di manjaco*, Cr.) foi, por muitos séculos, também a terra de populações minoritárias de Mancanha, Felupe (Djola), Balanta e outras etnias ligadas aos Cassanga, aos Cobiana (Baboi), que predominam nas suas próprias províncias.<sup>2</sup> Esta complexidade social e a natureza relativamente descentralizada de múltiplos sistemas políticos semi-hierárquicos em pequena escala, tornou difícil de vencer, de um modo uniforme, os habitantes animistas desta área ou de os integrar no aparelho administrativo hierárquico e centralizado do Estado Novo.

## II. Percepções locais do Estado Novo

### A. Principais dados

O Estado Novo teve pouco significado, como regime político, para a maioria da população rural da Guiné-Bissau. Embora os académicos o possam tratar como tal em retrospectiva, poucos africanos tinham alguma noção deste período como uma fase distinta na história colonial portuguesa. O início do Estado Novo, 1930, foi uma data relativamente sem importância para a maioria dos guineenses da zona rural. Em contrapartida, as campanhas de conquista, 1912-15, e as orientações político-económicas que começaram a ser instauradas em meados dos anos quarenta foram mais significativas na história regional.

---

<sup>2</sup> O noroeste do território manjaco, englobando as províncias de Boté, Mata de Ocon, Bó e Timate é dominado pelos Felupe e os Diola. A província de Cobiana (Caboi), aninhada entre o nordeste manjaco, perto da Região de Cacheu, contém um pequeno foco de população, os Baboi, que linguisticamente estão mais próximos dos Cassanga. As províncias de Có e Bula no leste da região são regladas mancanha (Brame) que faziam parte do reino manjaco nos finais do século XIX e agora contém uma crescente população balanta.

O primeiro período, 1912-15, seguiu-se à abolição da monarquia (1911) e à implantação da República e marcou o início da dominação colonial efectiva da Guiné. Apesar de o Capitão português João Teixeira Pinto vangloriar-se deste triunfo, só lhe foi possível dominar a colónia com o apoio de cerca de 400 auxiliares africanos e a liderança militar e o apoio financeiro de um mercenário do Senegal, Abdul Njai (Pinto 1936: 97-113). Não é pois de surpreender que muitos habitantes da Região de Cacheu recordem as campanhas mais como ocupação muçulmana do que portuguesa, uma vez que mais de três quartos das tropas eram Fulbe, Wolof, Mandinga e Saracolé recrutados por Njai em Casamansa, no Senegal, e a grande maioria deles eram muçulmanos (Pinto 1936: 37; Bowman 1986: 474; Barreto 1938: 309). Depois da ocupação, estes muçulmanos continuaram a desempenhar um papel importante na administração portuguesa na Região de Cacheu e ocupavam muitos dos postos de nível mais baixo nas sedes distritais, juntamente com Guineenses crioulos e Caboverdianos<sup>3</sup>, enquanto que os Portugueses e uns poucos Caboverdianos proeminentes assumiram os cargos superiores da administração colonial (Carreira 1945: 12; Bowman 1980: 64; Galli 1987: 26).

Além disso, para os povos "conquistados" da Região de Cacheu, estas campanhas foram vistas mais como guerras isoladas com causas distintas do que como componentes de uma campanha militar. O povo de Churo, por exemplo, interpretou a "conquista portuguesa" de 1914 como punição por um acto específico: a decapitação do Governador de Cacheu e de um comerciante português, que se aventuraram em território Churo, em 1913, para cobrança de impostos que os residentes não tinham qualquer razão para pagar (Entrevista em Caboi 9, 1987).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Entre 1920 e 1940, os Caboverdianos constituíam cerca de 70% dos funcionários civis na Guiné.

<sup>4</sup> A relutância de Churo em pagar os impostos é incongruente com os relatórios oficiais, os quais mencionam que vários anciãos de Churo foram, por livre iniciativa, ao Governador de Cacheu em 1913, reivindicar que gostariam de pagar o imposto de palhota e que a administração apenas tinha que mandar alguns funcionários fazerem a cobrança (Barreto 1938: 382). Enquanto que os relatórios portugueses tratam a "pacificação" como um acontecimento à parte, as histórias orais de Churo ligam-nas e dizem que, depois do assassinato do Governador, emissários portugueses foram a Churo capitular, anunciando que nunca mais tentariam cobrar impostos e pedindo paz (Entrevista em Caboi 9, 1917). Churo aceitou o tratado de paz, mas os portugueses renegaram, enviando Abdul Njai e 439 soldados, três quartos dos quais eram Fulbe, devastar a área (Pinto 1936: 97).

As percepções rurais registadas na Região de Cacheu, das guerras de 1912-15 como acontecimentos distintos e esporádicos que tiveram como resultado a ocupação portuguesa-muçulmana, revelam a dúbia pretensão dos Portugueses de controlar as suas colónias através de conquista. Mesmo depois de as campanhas de "pacificação" terem terminado oficialmente em 1915, os Djola continuaram a se rebelar e só foram submetidos em 1931, e os Bijagó e um pequeno grupo de Soninqué de Oio nunca foram derrotados. (Pélissier 1989; Galli 1987: 26). No entanto, estas datas constituíram importantes pontos de viragem nas relações de Portugal com a sua colónia e criaram muitas das condições que eventualmente permitiram ao Estado Novo ganhar controle sobre a Guiné. O contraste entre a administração portuguesa anterior e posterior ao Estado Novo não foi tão importante ou evidente nas percepções locais, de modo a verem as campanhas de "pacificação" como o início do período administrativo português.

## **B. Políticas**

Apesar do seu início nos anos 30, foi apenas nos anos 40 que a população rural da Região de Cacheu começou a sentir o impacto das políticas do Estado Novo, a maioria das quais era orientada para os ganhos económicos para o governo colonial. Três políticas foram as mais marcantes para os habitantes das zonas rurais da Região de Cacheu: os impostos, o trabalho forçado e o cultivo de culturas de exportação (Clarence-Smith 1985a: 12). As respostas dos autóctones mostram que as políticas administrativas portuguesas nem sempre tiveram o efeito pretendido.

### *1. Impostos*

Associando os impostos à submissão, o Estado Novo tentou maximizar as receitas tributárias realizando um recenseamento populacional, habitacional e pecuário. O imposto de palhota baseava-se no número de camas existentes em cada palhota e os residentes das casas de famílias extensas (*banéu*, Mjc.; Gu.) que

continham muitas camas estavam em acentuada desvantagem (Carreira 1950; Crowley 1990). Impostos adicionais foram aplicados sobre a extracção de vinho de palma e sobre o gado abatido (Brito 1950; Carreira 1947c). Os habitantes da região também tinham que pagar pequenas taxas para registarem os nascimentos, falecimentos e casamentos. Mas mesmo com o apoio dos governantes locais oficialmente reconhecidos, aos quais era pago um pequeno prémio pela cobrança de impostos e para assegurar o cumprimento dos regulamentos, as receitas foram baixas e, durante anos, a administração teve que recorrer a soldados que iam às tabancas pessoalmente ou paravam os habitantes arbitrariamente para cobrar o imposto de cabeça (Galli 1987: 27; Entrevistas em Caboi 9 e 12, 1986-87).

A presença de soldados coloniais em áreas remotas era um acontecimento de relevo e os residentes que os encontravam avisavam a sua chegada aos territórios vizinhos através dos seus *bombolons* ou tambores (Entrevista em Caboi 12, 1986). Muitos dos habitantes da Região de Cacheu interpretavam a cobrança em dinheiro feita pelos soldados como multa por conduta imprópria, e alegavam que não tinham pedido emprestado dinheiro nem roubado mulheres ou bens portugueses e que portanto nada tinham a pagar (Entrevistas em Caboi 9, 1987).

Os habitantes de algumas das províncias mais isoladas da Região de Cacheu (como por exemplo Cobiana, Jol, Churo) rapidamente constataram que poderiam reduzir consideravelmente os impostos se destruíssem as suas camas ou casas e se escondessem nas matas quando soubessem, através dos *bombolons*, que os cobradores se aproximavam (Entrevista em Caboi 12, 1986). Quando os soldados chegassem apenas contariam as camas de cada palhota que permanecesse intacta, e os velhos da tabanca, que estavam demasiado idosos para destruir e reconstruir as suas propriedades, eram os únicos que pagavam os impostos. Alguns habitantes de Cacheu defendem que o número quase constante de habitantes da região, nos censos oficiais entre 1928 e 1950 (Província da Guiné, 1924; 1951: 264), pode ser atribuído a esta estratégia de evitar pagar os impostos (Entrevista Caboi 12, 1986).

## 2. *Culturas de exportação*

Com o objectivo de conseguir dinheiro para pagar o imposto de palhota, os agricultores que viviam em áreas mais acessíveis foram obrigados a aumentar a sua produção e comercialização de culturas de rendimento. Coconote, óleo de palma, fruta e madeira eram as grandes produções para exportação na Região de Cacheu durante este período (Mota 1954b: 152-3, 170). Tentativas de plantações lucrativas, em grande escala, falharam repetidamente em toda a colónia, de modo que grande parte das culturas de rendimento continuaram a ser produzidas usando métodos tradicionais (Cunningham 1980: 42; Clarence-Smith 1985: 320-1).

Contudo, um contínuo declínio na produção de arroz na Região de Cacheu tornou-se uma real fonte de preocupações para a administração, particularmente porque houvera uma produção excedentária nos primeiros anos do período colonial. Séculos de emigração drenaram a força de trabalho da região, especialmente os jovens que eram essenciais para a extracção do vinho de palma e do chabéu, bem como para certas fase da produção de arroz. Além disso, a muitos chefes designados pelos Portugueses, faltava-lhes autoridade política e cerimonial para realizarem os rituais agrícolas e induzirem a população a trabalhar colectivamente na manutenção de diques e nas colheitas (Mota 1951: 672). Os diques começaram a degradar-se e largas extensões de terra que antes eram cultivadas, foram abandonadas. Alguns Manjaco começaram a contratar camponeses balanta para o cultivo de arroz em troca de alojamento e alimentação, pagamento em dinheiro e uma pequena percentagem da colheita (Mota 1951: 661; Entrevista em Pantufa 2, 1987; Entrevista em Caió 11, 1987). Outros dependiam cada vez mais do dinheiro enviado por familiares emigrantes para a compra de arroz em épocas de escassez (Entrevista em Caió 11, 1987).

Com o aumento da produção agrícola, a administração colonial esperava aumentar as receitas nacionais e estimular o comércio e as exportações (Galli 1987: 26). Mas exceptuando a construção de alguns diques de concreto (por exemplo Pecixe), para evitar os problemas inerentes à manutenção colectiva, a maioria dos outros aspectos ligados à produção de culturas de

exportação continuou a empregar técnicas tradicionais (Ribeiro 1987a; Ribeiro 1987; Cardoso e Ribeiro, 1987). Nos anos 40, a maior prioridade foi dada ao desenvolvimento agrícola e os delegados distritais começaram a incentivar a diversificação de culturas alimentares e de exportação introduzindo sementes melhoradas e árvores de fruto, como o cajueiro.

No entanto, a administração estava mais interessada em aumentar as receitas internas, primeiro, proibindo os guineenses de comercializarem o amendoim com outros países e posteriormente, impondo um monopólio à produção camponesa para assegurar que todos os excedentes fossem encaminhados para Portugal (Barreto 1938: 375; Galli 1987: 27-8). Apesar da tentativa de Portugal para controlar os excedentes agrícolas, os camponeses africanos tinham poucos incentivos para comercializarem os seus produtos dentro da colónia, porque as mercadorias que os Portugueses ofereciam em troca não eram competitivas, e porque nos territórios franceses vizinhos normalmente era-lhes oferecido melhores preços pelos seus produtos (Carreira 1960: 761). Estes factores contribuíram para a contínua e ilegal exportação de culturas de rendimento e de mão-de-obra da Região de Cacheu (Mota 1954b: 147,152).

### *3. Trabalho forçado*

A construção de obras públicas era crucial para provar a "missão civilizadora" de Portugal na colónia. Lamentavelmente para os Portugueses, a população indígena mostrava-se relutante a aderir à agricultura assalariada e ao trabalho manual pesado, preferindo profissões ligadas às áreas comercial, industrial, marítima, mecânica e doméstica (Mota 1954b, 123-4).

No entanto, os habitantes de territórios mais acessíveis da Região de Cacheu eram recrutados para cumprirem as suas obrigações laborais para com o Estado, ajudando a construir e manter estradas, pontes, poços, portos e prédios administrativos, e a plantar árvores ao longo das estradas próximas das suas povoações (Newitt 1981: 188). Embora as obras públicas tenham sido escassas, foram alcançados progressos consideráveis na

construção de estradas e de escolas, prédios administrativos e postos de saúde, particularmente durante os anos quarenta.

Muitas pessoas aceitavam mal o trabalho forçado e eram difíceis de mobilizar, excepto quando os interesses da administração e os dos chefes (régulos) legítimos coincidiam. Apenas os régulos tradicionalmente aprovados tinham direito a requisitar mão-de-obra, e os residentes recusavam-se a obedecer aos régulos impostos, a menos que conseguissem apoio suficiente para sancionar as suas ordens. Os autóctones que os Portugueses usavam para mobilizar trabalhadores para as obras públicas eram cruéis com as pessoas que se recusavam a aceitar o que eles propunham e eram conhecidos por cometerem delitos graves, tais como queimarem colheitas inteiras, quando as suas ordens não eram cumpridas (Entrevista em Caió 12, 1987). Alguns régulos legítimos foram capazes de estender o seu controle aos regulados vizinhos através do patronato português, e recrutar trabalhadores para as obras públicas. Com o apoio do Governo, Vicente Cacante, de Pelundo, por exemplo conseguiu compelir os habitantes do regulado de Pantufa a repararem estradas bem como a construírem casas, cortarem chabéu e cultivarem grandes campos de amendoim (Mota 1951: 660-1) em seu proveito pessoal, em detrimento das suas próprias culturas alimentares (Entrevista em Pantufa 1 e 3, 1987).

### *C. Emigração*

Como resposta ao trabalho forçado, aos impostos, aos termos de troca desfavoráveis para as culturas de rendimento e ao aumento da pressão sobre a população, a emigração aumentou grandemente durante o Estado Novo (Cunningham 1980: 40; Carreira 1960: 756; Carreira e Meireles 1959: 9; Mota 1951: 672; Entrevista em Pantufa 3, 1987) Não obstante os repetidos apelos feitos pela administração para que os Manjaco resistissem à migração (Rodrigues 1949: 199-202), cerca de 4.879 habitantes deixaram a Região de Cacheu anualmente, entre 1948 e 1950, e metade destes foram para o Senegal e a Gâmbia (Carreira 1960: 756).

O fim da escravatura e a imposição de sistemas legais alternativos também permitiram que os emigrantes da Região de Cacheu se fixassem em áreas anteriormente ocupadas por inimigos tradicionais (Carreira 1947c: 19-21). O principal destino dos emigrantes manjaco em outras partes do país foram a região de S. Domingos (33%), Catió (18%), Oio (13%) e Bissau (13%) (Carreira 1947c: 21). As pessoas emigravam para obterem mais terras e melhores oportunidades económicas e para resistirem ao trabalho forçado e aos réculos colocados pelos Portugueses, que ameaçavam o seu sustento prejudicando a produção de culturas essenciais (Entrevistas em Pantufa 1 e 3, 1987).

A distribuição da população da colónia tornou-se progressivamente desigual e as áreas urbanas cresceram com os imigrantes que procuravam melhores oportunidades. A migração interna também contribuiu para a cada vez mais complexa composição étnica da Guiné Portuguesa. Os grupos étnicos deixaram de estar confinados aos seus territórios históricos e os casamentos inter-étnicos multiplicaram-se (Carreira 1964).

### **III. Relações entre a administração colonial e os sistemas políticos indígenas (1930-74)**

#### *A. Estatutos Coloniais e Divisões administrativas*

Um aspecto fundamental da administração portuguesa sob o Estado Novo foi a divisão da população da Guiné-Bissau em "indígenas" e "civilizados", sujeitos a regimes jurídicos e políticos distintos (Mota 1954b: 47). De acordo com a Constituição, os "nativos" eram indivíduos ou descendentes de raça negra que, pela sua prática ou costumes, não se distinguiam do grosso das pessoas de sua raça. Os "indígenas" teoricamente pertenciam a uma comunidade sob o governo de um réculo, tinham acesso às terras comunais, pagavam impostos e estavam sujeitos às leis do direito consuetudinário africano (Newitt 1981: 101). Para sua "protecção" e "defesa", também gozavam do direito de serem julgados de acordo com os seus próprios estatutos de defesa da propriedade e de protecção no trabalho. A

quase totalidade da população (99,4% dos 57.741) da Região de Cacheu em 1945, assim como em outras áreas rurais da Guiné-Bissau, pertenciam à categoria de *indígena* (Carreira 1945: 181, 188).

Por sua vez a categoria de *assimilado* ou *civilizado* aplicava-se principalmente a uns poucos mestiços e crioulos, descendentes de comerciantes afro-portugueses (lançados), que tinham assimilado suficientemente os hábitos, a educação e a religião portuguesas para reivindicarem este estatuto. Apenas as pessoas "civilizadas" ou "assimiladas" eram consideradas plenos cidadãos da colónia e requeriam o diploma de cidadão (Mota 1954b: 48). O diploma era concedido ao candidato capaz de falar, ler e escrever português, sustentar-se a si próprio e à sua família através de riqueza própria ou uma profissão remunerada, exibir um bom comportamento, se afastar das práticas e costumes comuns à sua raça, e cumprir o serviço militar (Mota 1954b: 48; Rodrigues 1949: 119-126). Viúvas, mulheres e filhos de cidadãos, proprietários de estabelecimentos públicos, comerciantes legalizados e proprietários de indústrias estabelecidas, e pessoas que tivessem completado a escolaridade mínima exigida no liceu, automaticamente se qualificavam como cidadãos (Mota 1954b: 48). Na Região de Cacheu, o número de *civilizados* era de 341 (metade de 1%) e concentrava-se maioritariamente nas cidades de Cacheu e Canchungo (antiga Teixeira Pinto), que funcionaram como centros administrativos em vários períodos, e em postos administrativos e comerciais secundários como os de Bula, Pelundo e Calequisse.

Estes novos estatutos serviam claramente à afirmação colonial de que as províncias ultramarinas eram parte integral do Estado português: Portugal e as suas províncias serviam para exibir unidade política e solidariedade económica. Embora o objectivo da divisão em *indígenas* e *civilizados* fosse, teoricamente, para conduzir os africanos gradualmente ao estatuto de "civilizado", a fim de realizar uma "assimilação espiritual de populações não-metropolitanas", esta política, na realidade, ajudava a conservar as estruturas sociais tradicionais, a aumentar as receitas portuguesas e a fornecer ao governo e às empresas privadas uma fonte fácil de mão-de-obra (Brasão 1947; Cunha 1952; Newitt 1981: 101).

Em termos administrativos estes estatutos traduziam-se na divisão da colónia em concelhos com importante número de *civilizados* e sete regiões nativas ou circunscrições civis nas quais predominavam os *indígenas*. Por quase duas décadas, os limites e o número destas divisões administrativas variaram regularmente, mas por volta de 1952, a administração colonial estabeleceu-se com três concelhos e sete circunscrições. A Região de Cacheu foi uma destas circunscrições e continha seis postos distritais: Bula, Cacheu, Caió, Pecixe, Calequisse e Canchungo<sup>5</sup> (Ministério 1955; Mota 1954b: 54). Em 1942, Portugal mudou a sede administrativa da Circunscrição de Cacheu para Canchungo porque a localização desta última, no coração da Região e no distrito mais populoso, facilitaria as comunicações, o comércio e a segurança (Mota 1954b: 81-21). O Governador da nativa Região de Cacheu identificou cerca de 29 divisões territoriais<sup>6</sup> que correspondiam grosseiramente às províncias, aos pequenos regulados ou a áreas de iniciação (Carreira 1951b:7; 47; Mota 1954a: 146, 179).

Cada Região nativa tinha um governador apoiado por funcionários distritais (chefes de posto), e logo abaixo destes, régulos (regedores) tradicionais ou impostos<sup>7</sup>, que eram responsáveis pela cobrança de impostos, recrutamento de mão-de-obra (Governo 1922), e assegurar que os agricultores entregassem as suas culturas de rendimento nas sedes distritais (Ministério 1963).

---

<sup>5</sup> De 1912 até aos anos quarenta, o distrito de S. Domingos fazia parte da Região de Cacheu, mas mais tarde passou a ser uma região própria. (Caió era administrada juntamente com as Ilhas de Jeta e Pecixe até aos anos quarenta, altura em que Pecixe se tornou um pequeno distrito para aumentar a exploração dos recursos naturais da ilha.

<sup>6</sup> Os 29 territórios eram administrados a partir dos postos distritais como se segue:

1. Distrito de Cacheu: Bianga, Mata, Caboiana (Cabo), Cacanda, Pecau e Churo;
2. Distrito de Calequisse: Mata de Ocon, Boté, Cati, Bó, Timate, Bassarel e Calequisse;
3. Distrito de Canchungo (sede regional): Cajinjassa, Blequisse, Bugulha (Bugúdja), Canhobe, Tame, Pandim, Pelundo e Costa de Baixo);
4. Distrito de Caió: Caió, Cagegute e Jeta;
5. Distrito de Pecixe: Pintampil e Indafe. (Este último tornou-se parte do distrito de Caió);
6. Distrito de Bula: Bula, Jol e C6.

<sup>7</sup> Em algumas partes da Região de Cacheu, os Portugueses tentaram impor Fulbe aos Régulos manjaco e mancanha que não cooperavam (Galli 1987: 26).

## B. Chefes de Posto

As especificações de como os territórios nativos deviam ser governados nunca foram detalhadas em mandatos oficiais. Talvez a complexidade étnica da colónia e o conhecimento insuficiente dos sistemas legais indígenas tenham tornado essencial um certo nível de abstracção na aplicação dos códigos administrativos. Qualquer que fosse a razão, os regulamentos oficiais deixavam uma larga margem de manobra aos administradores e chefes de posto responsáveis pela sua implementação. Como resultado, na prática, a administração colonial portuguesa da Região, durante este período, parece ter sido orientada mais pelos caprichos de cada administrador e chefe de posto do que por qualquer estratégia executiva consistente. Através destes funcionários locais, muitas vezes interpretações pessoais e inconsistentes de leis vagas, tornaram-se o aspecto informal da política administrativa portuguesa que teve maior impacto sobre as sociedades indígenas. Na Região de Cacheu, o nível mais baixo da administração portuguesa, o funcionário distrital ou chefe de posto, e o nível superior dos sistemas políticos indígenas, o chefe da terra, era o ponto no qual estes dois regimes se intersectavam e o melhor campo para a análise do verdadeiro impacto da administração colonial sobre as sociedades indígenas.

De todos os níveis da administração colonial, sob o Estado Novo, os chefes de posto eram os que viviam mais perto da população indígena. Esta grande proximidade, combinada com a sua legitimidade como funcionários coloniais, deu a estes empregados de baixo estatuto uma enorme influência sobre as grandes populações sob a sua jurisdição. Como M. M. Sarmiento Rodrigues, Governador da Guiné em 1947, observa:

Julgo que os senhores chefes de posto devem já ter-se apercebido da importância suprema das suas funções. Ninguém como um chefe de posto, tem o extraordinário privilégio de conjuntamente projectar e executar até ao último pormenor. Ninguém tem mais latitude de acção, ninguém dispõe de melhores meios. A massa humana está à sua disposição (S. Rodrigues 1949: 291).

Os chefes de posto deviam supervisionar praticamente todos os aspectos do dia-a-dia nas áreas rurais. As suas tarefas rotineiras incluíam os serviços de saúde pública, a manutenção de estradas e pontes e a cobrança do imposto de palhota. As funções adicionais eram: promover o uso de ferramentas agrícolas melhoradas, incentivar a participação das mulheres em cursos de costura, manutenção de campos de experimentação de culturas de rendimento, plantação de árvores ao longo das estradas, controle dos incêndios florestais, inspecção da adequada manutenção dos pontos de água, envio de objectos de arte ao museu provincial e incentivar o uso de latrinas, o fabrico de pão de milho e o uso de topónimos portugueses (Newitt 1981: 188).

Ao cumprirem com as condições da sua nomeação, os chefes de posto tinham que jurar representar os interesses do Estado colonial e defender a sua política. Mas na prática, estes funcionários periféricos recebiam pouco apoio ou orientação pelos seus superiores. Em toda a colónia os chefes de posto estavam extremamente sobrecarregados de trabalho e com falta de pessoal (Carreira 1950: 11-12). Na Região de Cacheu, o Estado Novo efectuou uma bem vinda redução de papeladas (de sete para três livros oficiais) mas os triplicados dos talões de recibos, selos, emolumentos e outras contas exigidas a cada chefe de posto continuaram a ser de difícil manejo e desgastantes (Carreira 1950: 12-13). Embora se tivesse verificado algum progresso na construção de novos edifícios, muitos prédios da administração continuaram por reparar e os arquivos oficiais mesmo nas sedes administrativas estavam mal equipados e pouco organizados.

Confrontados com fornecimentos irregulares e insuficientes, com uma excessiva sobrecarga de trabalho e um clima inóspito, os chefes de posto foram forçados a adoptar um certo número de táticas não oficiais e por vezes ilegais no exercício das suas funções. De muitas maneiras a administração colonial na Região de Cacheu adaptou-se ao contexto local. Os funcionários alteravam os registos de nascimento para estarem a par com a recusa dos Manjaco a registarem os nascimentos até que as crianças formalmente "se tornassem humanas" aos três anos de idade. Quando os chefes de posto procuravam registar os nomes antes da realização das cerimónias tradicionais para a aposição de

nomes, a muitas crianças eram dados nomes temporários e arbitrários, apenas para satisfazer os funcionários (Carreira 1950: 20; Crowley 1990). O registo de falecimentos parecia ser mais rigoroso para os velhos do que para os jovens, uma vez que os primeiros tinham um funeral dispendioso que não podia ser escondido dos chefes de posto (Carreira 1950: 21). No entanto, algumas mortes eram difíceis de registar devido ao tabu, existente em determinadas zonas, de mencionar o nome de uma pessoa falecida. Mesmo as estatísticas demográficas relativas à idade tiveram que ser adaptadas ao sistema manjaco de idades por falta de um melhor meio de categorização (Carreira 1950: 25).

Ainda mais significativos foram os meios a que os funcionários distritais recorreram na tentativa de recrutar mão-de-obra local. Frequentemente, os chefes de posto da Região de Cacheu apenas conseguiam mobilizar a mão-de-obra de que necessitavam impondo "condições arbitrárias, ilógicas ou imorais", manipulando amizades pessoais, e forçando os chefes indígenas a trabalhar, na esperança de que a população os imitasse (Carreira 1950: 12). As estratégias variavam consideravelmente de indivíduo para indivíduo, mas todos eram obrigados a fazer uso de um razoável pragmatismo e habilidade, até para assegurar a realização das suas funções mais básicas.

## **1. Perspectivas coloniais e envolvimento na política indígena**

As relações dos chefes de posto com os chefes da terra indígenas tornaram-se um meio indispensável para o recrutamento da mão-de-obra e dos materiais de que precisavam. Contudo, os dirigentes "tradicionais" nem sempre estavam dispostos a aceder, e nem sempre satisfaziam as normas de protocolo que os chefes de posto esperavam. De facto, era deste importante mas instável relacionamento de boa-vontade entre o chefe de posto e o chefe da terra que muitos dos serviços administrativos coloniais dependiam (Carreira 1950: 19). A posição precária dos chefes de posto combinada com o seu direito a intervir na política local criaram uma situação explosiva,

em que os chefes de posto não podiam resistir a intervir na escolha dos chefes indígenas.

Durante o Estado Novo, a Região de Cacheu foi famosa pela intriga que envolveu a sucessão nos cargos políticos "tradicionais". De facto, um governador da Circunscricção de Cacheu mantinha que "o estipular das responsabilidades do regulado e a questão dos bens ligados a estes cargos" era "o ponto sensível nas relações entre as autoridades administrativas e as população locais" (Carreira 1950: 42). A questão era particularmente problemática porque os chefes de posto frequentemente comprometiam as suas carreiras por envolvimento nestas intrigas. Entre 1920 e 1950, mais de 50% de todos os administradores da Região de Cacheu deixaram os seus postos sob investigação ou suspensão, principalmente em consequência de se terem envolvido em disputas sobre a sucessão de régulos ou sobre a herança dos bens do régulo (Carreira 1950: 42).

Os funcionários portugueses atribuíam as suas disputas com os chefes indígenas a vários factores. Um deles era a completa ignorância, por parte de muitos funcionários coloniais, das leis consuetudinárias relativas ao cargo de régulo (Carreira 1950: 42). O administrador regional, António Carreira (1950: 45) alude ao desconhecimento ou à deficiente maleabilidade dos funcionários coloniais quando descreve a facilidade com a qual "qualquer Manjaco, vestido com um fato novo de fabrico europeu ou com um velho e sujo uniforme pode aparecer nas repartições e reivindicar uma ofensa por si só, ou apoiado por uma pessoa de pele branca mas de alma negra" (Carreira 1950: 45).

Os registos do tribunal estão repletos de conflitos entre as autoridades indígenas e impostores que usurparam um cargo "tradicional" com o apoio de certos funcionários portugueses inconscientes. Um caso bem conhecido é o do administrador interino da Região de Cacheu, Cavaleiro, que, após poucos dias em funções, depôs oito chefes de tabanca do distrito de Costa de Baixo, bem como o chefe distrital tradicional escolhido pelos Portugueses, Joaquim Baticã Ferreira (Carreira 1950: 75-82; 224-231). Os "agitadores" e "usurpadores" políticos dos cargos e bens indígenas iam de intérpretes dos postos distritais, comerciantes, criminosos que tinham sido detidos ou deportados várias vezes,

candidatos que não preenchiam os requisitos para a chefia, até candidatos legítimos ao cargo. Sob certas circunstâncias, a falta de familiaridade dos Portugueses com as leis tradicionais de sucessão na Região de Cacheu virtualmente impossibilitou que alguém pudesse apresentar ao funcionário ou ao Estado colonial uma pretensão convincente para assumir o posto.

Uma segunda razão para a confusão colonial relacionada com as autoridades indígenas foi a complexidade e diversidade inerentes aos interesses associados à sucessão tradicional no respeitante aos cargos políticos. A pequena dimensão e a natureza fragmentada dos sistemas políticos manjaco e a repartição das leis de sucessão em diferentes áreas tornou difícil para os administradores a adopção de um método coerente e único para os regulados. As leis (R.A.U., artigo 96) apenas referem três possíveis vias através das quais os africanos podiam assumir os cargos políticos tradicionais: a sucessão por hereditariedade directa ou colateral de acordo com os costumes locais; pela escolha da população no caso de ausência de sucessores; a nomeação para o cargo baseada num método estabelecido pelos costumes e tradições indígenas. Mesmo com estas generalidades e a obrigação legal de respeitar as leis indígenas de sucessão, a maioria dos funcionários coloniais não sabia como lidar com a imensa variedade de sistemas políticos na Região de Cacheu. As formas de sucessão política incluíam o seguinte (Carreira 1950: 49):

1. Escolha a partir de uma categoria específica de candidatos ligados à linhagem matrilinear, feita pelo Rei de Bassarel ou outra entidade social poderosa e precedida de rituais de consulta.
2. Num dos regulados (Blequisse), a investidura automática da primeira mulher do Rei de Bassarel.
3. Alternando a sucessão entre os chefes das diferentes povoações (em dois regulados da ilha de Pecixe).

#### 4. Nomeação do primeiro homem a noticiar a morte do régulo (Calequisse).

Os funcionários coloniais viam-se em grandes dificuldades para conciliar os diversos interesses dos africanos com os interesses administrativos "por meio de acordos legais e relações vantajosas" com as autoridades indígenas (Carreira 1950: 50).

Em todos estes casos, os candidatos indígenas escolhidos localmente eram sujeitos à aprovação da administração e necessitavam de confirmação sob a forma de um documento legal oficial (Carreira 1950: 48). A lei ainda estabelecia que as tradições e costumes poderiam ser os meios de selecção de autoridades indígenas, desde que estas não entrassem em contradição com as "leis e os princípios de humanidade" coloniais. Esta condição deu aos administradores campo considerável para interpretações, essencialmente permitindo-lhes agir como melhor entendessem sempre que um candidato parecia incompetente ou incapaz de servir os objectivos coloniais.

Apesar de tudo, os funcionários coloniais sabiam que, na Região de Cacheu, os detentores de cargos indígenas tinham direito a usufruir de certos bens, a exigir prestações laborais não remuneradas da população durante um certo número de dias por ano, e o poder de influenciar a vida familiar nas povoações (Carreira 1945: 26). Os administradores também reconheciam que as disputas sobre os postos de chefia eram particularmente comuns, devido ao número e ao valor dos bens a eles inerentes (Carreira 1945). Conflitos sobre as propriedades do régulo proliferavam especialmente em áreas de grande densidade populacional (Carreira 1945), sugerindo um problema de escassez de terra ou pelo menos de pouca distribuição. Os funcionários portugueses acreditavam que os conflitos eram mais pronunciados nas áreas em que os direitos costumeiros de transferência e uso de propriedades do régulo estavam "pouco claros" (Carreira 1945).

Um terceiro facto que contribuía para os atritos entre as autoridades coloniais e indígenas era que alguns empregados coloniais consideravam injustos certos aspectos do sistema político tradicional, e com o poder que lhes era dado, tentaram mudá-los. Particularmente ofensivo para os administradores era o

cargo manjaco de entronizador (*nagak, pegak, nalomat*), que tinha a responsabilidade de escolher o chefe a ser nomeado e recebia presentes de uma multidão de candidatos com esperanças de fazê-lo pender a seu favor. Por esta função, o entronizador recebia muitos bens e, com a sua família, gozavam de um estatuto social considerável (Carreira 1945: 25). Os administradores consideravam esta instituição abusiva para com as populações indígenas; conceder o poder ao candidato que pudesse pagar mais parecia reduzir os requisitos do cargo político a um sistema de lutas, corrupção e proveito pessoal (Carreira 1945). No entanto estes "vendedores de cargos" arcavam com a responsabilidade quando a sua escolha não agradava às facções locais, particularmente quando os chefes eleitos não garantiam arrendamentos favoráveis nas suas propriedades (Carreira 1945: 236).

Os administradores também desaprovavam a maneira como as autoridades indígenas tratavam os seus oponentes e resolviam os conflitos locais relativos aos direitos sobre as propriedades do regulado, que eles diziam serem grandemente responsáveis pelo alto índice de emigração na Região (Carreira 1945: 39-40). Desse modo, alguns sugeriam modificações substanciais das leis tradicionais, como uma solução para "o problema manjaco da emigração". Entre estas propositas figuravam (Carreira 1945: 41-42):

- \* planejar um sistema viável de arrendamento das propriedades do chefe e do rei, o qual envolveria registo escrito, garantido por uma autoridade administrativa;

- \* mecanismos para fiscalizar como os chefes usavam a mão-de-obra indígena e para eliminar abusos;

- \* procedimentos para proibir a intervenção dos chefes na resolução das "questões" indígenas.

Não se sabe se foram realizadas acções no sentido de implementar estas propostas.

Uma quarta fonte de contencioso era o desconhecimento, pelos funcionários coloniais, dos métodos apropriados para rectificar o que consideravam como "injustiças inerentes ao sistema tradicional" (Carreira 1950: 42). Com o tempo, alguns administradores adquiriram experiência suficiente para saberem que leis eram completamente impraticáveis e que ajustamentos poderiam ajudar a melhorar a capacidade colonial de governar a Região. Por exemplo, tornou-se evidente que os funcionários que usavam o seu poder para destronar régulos eleitos segundo as leis consuetudinárias, rapidamente se tornaram "bodes expiatórios" nos conflitos subsequentes. Também ao exercerem o seu direito de intervenção, os funcionários coloniais tornaram-se uma nova fonte de legitimidade para potenciais candidatos em campanhas futuras (Carreira 1945). Estes problemas deram a entender que os administradores locais deviam tentar, na medida do possível, evitar interferir nos assuntos indígenas.

A experiência também capacitou os administradores para avaliarem a política que incentivava os cargos indígenas a permanecerem vagos por longos períodos. Esta política tinha como objectivo a extinção de fastidiosos costumes e cargos, tais como o de entronizador. Contudo, os funcionários coloniais cedo aprenderam que esta tática lhes poderia ser prejudicial a longo prazo. Em 1950, 18 dos 29 regulados da Região de Cacheu não tinham chefe e muitos já estavam assim há algum tempo (Carreira 1950: 46). Longe de eliminarem instituições problemáticas, os habitantes das zonas rurais dificilmente aceitaram o desaparecimento dos cargos e recusaram-se a cultivar, ou a permitir a outros o cultivo das propriedades do régulo porque, mesmo estando vago o cargo, o uso não autorizado destas terras estaria em violação das leis costumeiras e sujeito às sanções divinas. Quando a administração designou chefes para preencher estes cargos, estes chefes autorizados muitas vezes eram incapazes de mobilizar mão-de-obra ou de resolver conflitos, e frequentemente provocavam mais disputas do que aquelas que resolviam (Carreira 1945). Apenas as autoridades tradicionais legítimas podiam celebrar os rituais requeridos, em certas épocas e lugares e que permitiriam aos camponeses explorarem as terras do chefe. Crenças e costumes

profundamente enraizados mostraram-se mais difíceis de eliminar do que o próprio cargo de chefe da terra.

## 2. Critérios "tradicionais" para o poder

Até aqui foi apresentado o ponto de vista colonial das suas relações com as autoridades políticas indígenas. Não obstante a perspectiva pessimista de Portugal, uma análise das histórias orais da região revela que alguns grupos sociais incorporaram temporariamente os funcionários coloniais nos seus sistemas políticos "tradicionais". Ironicamente, os funcionários coloniais assumiam precisamente o papel que mais esperavam combater: o de entronizador ou "vendedor" de cargos. Para explicar este enigma, exporemos aqui alguns antecedentes das formações políticas indígenas na Região de Cacheu e uma análise mais detalhada de um regime político tradicional.

A forma mais comum de organização territorial na Região de Cacheu era o pequeno regulado semi-hierárquico. Embora alguns dos 29 territórios (*tchon*, Cr.; *usak*, Mjc.) pareçam ter sido não estratificados e governados por conselhos de anciãos (p. ex. Churo, Carreira 1947a: 26), a maior parte dos pequenos regulados era governado por diferentes linhagens aristocráticas com leis distintas de descendência e sucessão (Coelho (1669) 1953: 36-9, 145-57; Bocandé 1849: 337-343; depoimento pessoal: Gable 1987a). Os régulos eram eleitos entre os membros do clã aristocrático, normalmente por um processo de sucessão rotativa entre as linhagens e povoações elegíveis. Muitos eram investidos de um certo grau de autoridade sagrada e rodeados de numerosas proibições rituais (Crowley 1990). Este tipo de formação política, ligada aos clãs aristocráticos (chamados de *jagra* em crioulo) que se alternavam na sucessão política, os entronizadores, a associação de postos políticos e grandes propriedades e as regalias reais de vassouras, barretes vermelhos e santuários para um espírito do ferro também foram documentados, nalguma medida, entre os Banhum, os Brame, os Beafada e os Bijagó em registos anteriores (Almada 1594; ) 1964; Fernandes (1510) 1951: 70, 88, 128; Hawkins 1980: 24; Carreira 1947a: 104).

Em vários períodos da história, os regulados da Região consolidaram-se em unidades políticas maiores (Crowley, 1990). O de maior relevância, para os nossos objectivos, é o Reino Manjaco, uma federação abrangendo províncias e pequenos regulados governados a partir da província de Bassarel (Carreira 1947a: 25-6, 113; Mota 1954a: 147, 311-12; BOGP, 1911: 3; BOGP, 1928: 18). O reino parece ter começado a evoluir nos finais do século XVIII, incorporou gradualmente regulados adjacentes ao longo do séc. XIX, e começou a desagregar-se em 1897 (Bocandé 1849: 340-42; Crowley 1990). Aquando da sua extensão máxima, nos anos 90 do século passado, o Reino Manjaco incluía cerca de 23 regulados da Região.<sup>8</sup> O rei supremo tinha o poder de exigir tributos de alguns dos seus regulados subordinados, mas na maior parte dos casos, tinha pouco mais do que um controle nominal sobre estes territórios (Carreira 1947a: 113, 117; Bocandé 1849: 340-41). Ele recebia prestações de candidatos ao posto de régulo e concedia a confirmação ritual a cada candidato que fosse escolhido inteiramente de acordo com as leis locais de sucessão. Além destas funções e de formalmente legitimar a investidura do poder através da transmissão de uma vassoura simbólica (*bikil*, Mjc.), chocalho (*usóí*, Mjc.), e um pedaço de ferro (*mtchak*, Mjc.), o Rei de Bassarel tinha pouco contacto com os seus régulos semi-autónomos (Carreira 1947a: 117; Entrevistas em Caió 4, 6 e 10, 1986-87). Em resumo, o Rei manjaco tinha mais um poder nominal e ritual do que uma autoridade absoluta sobre muitos dos seus regulados vassallos.

A disponibilidade de registos históricos e dados antropológicos faz do regulado de Caió um caso ideal para estudo do relacionamento entre os chefes da terra e os chefes de posto. Tal como entre os Pepel e outros grupos étnicos da costa, um clã aristocrático e seis clãs matrilineares comuns formavam a base da

---

<sup>8</sup> Os regulados do Reino Manjaco eram Bassarel, Baboc (Costa de Baixo), Calequisse, Blequisse, Inhangabute, Cati, Timate, Mata de Ocon, Bó, Cajinjassa, Pandim, Pelundo, Bugulha, Canhobe, Tome, Caió, Cajegute, Indafe, Pintampil, Jeta e os regulados mancanha de Jol, C6 e Bula (Carreira 1947a: 112-4, 26). Tanto quanto é do meu conhecimento, há seis regulados ou províncias na Região que nunca fizeram parte do reino. Estes eram Manjaco do nordeste, das províncias de Churo, Pécáu, Meta, Cacanda, Biánga, bem como de Boté e Caboi (Coelho (1669) 1953: 36; Bocandé 1849: 337-9), que tendiam a formar as suas próprias coligações, normalmente sob a liderança do chefe de Mata. Devido à independência política e étnica destes pequenos regulados do Reino Manjaco, cujos rituais assentam na patrilinearidade, os Manjaco do nordeste eram chamados de "Pepel" até bem entrado o séc. XX.

organização política e de parentesco em Caió. Os régulos de Caió eram escolhidos de um clã matrilinear aristocrático conhecido por Basásen (Mjc.), distintos de seis clãs matrilineares comuns: Basó, Bayíg, Basétu, Baféi, Basáfim, e Batát. O aristocrático Basásen estava dividido em quatro linhagens superiores (*ikánda*, Mjc.; *kabás*, Cr., 'cabaça'), entre os quais rodava o cargo de régulo (Entrevistas em Caió 3-6, 1986-87).

Um entronizador (*nalómat*, Mjc.) consultava os espíritos, os antepassados e o povo de Caió antes de escolher, de entre os candidatos elegíveis, o régulo. O entronizador adquiria este estatuto por ser o filho mais velho do último régulo, nascido na corte real (*Kor Belabate*, Mjc.). Cada candidato dava ofertas ao entronizador para persuadi-lo e decidir em seu favor. O entronizador enviava um mensageiro anunciar ao público e aos candidatos a sua escolha e entregar a vassoura (*bikíl*, Mjc.), símbolo do poder e da ordem, ao novo rei.<sup>9</sup> O entronizador não aparecia pessoalmente, porque existia o perigo de os candidatos não escolhidos que lhe tinham dado abundantes ofertas, tentarem matá-lo (Entrevista em Caió 4, 1986).

Após a tomada de posse, era garantido ao régulo, ao entronizador, ao filho mais velho do entronizador (*magák*, Mjc.) o direito de liderar um aglomerado residencial de linhagem. Cada um também tinha direito a terras agrícolas específicas e a trabalhos *corvéé* de quase<sup>10</sup> todas as linhagens residentes, durante cada fase do ciclo agrícola. Cada beneficiado tinha ainda o privilégio de designar um tenente ou "guarda de segurança" (*nadján*, Mjc.) para zelar pelos seus bens na sua ausência.

---

<sup>9</sup> As regalias do Régulo de Caió eram uma vassoura, um gongo (*utápi*, Mjc.) para atrair os espíritos e anunciar a sua chegada, e uma cabaça (*Kakánda*, Mjc.) contendo o espírito da realeza representando o seu direito herdado de assumir o poder político. O entronizador (*nalómat*, Mjc. de Caió; *nagák*, Mjc. central), tal como um régulo, tem uma vassoura e um gongo como símbolos do seu cargo político, mas também usava o machado (*patibi*, Mjc.) daço que é o único com o poder de destronar o régulo, caso este não esteja a servir os interesses do povo. O guarda-costas do régulo (*nadján adjí kor*, Mjc.) usava um capacete especial (*basambarang*, Mjc.) coberto com espelhos e cornos de gazela, fazendo a sua chegada e o anúncio de novas ordens do régulo facilmente notados por todos à distância. Finalmente o guarda-costas do entronizador (*nadján nalómat*, Mjc.) carregava um sabre (*sapára*, Mjc.) e um escudo (*ubél*, Mjc.) para simbolizar as suas funções protectoras.

<sup>10</sup> Apenas as linhagens que residiam em Kor Belabate, Belómate, Pegák e Lera estavam dispensadas de trabalhar nos campos umas das outras.

### 3. Reacções indígenas à intervenção colonial

Os regulados responderam diferentemente às intervenções coloniais. Após a ocupação pelos Portugueses da Região de Cacheu, os sistemas de sucessão começaram a ruir em muitos regulados. O Rei manjaco de Bassarel foi substituído pelo Governador regional português em Canchungo, como a autoridade política da Região de Cacheu. Em vez de receberem autorização ritual apenas do Rei. manjaco, os antigos regulados do Reino Manjaco e mesmo os territórios independentes, tinham que obter a aprovação colonial antes que os chefes tradicionais legítimos e os líderes políticos pudessem assumir o cargo (Carreira 1951b: 48).

Devido ao desconhecimento das leis tradicionais de sucessão política, a administração colonial apoiou economicamente candidatos economicamente poderosos que faziam reivindicações convincentes, mas que, por outro lado, não preenchiam nenhum dos critérios tradicionais para a liderança, tais como descendência aristocrática e aprovação ritual (Carreira 1951b: 51-4; Entrevistas em Caió 3 e 4, 1986-87; Entrevista em Pantufa 3, 1987).<sup>11</sup> Em territórios com pouca evidência de autoridade política centralizada (p. ex. Churo) e naqueles em que as instituições políticas tradicionais se tinham deteriorado ao longo dos séculos (p. ex. -Cobiana), o Governador regional designava régulos normalmente de entre os residentes do território que cooperavam. Por exemplo, no regulado de Cobiana, que estava sem chefe desde os finais dos anos vinte deste século (Carreira 1951b: 47), as autoridades coloniais impuseram um residente local, Patúнки, como régulo. Embora o novo régulo pertencesse a uma linhagem real, não tinha sido eleito divinamente, como era costume para esta posição sagrada e por isso, apenas tinha autoridade nominal, simbolizada pelos medalhões portugueses que usava como privilégio oficial (Entrevistas em Caboi 2, 4, e 13, 1986). Esta nomeação teve poucas repercussões na população de Cobiana, porque normalmente Patúнки ficava do lado do seu povo e a administração colonial tinha dificuldades em aplicar as suas

---

<sup>11</sup> A administração colonial apoiou usurpadores ao cargo de régulo nos regulados de Costa de Baixo, Caió, Pelundo e Tame, entre outros (Carreira 1951b: 52).

políticas neste território isolado, sem administradores portugueses propriamente seus.

Os políticos ambiciosos e os chefes de território que estavam localizados mais ao centro da região tinham mais acesso à intervenção colonial, e cedo descobriram que as sanções oficiais podiam ser manipuladas em proveito próprio e em detrimento de rivais, súbditos e regulados vizinhos. Vicente Cacante, que se tornou régulo de Pelundo em Julho de 1927 (Carreira 1945: 22), e aproveitou o seu poder, legitimado colonialmente, para reclamar o regulado de Pantufa, antes autónomo, como parte do seu território (Entrevistas em Pantufa 1 e 3, 1987), é um exemplo disso. Outro exemplo notável foi o régulo Joaquim Baticã, de Costa de Baixo, que foi executado após a Independência devido às atrocidades que cometeu sobre os seus súbditos. Contudo alguns sistemas políticos indígenas demonstraram uma flexibilidade surpreendente quando confrontados com a interferência portuguesa. Da perspectiva da população rural da Região de Cacheu, os chefes de posto capazes de intervir regularmente e directamente na política local eram mais importantes do que os administradores regionais. Em algumas áreas, o chefe de posto chegou a suplantar o entronizador e, tal como ele, recebia ofertas dos potenciais candidatos antes de conceder legitimidade política. Diferentemente do entronizador, o funcionário distrital considerava não só os candidatos que tinham apresentado as ofertas mais avultadas e melhores pretensões à autoridade tradicional, mas também os candidatos apresentados às anteriores disputas de sucessão que se comprometessem a defender os interesses portugueses ou os interesses pessoais do chefe de posto, ou ainda quem tivesse assimilado, pelo menos parcialmente, a cultura, a língua, a religião ou o vestuário português (Depoimento pessoal: Carreira, 1987).

De novo o exemplo de Caió é ilustrativo, desta vez dos paralelos entre o papel de chefe de posto e o de entronizador. Imediatamente após a ocupação, os chefes de posto começaram a intervir na política local em Caió. Em 1916, Lis Nawika, o intérprete do posto administrativo, persuadiu o chefe de posto a apoiar um homem chamado Nanja Mantenha, que era irmão do

candidato legítimo<sup>12</sup> eleito pelo entronizador. Após Mantenha ter assumido o cargo, ele e Nawika entraram em desavença e afastaram-se um do outro, mas o intérprete ainda mantinha suficiente poder na administração para fazer depor e aprisionar Mantenha, de modo a que ele próprio pudesse assumir o poder. Nawika era um manjaco de Caió, mas pertencia a um clã comum e tinha sido submetido aos rituais de iniciação num outro regulado e, por isso, tradicionalmente não podia reclamar o poder. No entanto, o apoio da administração colonial possibilitou-lhe reinar até à sua morte e ainda a nomear um amigo, homem do povo, Lis Kowinko, como seu sucessor.

Apenas quando um novo chefe de posto, Meireles, tomou conhecimento das leis locais de sucessão, terminou o reino dos usurpadores. Com a ajuda do entronizador, Meireles depôs Kowinko e concedeu oficialmente a realeza a Francisco Mangu, que era o herdeiro legítimo e que, ironicamente, também serviu como seu intérprete durante vários anos. Mangu reinou em Caió de 1943 até 1962.

Este exemplo demonstra como os chefes de posto, ao legitimarem certos candidatos em vez de outros, assumiam às vezes a posição de entronizadores nas sociedades rurais da Região de Cacheu. Muitos Manjaco que viveram neste período, reconhecem explicitamente o paralelismo existente entre estes dois cargos. No entanto, ao ignorarem os critérios tradicionais de legitimidade, tal como a prioridade das linhagens aristocráticas e os rituais requeridos para o cargo, os régulos eleitos pelos chefes de posto nunca foram aceites pelas populações indígenas e os seus nomes nunca alcançaram o mesmo estatuto nas tradições orais sobre as dinastias dos chefes.

#### **4. Actividades não oficiais dos chefes de posto**

A maior parte do tempo, a população indígena da Região de Cacheu tinha poucas possibilidades de saber se os chefes de posto estavam a representar os seus interesses ou os do Estado. O impacto dos chefes de posto em outras instituições sociais revela

---

<sup>12</sup> Embora o régulo por direito, Djon Bupák, tivesse o apoio do entronizador, era muito pobre para completar os rituais de acesso necessários.

a dimensão da sua verdadeira autoridade e até que ponto eles se desviavam da política formal. Por exemplo, a empreendedora esposa de um chefe de posto deu início a uma moda, que perdurou por muito tempo, de soutiens coloridos que ela punha às mulheres de Baió coser, persuadiu o seu marido a exigí-los como vestuário e vendia-os em proveito próprio (Comunicação pessoal: Mota, 1986).

Outras políticas oficiais e não oficiais não foram aceites tão facilmente. Sem se aperceberem das repercussões das suas atitudes, muitos chefes de posto desaprovavam os casamentos arrançados, particularmente quando existia uma grande diferença de idades entre os cônjuges. Os funcionários portugueses tendiam a perdoar os casamentos por "amor" e por mútuo consentimento (Comunicação pessoal: Mota, 1986), quando era costume, em muitas partes da Região, um homem prometer em casamento uma filha ainda criança ou por nascer, a um amigo, o qual trabalharia durante anos nos campos de arroz<sup>13</sup> deste pai, até que a filha atingisse a idade de casamento, cerca de 14 anos. Além disso, os missionários portugueses consideravam a preferência manjaco de os homens se casarem só quando atingissem maioridade nas classes de idade e nas sociedades de iniciação, como conducente à promiscuidade pré-marital (Moreira (1947) em Rema 1982: 619).

Sabendo que os chefes de posto defenderiam as suas posições, as jovens noivas frequentemente procuravam a protecção deles, contra os casamentos com homens mais velhos (Depoimento pessoal: Mota, 1986). Mas depois de um homem ter trabalhado 10 a 20 anos, nenhuma compensação monetária resultava satisfatória se a noiva se recusasse a casar. Como sanção contra a quebra de contratos de casamento, o que aparentemente sempre ocorreu, mas de modo limitado, os outros homens recusavam-se a casar com estas mulheres e, conseqüentemente, muitas tinham de se deslocar para outras províncias se quisessem encontrar marido (Entrevista em Cabo 14, 1986). Gradualmente, o apoio da administração às mulheres que reclamavam o casamento por "mútuo consentimento"

---

<sup>13</sup> Os serviços prestados pelo noivo consistiam num dia de trabalho em cada fase do ciclo agrícola (construção de diques, lavoura, transplante e colheita), bem como pequenas ofertas ocasionais de vinho de palma e chabeu.

inspirou uma "revolução de mulheres" na qual classes de idade inteiras de mulheres, em alguns territórios, se recusaram a casar os homens quem tinham sido prometidas (Entrevista em Cabo 14, 1986). Finalmente, os anciãos e os homens aperceberam-se que perderiam demasiadas mulheres da província se continuassem a forçar o cumprimento de casamentos arranjados em que uma das partes discordava (Entrevista em Cabo 2, 1986).

Nas suas actividades diárias, os chefes de posto por vezes influenciaram as estruturas sociais e políticas indígenas de maneiras que não pretendiam nem imaginavam. As políticas coloniais portuguesas eram, na prática, quase tão diversas como diversas eram as personalidades responsáveis pela sua implantação.

#### **IV. Alterações na legitimidade política durante a guerra pela independência (1960-74)**

Embora este período constitua, tecnicamente, a última fase do Estado Novo, o seu impacto sobre as políticas indígenas foi distinto e merece atenção especial. A guerra entre o Estado colonial e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) significou que em toda a colónia as figuras políticas predominantes foram forçadas a tomar partido. Uma das alterações mais importantes neste período foi que os critérios para a legitimidade política mudaram significativamente. Assim o foi, muito embora a administração portuguesa continuasse a enfatizar a assimilação cultural e a lealdade e submissão aos interesses coloniais, como base para darem o seu apoio aos cargos políticos. No entanto emergiram novas autoridades legitimadoras, nomeadamente o PAIGC, que dava oportunidades aos clãs populares, às classes mais baixas e aos politicamente descontentes.

Esperava-se que os régulos e dirigentes cujas posições tinham sido sancionadas pela administração colonial, declarassem a sua lealdade aos Portugueses. Aristocratas e usurpadores locais que tivessem conseguido provar ao regime colonial a sua "legitimidade" depois de ocupado o cargo, tendiam a cultivar estes laços, pelo menos na aparência. Os régulos que abertamente

se punham do lado dos Portugueses eram considerados traidores à sua raça e inimigos da liberdade, enquanto que os que hesitavam era imediatamente considerados suspeitos de cumplicidade com o PAIGC e rapidamente presos pela polícia portuguesa ou PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Dado que não se sabia quem venceria a guerra, a escolha de alianças resultava inevitavelmente numa situação de não-vencedores.

Em contrapartida, os membros dos clãs populares e menos privilegiados acharam que o PAIGC lhes dava oportunidade de provarem as suas capacidades de liderança e de combate, e a possibilidade de acederem ao poder a nível nacional, uma posição de maior alcance do que o dos sistemas políticos locais, nos quais tinham apenas uma participação limitada. A ênfase do PAIGC na igualdade e na realização pessoal através do mérito e da lealdade, em oposição à autoridade tradicional baseada na descendência e antiguidade, atraía particularmente as populações não aristocráticas e acéfalas como os Balanta, cujos sistemas eram também os mais incompreensíveis ou impenetráveis à influência portuguesa.

Alguns governantes indígenas manipularam o conflito entre o poder colonial e o PAIGC em proveito próprio. Certas figuras políticas acusaram os rivais de colaboração com o PAIGC para melhorarem as suas próprias posições. Em 1962, Baticã, o régulo manjaco da província de Costa de Baixo, e outro homem, tendo ambos beneficiado enormemente do regime colonial, o qual apoiavam, acusaram Mangu, o régulo de Caió, de ter colaborado com o partido pro-nacionalista FLING (Frente para a Libertação e Independência da Guiné Portuguesa). A polícia portuguesa (PIDE) rapidamente capturou Mangu e manteve-o preso, primeiro em Canchungo e posteriormente na colónia penal da Ilha de Canhabaque, Arquipélago dos Bijagós, até à sua morte, em 1966.

Esta falsa acusação marcou o início de mais de duas décadas de interregno em Caió. Durante o encarceramento de Mangu, o seu guarda-costas (*nadján kor*, Mjc.) assumiu as suas funções e ajudou a melhorar as relações entre a população de Caió e o regime português. Depois da morte de Mangu a sucessão política seguiu a sua rotação normal para as duas próximas linhagens

aristocráticas em linha de sucessão, mas os rituais de nomeação nunca mais foram realizados, na sua totalidade, durante a guerra, e os eleitos, António Kanyásele e Afonso Caropiním, nunca assumiram oficialmente o cargo. Uma das razões foi que o único entronizador legítimo (*nalómat*, Mjc.) o filho de Mangu, era muito jovem para assumir o posto e realizar os rituais necessários para a escolha e investidura do novo régulo. Além disso, durante este período o entronizador viveu em Ziguinchor, longe da inveja e feitiçaria dos potenciais adversários. De acordo com muitos manjacos de Caió, estes dois eleitos viveram num estado ritualmente perigoso e morreram jovens, por não terem realizado as cerimónias necessárias sob a orientação do entronizador.

A guerra proporcionou novas perspectivas para o poder político através de lealdades tácticas e falsas acusações. As alianças variavam quer pela localização em relação à área administrativa, quer pelo clã aristocrático ou popular e na sua maioria pelas circunstâncias imediatas.

## V. Legitimidade política desde a Independência

Quando a Guiné Portuguesa se tornou a República da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1974, o governo colonial português foi substituído por uma outra estrutura administrativa centralizada, um Estado não alinhado de partido único, centrado em Bissau, do qual uma larga faixa dos seus dirigentes era constituída pelas elites crioulas escolarizadas de estatuto *civilizado* (Galli 1987: 3). O primeiro presidente do país (1974-80), Luiz Cabral, era filho de pais caboverdianos, tal como o seu meio-irmão, Amílcar Cabral, o fundador do PAIGC. De facto, uma das principais questões desde a Independência tem sido o grau de poder que os crioulos e os Caboverdianos devem exercer na política nacional.

Na altura em que João Bernardo Vieira ("Nino"), um veterano pepel da guerra de guerrilha, subiu ao poder após um golpe militar em 1980, a união entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde foi desfeita, uma vez que o novo Presidente tentou retirar ao governo de elite caboverdiana o controle do país. Contudo, os assimilados urbanos e os crioulos guineenses continuaram a desempenhar um

papel importante no novo governo militar, para a frustração de facções étnicas, particularmente a numerosa população balanta (33%), que reclamava uma representação política melhor distribuída.

Apesar deste clima político aparentemente instável, manteve-se o apoio popular ao Presidente, principalmente entre os 14% da população urbana. A legitimidade de Vieira como Presidente é aumentada pela sua etnicidade pepel, uma vez que se diz que na Ilha de Bissau, o território dos Pepel, apenas o Pepel deve governar. Este adágio é defendido, muito embora o Presidente pertença a um matriclã popular e não a um aristocrático.

O novo governo adoptou basicamente as mesmas divisões administrativas existentes no período colonial: oito regiões e o Sector Autónomo de Bissau. As populações elegem delegados masculinos e femininos para os 3.600 Comités de Tabanca, que, tais como os chefes de posto e os régulos, são responsáveis pela cobrança de impostos, assistência na implementação de programas de desenvolvimento regionais e governamentais, acompanhamento de estrangeiros, e preparação de encontros entre os responsáveis do partido e a população (Lobban e Forrest 1988: 125). Os Comités de Tabanca elegem representantes para 37 Comités de Sector e oito Conselhos Regionais, que por sua vez, seleccionam os deputados para a Assembleia Nacional Popular, o principal órgão legislativo do país.

Os sistemas políticos nos territórios da Região de Cacheu coadunavam-se de várias formas com a nova administração africana em vigor. Os membros dos Comités de Estado (*kumté*, Cr.), eleitos localmente, discutiam a implementação da estratégia do partido e eram os principais representantes dos interesses do Estado em cada território. Apesar de os chefes e os dirigentes políticos que tinham cometido bárbaros abusos no seu conluio com os Portugueses, como por exemplo o régulo de Costa de Baixo, terem sido executados pelo PAIGC pouco depois da Independência, em algumas áreas (p. ex. Caiomete, Pantufa), vários habitantes que tinham lutado ao lado dos Portugueses tornaram-se membros de Comités de Tabanca. Muitas famílias poderosas, independentemente das lealdades durante o tempo da guerra, também se tornaram membros dos Comités de Tabanca e

continuaram a dirigir as políticas locais (Galli 1987: 154; Hochet 1980: 15).

Contudo, o principal critério para a eleição era quase sempre a popularidade pessoal, o envolvimento pro-nacionalista na guerra e, em virtude desta, a familiaridade com as estruturas estatais e alguns dos seus membros (Entrevistas em Caió 13 e 14, 1987; Entrevista em Caboi 15, 1986). Nas antigas zonas de guerra, este envolvimento orientava-se pelas divisões clânicas e por sexos, embora os habitantes de meia idade e os anciãos continuassem a ser os candidatos preferenciais para membros dos comités. Na ocasião, os deputados e os membros dos comités que não tinham nenhum direito ao poder político tradicional, mas que tinham ganho popularidade pelo seu desempenho na guerra e que mantinham contactos importantes na Assembleia Nacional Popular, adquiriram autoridade local e aspirações ao estatuto de régulo (Entrevistas em Caió 15-16, 1987). A legitimação pelo Estado, no período pós-independência, da autoridade política de candidatos que não reuniam as condições exigidas pela tradição, era uma reminiscência da anterior hegemonia do Estado Novo que minou os sistemas tradicionais de sucessão política.

Nas áreas onde os sistemas políticos tradicionais tinham desaparecido, a nova administração foi ajustada de modo inovador e de forma variada às antigas estruturas. Em Cobiana, por exemplo, o filho do governante seleccionado pelos Portugueses, Patúnki, foi o escolhido como representante local para o comité de tabanca. Outro tipo de representantes importantes eram os heróis de guerra, homens e mulheres, todos residentes em Cobiana, mas nem todos aí nascidos, escolhidos, em parte, a pedido da população, e em parte pelos seus conhecimentos da política estatal e pelos seus contactos de guerra.

Mas, nos territórios com sistemas de sucessão política bem preservados, houve tensões consideráveis entre estes e as autoridades políticas legitimadas pelo Estado. Um destes casos atingiu o seu ponto de ruptura em 1986-87, quando um deputado eleito localmente para a Assembleia Nacional tentou impedir o entronizador de escolher e nomear o novo régulo de Caió. O deputado pertencia a um pequeno clã popular e fora um destemido combatente durante a luta. A indústria e a inteligência

fizeram-no rico e poderoso após a Independência. O deputado desempenhou bem o seu cargo, usando a sua influência junto do governo para solicitar máquinas emprestadas para a reparação de estradas da área, indo de casa em casa cobrar os impostos e recomendando reformas agrárias das propriedades abandonadas pelos emigrantes. No entanto, algumas das suas reformas, particularmente a cobrança de impostos e redistribuição de terras, indignaram os conservadores de Caió, que reclamaram serem estas da responsabilidade do chefe da terra e não de um popular.

O entronizador<sup>14</sup>, um filho do régulo Mangu, era instruído, estava bem informado sobre os assuntos locais, estatais e internacionais, e era sensível às novas exigências que, nos anos 80, seriam feitas ao régulo de Caió numa nação africana independente. Contudo, os potenciais candidatos receavam a desaprovação governamental uma vez que a participação na política local, na Guiné-Bissau independente, era frequentemente interpretada como traição. Um candidato distinguiu-se entre eles: Paulino Gomes, que não só era sénior na linhagem aristocrática qualificada para o cargo de régulo, como também não tinha receio de participar na política nacional, devido à sua experiência, durante muitos anos depois da independência, como funcionário nas repartições do Estado de Bissau. Gomes estava numa posição única para representar o seu povo no governo nacional, com o qual mantinha boas relações, e também procurou assegurar apoio unânime em Caió, fazendo os seus potenciais opositores jurarem solenemente, num importante santuário espiritual de Caió,<sup>15</sup> apoiá-lo.

O deputado apercebeu-se que a presença de um chefe tradicional iria prejudicar a sua base local de autoridade e fez todos os esforços para evitar a realização dos rituais de acesso preparados pelo entronizador. Lançou rumores junto da Assembleia Nacional de que os rituais secretos eram

---

<sup>14</sup> O entronizador tinha regressado de Ziguinchor depois da independência e estava a trabalhar no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Região. Quando não trabalhava, o entronizador deslocava-se nos fins de semana a Caió, na sua motorizada do projecto, para realizar os rituais apropriados, conferenciar com os habitantes, e dirigir as reuniões políticas.

<sup>15</sup> A violação deste juramento ao espírito foi a justificação dada para a morte súbita, em Setembro de 1986, de um membro sénior da linhagem real, que fora um forte candidato à realeza. Um oráculo consultado após a sua morte revelou que o espírito o matou porque ele tinha pensado em renegar o seu juramento e candidatar-se a régulo.

conspirações anti-governamentais, e finalmente conseguiu ver o entronizador oficialmente banido de Caió. Cerca de trinta ou quarenta anciãos de Caió deslocaram-se a Bissau para apelar ao Governo sobre este caso e ganharam, quando o deputado se recusou a comparecer por dois dias consecutivos. Paulino Gomes tornou-se régulo de Caió (*Adjú Kor*, Mjc.) em Abril de 1987<sup>16</sup>, o único nomeado oficial e formalmente nos últimos quarenta anos. Dado que o Governo, até aqui, tinha desencorajado eleições locais exceptuando as dos Comités de Tabanca, a nomeação do novo régulo em Caió abriu um precedente para atitudes governamentais mais tolerantes em relação às políticas locais. Ainda está por se saber qual será a reacção dos outros territórios, na Região de Cacheu, ao ritual de Caió, a que foi dado grande cobertura radiofónica e jornalística em português, crioulo e manjaco. O que é evidente é que a autoridade política local e mesmo os sistemas políticos tradicionais dependem em certa medida da aprovação do Estado e que se tinham ajustado de modo a conciliarem as preocupações do governo nacional.

O sistema de sucessão política em Caió, que resistiu durante quase três décadas à reinança de usurpadores, parece ter sido a excepção e não a regra. Muitos sistemas políticos não eram tão flexíveis e por fim sucumbiram à reinança de aspirantes economicamente poderosos ou estrategicamente astutos. Uma das razões da flexibilidade de Caió parece ter sido o importante papel das sociedades secretas no regulado, as quais eram capazes de assumir muitas funções políticas durante períodos de interregno (Crowley 1990). Durante estes longos ínterims, as sociedades secretas, com autoridade para resolver disputas, promulgar novos regulamentos e reformular o contrato social (Mota 1951: 672), tornaram-se as únicas instituições deliberativas e as únicas estruturas para a integração dos interesses de numerosas linhagens e povoações num território social comum. Estas

---

<sup>16</sup> A maior parte dos participantes nos rituais de tomada de posse de régulo nunca tinham assistido a esta cerimónia, uma vez que quando o régulo Mangu assumiu o poder em 1943, muitos dos principais participantes nos rituais de 1987, o régulo, o entronizador, os adjuntos e os nobres (*babúsim*, Mjc.), eram muito jovens ou ainda não tinham nascido. Mas as sequências rituais, consistindo na realização de elaboradas peregrinações e consultas ao espírito, foram realizadas com cuidada atenção aos detalhes, e a única alteração aparente foi a presença do entronizador na cerimónia final de tomada de posse em Abril. Uma vez que Gomes era o único candidato, o entronizador pôde entregar a vassoura simbólica ao próprio régulo, em vez de o fazer através do mensageiro, sem receio da vingança de rivais invejosos.

sociedades de iniciação usam sanções divinas para reforçar as novas leis nos territórios, e os seus guardiões, como chefes, representam a propriedade e a ordem moral e social simbolizadas nas vassouras que carregam. Contrariamente aos cargos políticos, que estão sujeitos aos caprichos da moralidade humana, estas sociedades de iniciação secreta tinham a adicional vantagem de parecerem imutáveis e vitais desde que houvesse homens para iniciar.

## **VI. Conclusão: O efeito do Estado Novo na era pós-colonial**

Portugal, sob o Estado Novo, tentou administrar as suas colónias através de um sistema hierárquico de incorporações diferenciadas, que foi facilitado pelo estabelecimento efectivo no território, e no qual o estatuto de *civilizado* abria um espaço para a integração dos governantes e das populações assimiladas na burocracia colonial. Na ausência de uma população "civilizada" numerosa, como era o caso da Guiné-Bissau, o Estado Novo desenvolveu mecanismos pouco ortodoxos para identificar e trabalhar formalmente com as elites tradicionais. Este equívoco deu uma ampla margem de manobra aos administradores locais, os chefes de posto, no exercício das suas funções e na implantação de políticas estatais.

O Estado Novo é bem conhecido, em muitos sentidos, pelas dificuldades com que se deparou na administração das instituições controladas pelo Estado, na Guiné-Bissau. A administração colonial encontrava-se numa fraca posição para controlar as populações fora de cidade, aprofundando assim as divisões entre a cidade e o campo. Nesta colónia a distinção indígena-civilizado frequentemente tinha uma referência espacial. Na prática, a cidade estava sob o Estado Novo; o campo estava sob uma diversidade de intermediários ecléticos com bases de legitimidade competitivas.

Entre os actores mais importantes de administração colonial nas áreas rurais, estavam os chefes de posto. Estes tornaram-se os agentes administrativos que desajeitadamente remexiam a estrutura dos regimes políticos indígenas para promoverem políticas coloniais e interesses pessoais. Os chefes de posto

impuseram-se aos régulos de diversas maneiras, ao apoiarem indivíduos de pouco crédito, possibilitaram aos régulos legítimos adquirirem excessivo poder e expandirem os seus territórios, ou repuseram e apoiaram régulos que tinham sido eleitos tradicionalmente para o cargo.

Com a sua intervenção e autoridade última na validação de cargos de chefia, através de novos critérios de elegibilidade, os chefes de posto assumiram muitas das funções do rei manjaco e dos entronizadores indígenas. Quando confrontados com o poder alternativo e as estruturas de decisão, os sistemas políticos indígenas provaram ser admiravelmente maleáveis e flexíveis. Alguns substituíram pragmática mas temporariamente os cargos tradicionais, tal como o de entronizador, por autoridades novas e fundamentalmente diferentes, como o chefe de posto. Na essência, estes agentes administrativos de escalão mais baixo foram incorporados nas estruturas políticas indígenas e acrescentados à sua complexidade. A administração colonial portuguesa tornou-se apenas um elemento adicional no que sempre fora uma complexa rede de forças que estabelecia alianças e autoridades políticas na região.

A dependência do Estado Novo dos administradores locais sugere que o aparelho administrativo local era inadequado para governar um território tão grande e diverso. O punhado de *civilizados* que estava na origem da definição colonial de sociedade civil era numericamente insuficiente para promover a penetração colonial ou a administração efectiva. A confiança nuns poucos chefes de posto sobrecarregados de trabalho e com pouco pessoal tinha a vantagem de requerer poucos recursos, e o efeito de minimizar a intervenção colonial nas estruturas políticas e económicas das sociedades rurais. Ironicamente, foi a população urbana que tentava preencher os critérios do estatuto civil, em vigor no Estado Novo, a que experimentou maior frustração com este sistema rígido.

Inspirado no Estado Novo, houve um acréscimo e uma diversificação de critérios de legitimidade costumeira na Guiné-Bissau rural, originando uma proliferação de figuras políticas no período pós-independência. Na Região de Cacheu os sistemas políticos indígenas que habitualmente experimentavam longos períodos de interregno e tinham poderosas sociedades de

iniciação, que podiam assumir funções políticas cruciais, provaram ser mais maleáveis à incorporação no Estado colonial do que os regulados a que faltava esta característica. Alguns regulados desapareceram e foram suplantados por novas formas de liderança política, enquanto que outros estão a ser reactivados e adaptados às exigências da actual era política.

O período pós-colonial é caracterizado por uma estranha miscelânea de legitimidade política derivada dos sistemas indígenas, do legado colonial do estatuto de civilizado (incluindo escolarização, vestuário, língua, religião) e da participação na luta armada. Tal como em outras partes da África lusófona, a dicotomia entre o Estado urbano, "moderno", e os sectores rurais, "tradicionais", "étnicos", continua hoje como uma reminiscência da distinção colonial *civilizado-indígena*. Como no período colonial, os regimes políticos tradicionais continuam a coexistir com os representantes do Estado que oferecem fontes alternativas de legitimidade. A tensão entre o controle do Estado centralizado e o poder descentralizado é ainda um problema, tal como o foi sob o Estado Novo. Nos anos quarenta, os chefes de posto representavam a autoridade colonial a nível local; nos anos oitenta, os representantes do partido eram os representantes locais do poder estatal. Este artigo mostrou-nos que a chave para a manutenção do elemento de autodeterminação sob a dominação colonial e estatal da Guiné-Bissau é a capacidade de conjugar, de modo inovador, elementos dos regimes costumeiro, colonial e militar para fazer dos governantes indígenas viáveis contestadores na arena política moderna.

(Tradução de Filomena Miranda)

## BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, André Alvares d'1946 (1594) *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Edição Nova do Dr. Luís Silveira, Oficina Gráfica, Lda.
- BARRETO, João 1938 *História da Guiné (1418-1918)*. Lisboa: Edição do Autor.
- BRAZÃO, Arnaldo 1947 "A vida administrativa da Colónia da Guiné", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, II (7): 749-82, Julho.

- BEAVER, Philip 1805 "African memoranda: relative to an attempt to establish a British settlement on the Island of Bolama, on the Western Coast of Africa in the year 1792". Londres: C. e R. Baldwin.
- BOCANDÉ, Bertrand 1849 "Notes sur la Guinée Portugaise ou Sénégalie Meridionale", *Bulletin de la Société de Géographie*, vol. 11, parte I, Maio-Junho, 265-350; vol. 12, parte II, Julho, 57-93.
- BROOKS, George E. 1975 "Peanuts and Colonialism: Consequences of the Commercialization of Peanuts in West Africa", *Journal of African History*, vol. 16, nº 1, 29-54.
- 1980a *Luso-African Commerce and Settlement in the Gambia and Guinea-Bissau Region*. Boston, MA: Universidade de Boston, Centro de Estudos Africanos.
- CARDOSO, Carlos e RIBEIRO, Rui 1987 "Considerações sobre as estruturas sócio-económicas das sociedades agrárias e a sua evolução histórica: um estudo de caso", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 3, Janeiro, 5-20.
- CARREIRA, António 1947a *Vida Social dos Manjacos*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Mem. nº 1, Bissau.
- 1956b "Movimento natural da população não civilizada da circunscrição administrativa de Cacheu", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XI, nº 41, 7-90.
- 1961c "População Autóctone Segundo os Recenseamentos para Fins Fiscais", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XVII, nº 65.
- CARREIRA, António e PEIXOTO, Augusto 1946 "Alguns Aspectos do Regime Jurídico da Propriedade Imobiliária dos Manjacos", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 4, 707-712.
- CARREIRA, António e MEIRELES, Arturo Martins de 1959 "Notas sobre os Movimentos Migratórios da População Natural da Guiné Portuguesa", *Boletim Cultural Portuguesa*, vol. XIV, nº 53, 7-20.
- CLARENCE-SMITH, Gervase 1985a *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester: Manchester University Press.
- 1985b "The Impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa", *Journal of African History*, vol. 26, 309-326.
- COELHO, Francisco de Lemos 1953 (1669, 1684) *Dois Descrições Seiscentistas da Guiné*, compilado por Damião Peres. Lisboa: Edição da Academia Portuguesa de História.

- COELHO, Francisco de Azevedo 1937 *Descrição da Costa de Guiné (Desde o Cabo Verde até à Serra Leoa. 1669)*. Lisboa: Empresa da revista Diogo Cão, Inéditos Coloniais, série A, nº II, 1937.
- CUNHA, Silva 1952 *O sistema português de política indígena – Princípios gerais*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- CUNNINGHAM, J. 1980 "The Colonial Period in Guiné", *Tarikh*, vol. 6, nº 4.
- DINIS, Dias 1946-47 "As Tribos da Guiné Portuguesa na História", *Portugal em África*, vol. 3, nº 2, 206-215; vol. 4, nº 2, pp. 88-95; vol. 4, nº 3, 129-138; vol. 4, nº 5, 205-209.
- DUARTE, Fausto (ed.) 1948 *Anuário da Guiné Portuguesa, 1948*. Publicação do Governo da Colónia. Lisboa: Sociedade Industrial da Tipografia.
- GALLI, Rosemary E. e JONES, Jocelyn 1987 *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. Londres: Frances Pinter Publishers.
- Governo da Província da Guiné 1922 *Regulamento de Trabalho dos Indígenas da Província da Guiné*. Lisboa: Secretaria do Governo, Serviços Gráficos do Exército, Novembro.
- MEIRELES, Artur Martins de 1948 "Baiú (Gentes de Kaiú) - Generalidades", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. III, nº 11, Julho, 607-638.
- 1949 "Baiú (Gentes de Kaiú) – II. ka-báxe (continuação)", *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. IV, nº 13, 3-25.
  - 1952 "Instituições de Direito Penal Consuetudinário dos Manjacos de Caió", *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, nº 5, 2ª parte, Bissau. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 2ª Conferência, 1947.
  - 1960 *Mutilações Étnicas dos Manjacos*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, nº 22.
- Ministério do Ultramar, 1955 *Estatuto da Província da Guiné*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.
- 1963 *Estatuto Político-Administrativo da Província da Guiné*. Gabinete do Ministro. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- MOTA, Avelino Teixeira da (ed.) 1947 *Inquérito Etnográfico*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- 1951 "Notas sobre o Povoamento e a Agricultura Indígena na Guiné Portuguesa". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. VI, nº 23.

- 1954a *Guiné Portuguesa*, vol. 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- 1954b *Guiné Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- NEWITT, M. 1981 *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*. Londres: C. Hurst.
- PINTO, João Teixeira 1936 *A Ocupação Militar da Guiné*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.
- Província da Guiné 1929 "Censo da População de 1928", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 44, Fevereiro.
- 1951 *Censo da População de 1950*, volume II População Não Civilizada. Lisboa: Tipografia Portuguesa, lda.
- RIBEIRO, Rui 1987a "Barragens em Bolanhas de Água Salgada", Conferência no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau. Fevereiro.
- 1987b "Barragens em Bolanhas de Água Salgada", *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, nº 4, Julho, 38-57.
- SARMENTO Rodrigues, M.M. 1949 *No Governo da Guiné: Discursos e Afirmações*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

## DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS E MANUSCRITOS

- BARREIROS, Nuno 1950 "Posto Administrativo de Cacheu, Relatório: dados comparativos, recenseamento populacional, recenseamento pecuário, recenseamento militar, croquis", Circunscrição Civil de Cacheu, Colónia da Guiné.
- BRITO, Eduino 1950 "Relatório sobre o Arrolamento de Palhotas e Recenseamento dos Extractores de Vinho de Palma nos Regulados de Pelundo, Tame, Canhobe, Bugulha, no ano de 1950", Circunscrição de Cacheu, Colónia da Guiné.
- CARREIRA, António 1945 "Relatório da Circunscrição Civil de Cacheu", apresentado ao Governador da Colónia da Guiné pelo Administrador da Circunscrição Civil de Cacheu.
- 1947c "Relatório a que se refere a Portaria nº 28 de 5 de Maio de 1947", Circunscrição Civil de Cacheu, Colónia da Guiné.

- 1951 "Relatório sobre o Arrolamento de Palhotas para a Cobrança do Imposto Respeitante ao ano de 1950," Circunscrição Civil de Cacheu, Colónia da Guiné.
- 1950 "Relatório da Circunscrição Civil de Cacheu", apresentado ao Governador da Colónia da Guiné pelo Administrador da Circunscrição Civil de Cacheu.

#### ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS PESSOAIS

CARREIRA, António 1987 "Políticas administrativas nativas na Região de Cacheu depois da conquista portuguesa", Julho-Agosto, Lisboa, Portugal.

GABLE, Eric 1987a Debate: "Diferenças sócio-estruturais e culturais em Bassarel, Caió e Caboi", Março, Bassarel.

- 1987b Algumas Tradições Oraís de Bassarel. Março, Bassarel.

- 1987c "Debate sobre a realeza manjaco e o culto Inyaaka das mulheres de Bassarel". Março, Bassarel.

MOTA, Lourdes Teixeira da 1986 "Memórias das Relações dos Administradores e Missionários Portugueses com os povos da Região de Cacheu e de S. Domingos". Março, Lisboa, Portugal.

RIBEIRO, Rui 1987 "Observações sobre a Orizicultura Balanta". Fevereiro, Bissau, Guiné-Bissau.

Numerosas entrevistas com os habitantes dos regulados de Cobiana (Caboi), Caió, Pantufa e Pelundo.

Os nomes poderão ser divulgados se solicitados.

## BREVE NOTÍCIA DA REVOLUÇÃO TRIUNFANTE

*Os acontecimentos esboçados neste número da Soronda foram remetidos para o índice dos registos coloniais oficiais. Da sua existência dão-nos conta apenas, numa espécie de negativo fotográfico, os escritos da sua anulação por decreto e o hiato que nesses registos forçadamente criaram.*

*Teresa MONTENEGRO*

### I

Em 1931 Bolama era a capital da Guiné. Escassos anos tinham decorrido desde o golpe de 28 de Maio em Portugal, e para os opositores degredados para os quatro cantos do então extenso império 'do Minho a Timor' a derrocada do regime ainda inscrevia-se largamente no campo do possível. Dos republicanos deportados para Bolama sabe-se que eram 'desobedientes' e 'malcriados', nunca deixando de içar a bandeira da República cada 5 de Outubro nas suas casas. Ocupavam cargos nas diversas instâncias do Estado colonial – alfândega, correios, saúde, Imprensa Nacional –, no Exército e na Marinha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A partilha de uma mesma situação é sugestivamente expressa na seguinte passagem do decreto n.º 19:512, de 25 de Março de 1931, assinado nos Paços do Governo da República: "Considerando que a situação das praças europeias que nas colónias se encontram cumprindo penas de deportação militar é precisamente igual à dos mais degredados...".

Em 17 de Abril de 1931, o quartel de Bolama é ocupado, os republicanos apoderam-se das armas e depõem o governo. É a chamada *Revolução Triunfante*. Embora de precária duração, é paradoxalmente com este nome que ela viria a ficar na memória dos bolamenses.

Longe de ser um acto isolado, a “Revolução Triunfante” constituía a expressão local de um movimento mais vasto que pretendia tomar o poder pelas armas de maneira simultânea tanto nas então colónias africanas como no Portugal metropolitano, incluindo as ilhas. Com ramificações em Angola, Moçambique, Cabo Verde, e desencadeada a partir da Madeira, a revolta de 1931 seria uma derradeira tentativa do general Sousa Dias, após o fracasso da revolta do Porto em 1926.

Abortadas as acções por quase toda a parte, em Bolama elas seriam no entanto bem sucedidas, procedendo-se à prisão do Governador António Leite de Magalhães e à sua substituição por um organismo intitulado Junta Governativa, dirigida pelo principal protagonista local do movimento, o tenente-coronel médico Gonçalo Monteiro Filipe.

## II

Em 1978 ainda existiam no armazém da Imprensa Nacional em Bolama exemplares dos números do *Boletim Oficial* (e suplementos) editados sob o mandato da Junta Governativa. Se a memória não nos trai, um primeiro número proclamava em grandes letras em toda a extensão da capa o advento do novo poder, e seguiam-se-lhe outros dois contendo uma série de medidas estabelecendo a nova administração, incluindo um decreto que eliminava o trabalho forçado. Qualquer dessas edições, todas feitas na Imprensa Nacional de Bolama, foi completamente banida dos registos oficiais, como se pode comprovar facilmente folheando as colecções encadernadas do *Boletim Oficial* que se encontram normalmente em cada repartição pública da Guiné.

Nas duas semanas anteriores aos acontecimentos são editados sucessivamente o suplemento número 6 ao n.º 13 do *Boletim Oficial* em 1 de Abril, o n.º 14 do *B.O.* (4 de Abril), o suplemento

número 7 ao *B.O.* n.º 14 (7 de Abril), o n.º 15 do *B.O.* (11 de Abril) e o suplemento número 8 ao *B.O.* n.º 15 no dia 14 de Abril. Nesse ponto o hiato é flagrante: as edições só vêm a ser retomadas em 6 de Maio, com o suplemento número 9 ao *B.O.* n.º 15, de uma folha, contendo a seguinte nota em baixo: “Este suplemento substitui o n.º 13, de 6 de Maio de 1931, ao *B.O.* n.º 18 da corrente série, *erradamente numerado* devido às perturbações causadas pelo movimento revolucionário de 17 de Abril último” (*Os sublinhados são nossos*).

O mencionado “erro” na numeração aposta inicialmente à folha pelos tipógrafos da Imprensa de Bolama<sup>2</sup> e que exigiu a reimpressão do mesmo texto – “suplemento número 13 ao Boletim Oficial n.º 18” – revela que durante o mandato da Junta Governativa foram editados três números do *B.O.* (n.ºs 16 a 18) e quatro suplementos (números 9 a 12). O suplemento em causa era *erradamente numerado* porque, como esclarece uma das portarias nele publicada, tratava-se de actos agora inexistentes:

### *Legislação*

*Portaria n.º 35, revogando, por írritos e nulos, todos os diplomas, portarias e despachos publicados durante o período decorrente de 17 de Abril a 5 de Maio, e mandando considerar inexistentes todos os demais actos praticados durante o mesmo lapso de tempo.*

Assim, em 6 de Maio aparentemente o poder do Estado Novo tinha sido reposto e, na sugestiva ausência do então Governador Leite de Magalhães (que durante o movimento fora fechado nos armazéns da Alfândega no porto)<sup>3</sup>, a primeira portaria emitida é assinada pelo Vice-Presidente do Conselho do Governo, nos seguintes termos:

---

<sup>2</sup> Aliás, o chefe de oficinas da Imprensa de Bolama, Carlos Augusto Pereira de Macedo, tinha vindo à Guiné como deportado, sendo referido como “democrata” e “revolucionário” (Sr. Júlio Ramalho, comunicação pessoal, 14 de Agosto de 1978).

<sup>3</sup> No *B.O.* n.º 18, entre os “embarcados para Lisboa no mês de Abril”, figura António Leite de Magalhães.

GOVÊRNO DA COLÓNIA  
LEGISLAÇÃO  
Portaria nº 34

*Tendo o signatário assumido nesta data as funções de Encarregado do Govêrno da Colónia, na falta do respectivo Governador, como Vice-Presidente que é do Conselho do Govêrno, nos termos e ao abrigo do artigo 13.º da Carta Orgânica em vigôr;*

*A bem da ordem e tranquilidade pública;*

*Usando da competência que lhe confere o § único, nº 2.º do artigo 74.º da Carta Orgânica;*

*O Encarregado do Govêrno da Guiné determina:*

*1º É mantido o estado de sítio em toda a colónia da Guiné;*

*2º Continua provisóriamente em vigôr a censura telegráfica;*

*3º Não são permitidos ajuntamentos públicos, sendo proibido o trânsito nas ruas das Cidades de Bolama e Bissau, depois das 22 horas, salvo autorização especial da autoridade competente;*

*4º São convidados todos os indivíduos da classe civil que forem portadores de armas de guerra a fazerem a sua entrega nos paíóis civis e militares de Bolama e Bissau e nas respectivas Intendências ou Residências, dentro do prazo máximo de 48 horas, sôb penas de lei faltando.*

*Cumpra-se:*

*Residência do Govêrno, em Bolama, 6 de Maio de 1931.— O Encarregado do Govêrno, José Alves Ferreira.*

Trata-se, sem dúvida, de disposições drásticas que dalguma maneira revelam a envergadura dos acontecimentos. No entanto, já desde o dia 4 de Maio (e até 8 inclusive), o Ministro das Colónias em Lisboa vinha exigindo que o poder passasse imediatamente para um militar, como se pode atestar pela seguinte série de telegramas, que só viriam a ser dados à luz pública mais de um mês mais tarde (B.O. nº. 21, 13/6, p. 2):

*Por determinação superior se publicam os seguintes telegramas recebidos de Sua Excelência o Ministro das Colónias:*

*Em 4, às 16,25:*

***Encarregado Govêrno - Bolama***

*"574 - Entregue imediatamente Govêrno essa Colónia ao major de artilharia João Soares Zilhão que fica Encarregado do Govêrno".*

*Em 7, às 11,50:*

***Encarregado Govêrno - Bolama***

*"606 - Fica Encarregado Govêrno Colónia major Soares Zilhão a quem deve ser entregue imediatamente stop"*

*Em 8:*

***Encarregado Govêrno - Bolama***

*"612 - Confirmo nomeação Governador Soares Zilhão stop"  
Está conforme.*

*Gabinete do Governador em Bolama, 8 de Maio de 1931*

É só após a recepção do terceiro telegrama de Lisboa que a ordem viria a (poder?) ser cumprida, e oficialmente comunicada na primeira página do seguinte número do *Boletim Oficial* (n.º. 16, de 9 de Maio). Aqui é de notar pelo menos duas coisas: por um lado, o persistente "erro" na numeração do Boletim, que apresenta impresso "n.º. 19" no cabeçalho de todas as páginas menos a primeira (numeração correcta se se considerar os três números publicados pela Junta) e, por outro lado, o contraste entre a linguagem militarista do anterior encarregado de governo, o civil Alves Ferreira, e a linguagem marcadamente político-demagógica do militar que é Soares Zilhão:

### **GOVÊRNO DA COLÓNIA PROCLAMAÇÃO**

*Concidadãos!*

*Ao assumir o cargo de Governador da Colónia da Guiné, inesperada honra em que quíz investir-me o Govêrno da República, venho, singelamente, pedir a vossa atenção para êstes pontos importantes:*

*Devemos honrar a Mãe Pátria pela submissão aos seus desígnios, pelo respeito ás suas instituições, pelo amor das suas tradições veneráveis.*

*Manifestando calma nos espíritos e, por consequência, correcta attitude no cumprimento dos nossos deveres de cidadãos, não só agimos para maior glória da Pátria, como também, nas colónias nomeadamente, contribuimos para dignificar a acção civilisadora de Portugal, perante os povos estrangeiros.*

*Nas colónias principalmente, dois factores importantíssimos concorrem para o progresso e serena administração dos territórios: o trabalho contínuo, improbo e bem orientado que atrai a prosperidade; o bom senso (a primeira qualidade de um cidadão) que congrega os inevitáveis egoísmos individuais para o bom nome e o bem estar da comunidade nacional.*

*Isto que vos digo, sabeis-lo vós bem.*

*Acho todavia necessário lembrar-vo-lo.*

*As vezes esquece.*

*Portugueses da Guiné!*

*Apelo para o vosso amor do trabalho e para o vosso bom senso!*

*Quanto aos destinos da Pátria, êles estão em boas, honradas e seguras mãos.*

*Tende confiança!*

*Bolama, 8 de Maio de 1931.— João José Soares Zilhão, major de artilharia.*

Uma semana mais tarde o novo Governador assina a exoneração do seu antecessor do cargo que vinha ocupando desde 1929:

*Gabinete do Governador  
Portaria de 15 do corrente*

*Dr. José Alves Ferreira, Delegado do Procurador da República — exonerado, a seu pedido, do cargo de Vice-Presidente do Conselho do Govêrno, para que havia sido nomeado por portaria de 7 de Setembro de 1929. [B.O. n.º 17, de 16 de Maio]*

A leitura dos telegramas publicados nesse mesmo número e emitidos de Lisboa em plena "Revolução Triunfante" descrevem as sucessivas reacções do regime e a sua impotência perante os acontecimentos (os telegramas eram na altura recebidos pela Junta Governativa), dela depreendendo-se igualmente que a revolta eclodiu primeiramente na Madeira:

*Em 2/5, às 18,30:*

581— *Para conhecimento V.Ex.<sup>a</sup> transcreve-se o decreto número 19:567 publicado no Diário Govêrno número oitenta de sete Abril 1931 Artigo primeiro são demitidos dos postos e lugares que ocupam no Exército e na Marinha ou no funcionalismo e privados de todas as honras vencimentos garantias e direitos que estejam usufruindo os indivíduos que tiverem sido ou vierem a ser investidos no exercício de funções militares ou civis na ilha da Madeira sem nomeação do Govêrno da República considerando-se desde a data do presente decreto colocados à disposição do Govêrno sem prejuízo da responsabilidade que venha a caber-lhes em processo organizado conforme a lei ponto Artigo segundo os Ministros das respectivas pastas por decreto darão execução ao disposto no artigo anterior à medida que forem tendo conhecimento de factos a que seja aplicável ponto Artigo terceiro nos cinco dias imediatos à publicação de qualquer decreto de demissão referido no artigo anterior poderá qualquer indivíduo por êle atingido entregar-se à legítima autoridade da República e provar que o presente decreto não lhe é aplicável.— Ministro.*

*Em 2/5, às 18,30:*

582— *Para conhecimento V.Ex.<sup>a</sup> transcreve-se o decreto número 19:595 publicado Diário Govêrno número 87 de 15 de Abril 1931 Artigo primeiro As disposições do decreto número 19:567 de sete de Abril corrente são extensivas a todo o território da República e aplicam-se também a todos os funcionários do Estado e dos Corpos Administrativos e ainda aos que em qualquer situação do Exército da Marinha ou do funcionalismo por actos ou factos prestem ou tenham prestado adesão ou apoio de qualquer espécie ou de qualquer forma exortem ou tenham exortado a prática de actos rebelião*

*insubordinação ou revolta contra o Governo da República.* – Ministro.

Como se viu mais atrás, o cumprimento dessas disposições só seria possível largas semanas mais tarde.

### III

Do que não figura nos registos fala sobretudo a narrativa oral bolamense.<sup>4</sup> Durante o movimento golpista o barco *Silva Gouvêa* teria chegado a Bolama vindo de Bissau, recolhido alguns opositores e rumado para *Nazareto* (Lazareto), na Praia, Cabo Verde, e mais tarde para a Ilha de Maio, tendo começado a cortar as ligações telegráficas entre Maio e a Praia, não sem que antes as autoridades se tivessem antecipado nas comunicações. No apressado regresso do navio a Bissau, partidários do Governo de Lisboa ter-se-iam posto em contacto com terra via rádio para informar do sucedido, tendo sido os tripulantes presos à sua chegada a Bissau, e posteriormente libertados na sua maioria. Alguns nomes: António Faria Leitão, António Silva Cardoso, Rodrigues Tavares de Andrade, Aquiles Monteiro, José Manuel Mota. O tenente-coronel médico Gonçalo Monteiro Filipe teria fugido para São João com destino a Cacine, de Cacine para Conakry e de Conakry para Barcelona, em Espanha, onde viria a falecer.<sup>5</sup>

A demissão por decreto de Monteiro Filipe, assinada em Lisboa durante a “Revolução Triunfante” pelo próprio Presidente Carmona, só viria a ser publicada quase dois meses mais tarde, em 13 de Junho (*B.O.* n.º 21, p. 244):

---

<sup>4</sup> E não só. Existem espalhadas por toda a Guiné testemunhas directas dos acontecimentos, embora elas sejam cada dia menos em virtude do tempo. Ainda em Dezembro último ouvimos uma versão dos acontecimentos de um *homem grande* na tabanca de Eticoga, na ilha de Orango Grande.

<sup>5</sup> Comunicação pessoal (Sr. Melo, funcionário do Comité de Estado da Região de Bolama, 1978).

*Direcção Geral dos Serviços Centrais  
Repartição Central  
Secção Técnica de Saúde*

*Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 2.º do decreto n.º 12: 740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15: 331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias: hei por bem decretar que o tenente-coronel médico do quadro de saúde da Guiné, e chefe dos serviços de saúde da mesma colónia, Gonçalo Monteiro Filipe seja demitido em conformidade com o artigo 1.º do decreto n.º 19: 595, de 10 de Abril de 1931.*

*O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.*

*Paços do Govêrno da República, 22 de Abril de 1931.—  
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Armindo Rodrigues Monteiro.*

*Diário do Govêrno, n.º 93, 2.ª série, de 1931.*

A mesma publicação informa de idêntica demissão compulsiva de pelo menos outros dois titulares de cargos de chefia, sempre utilizando o decreto anteriormente referido em telegrama.<sup>6</sup>

*Repartição Autónoma da Marinha*

*Usando da faculdade [...] hei por bem demitir o primeiro tenente Gabriel de Jesus Pereira do cargo de chefe dos serviços da marinha e capitão do pôrto de Bissau, da colónia da Guiné, nos termos do decreto n.º 19:595, de 10 de Abril de 1931.*

*O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.*

*Paços do Govêrno da República, 22 de Abril de 1931.—  
ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Armindo Rodrigues Monteiro.*

*(Diário do Govêrno, N.º 93, 2.ª série, de 1931)*

---

<sup>6</sup> O texto integral dos decretos 19:567 e 19:595, de 7 e 15 de Abril respectivamente (correspondentes aos telegramas 581 e 582 de 2/5) figura pela primeira vez no citado Boletim de 13 de Junho (pp. 243-5).

S. R.  
GOVERNO DA COLÓNIA DA GUINÉ

GABINETE DO GOVERNADOR

Bolama, 27 de Abril de 1931

N. 287/1931

Exmo. Senhor Director da Alfandega de

Bolama

Para os devidos efeitos se comunica que Aires de Almeida  
Lopes, se encontra ao serviço da Junta Governativa da Guiné,  
desde 23 do corrente, devendo portanto considerar-se sem in-  
terrupção burocrática, o referido funcionario.

O Chefe de Gabinete, assessor Jurídico  
e Politico e Membro do Comité da Jun-  
ta Governativa,

*João dos Santos Monteiro*  
João dos Santos Monteiro

45/1



*João dos Santos Monteiro*  
João dos Santos Monteiro

## Secção do Pessoal do Ministério

*Despacho efectuado por decreto desta data:*

*Bacharel João dos Santos Monteiro – demitido, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 19:595, de 10 do corrente mês, de sub-director geral da Direcção Geral das Colónias do Oriente e chefe da 1.ª Repartição da mesma Direcção Geral, sendo-lhe dada por finda a comissão de serviço público na colónia da Guiné para que foi nomeado por portaria de 5 de Janeiro último.*

*Direcção Geral dos Serviços Centrais, 22 de Abril de 1931. – O Director Geral, interino, Ernesto Júlio Navarro.*

*(Diário do Govêrno, n.º 93, 2.ª série de 1931)*

É precisamente João dos Santos Monteiro que assina o officio de 27 de Abril de 1931 aqui reproduzido, na sua qualidade de “Chefe de Gabinete, Assessor Jurídico e Político e membrô do Comité da Junta Governativa”. O documento pertence aos Fundos de Arquivos da Circunscrição de Bolama e a sua reprodução aqui destina-se a chamar a atenção para um acervo documental pouco explorado, tal como esta “*Breve Notícia*” pretende despertar o interesse para episódios como este, expurgados ou não da história oficial e necessitando de pesquisa documental escrita e oral.

No caso da “Revolução Triunfante” (militares de Abril *avant la lettre?*), o seu surgimento revela pelo menos que o regime colonial estava sujeito a fortes contradições internas, e que sectores reformistas pretendiam adoptar medidas que representavam a aquisição de direitos importantes, como a abolição do trabalho forçado e o direito de todos os trabalhadores a receber um salário caucionado por um contrato de trabalho. Mesmo derrotada, mesmo durando breves semanas, ela não deve ter deixado de ter repercussões na consciêcia dos bolamenses – e dos intelectuais guineenses, provavelmente na sua maioria habitando em Bolama na altura –, por ter tornado evidente que a ruptura do sistema político era possível.

## AMÍLCAR CABRAL, 20 ANOS DEPOIS

Ronald Chilcote, *Amilcar Cabral's revolutionary practice. A critical guide*, Lynne Rienner Publishers, Boulder/London, 1991.

*Carlos LOPES*

Foi à noite, no bairro de Ratoma em Conakry que Amílcar Cabral perdeu a vida, sob os disparos de Inocêncio Kani, um trãnsfuga guineense do PAIGC, posteriormente fuzilado com o segredo de quem comanditou famigerada decisão.

Cabral, volvidos 20 anos, continua certamente presente no simbolismo guineense e caboverdiano, como fundador dessa dupla nacionalidade. No entanto a sua herança parece distanciar-se cada vez mais das práticas polítics exercidas e reclamadas por quem apenas se limitou a escrever a hagiografia do militante revolucionário.

A bibliografia de e sobre Amílcar Cabral está extensamente estudada por especialistas do seu pensamento e obra e poderá parecer dispensável o trabalho que Chilcote acabou por publicar após quase uma década de preparação. Por essa e por outras razões é importante dimensionar o alcance do volume que nos é brindado, e tentar enquadrá-lo na produção mais recente de autores como Davidson, Rudebeck, Chabal e McCulloch, para citar os mais conhecidos.

Chilcote tenta ser exaustivo no seu tratamento do tema, justificando-se plenamente o qualificativo de guia. Esta é, não a

## NOTAS DE LEITURA

primeira, mas a mais conseguida tentativa de referenciar de uma forma qualificada o conhecimento deste singular pensador africano do século XX. Ao fazê-lo Chilcote recorreu à consulta das principais bibliografias publicadas<sup>1</sup> e à cuidadosa organização das vastas referências de que é único possuidor. Parece plausível afirmar que tudo o que Cabral produziu está incluído nas referências, com possível e natural excepção do que ninguém parece ter cópias.

Porque Chilcote tem vindo a fazer este trabalho minucioso desde o período da luta de libertação nacional é também justo dizer que acabou por se substituir a quem deveria ter tido tais iniciativas, como por exemplo o próprio PAIGC. Porque tentei pessoalmente fazê-lo nos princípios dos anos 80, tendo sido bloqueado por burocratas partidários, posso com pureza afirmar que ainda bem que Chilcote salvou Cabral do extermínio a que poderia parte da sua obra estar sujeita, muito embora a sua sorte se pareça com a de Nefertiti.

O volume de Chilcote inclui também uma selecção de entrevistas por ele feitas a dirigentes do PAIGC sobre as suas experiências na luta pela independência. A fórmula adoptada de entrevistas directivas com o mesmo tipo de perguntas de certeza limita o interesse desses depoimentos. O escantilhão escolhido é de representatividade duvidosa, seja qual for o critério utilizado. Mais se aparenta a uma listagem de indivíduos que o autor parece ter conhecido, ou que lhe foram indicados pelas suas primeiras fontes.

Mesmo assim aí se encontram depoimentos de curiosas figuras que já não é possível entrevistar, tendo desta forma ficado registado alguns dos seus, entrevistados, mais oráculos pensamentos. É o caso de pessoas como Fernando Fortes, Paulo Correia, Domingos Brito dos Santos, José Araújo e Otto Schacht, todos falecidos. Quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de Bissau tentou lançar, em 1984, a campanha de recolha de tradição oral contemporânea, uma vez mais se sentiu resistência

---

<sup>1</sup> Bowman 1984, Chabal 1983, CIDAC 1977 e Lopes 1983, para além das próprias bibliografias produzidas por Chilcote em 1974 e 1987.

## NOTAS DE LEITURA

em operar segundo determinados critérios<sup>2</sup>. Foi pois possível recolher muita informação mas não de dirigentes e participantes directos das grandes decisões que envolveram a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde.

Chilcote inclui igualmente no seu volume uma análise curta das principais teorias de Cabral : colonialismo e imperialismo; teoria do nacionalismo revolucionário e luta de libertação nacional; teoria das classes e luta de classes; e teoria do Estado e desenvolvimento. Esta é a parte mais fraca do livro, pois não chega a ser uma análise, mas sobretudo uma compilação das interpretações, muitas vezes polémicas, dos especialistas da obra de Cabral.

Pelas razões anunciadas a publicação deste trabalho não deixa de ser um acontecimento que toca de perto todos aqueles que se interessam pela história da libertação nacional em África, em geral, e da Guiné-Bissau e Cabo Verde, em particular.

Numa altura em que se comemora o XXº aniversário do assassinato de Amílcar Cabral é bom saber que ele continua presente na comunidade académica. O interesse que suscita é, ao nosso ver, plenamente justificado pela grandiosidade da obra, mas ainda mais pela mensagem de humanidade e solidariedade, num contexto cada vez mais adverso a contribuições desta natureza.

É porém mais triste saber que na terra que o viu nascer o debate político suscitado pelo advento da democracia multipartidária sobre as teses de Cabral não desperta a curiosidade e interesse que merece.

Só nos resta esperar que pessoas como Chilcote possam contribuir para o enriquecimento de uma mensagem que certamente é tão guineense ou caboverdiana como universal.

---

<sup>2</sup> A campanha que tive o ensejo de iniciar, começou com um seminário metodológico dirigido por Elikia M'Bokolo, da Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales, de Paris, e posteriormente apoiado por Djibril Tamsir Niane. Esta foi e continua a ser uma das raras experiências de recolha de tradição oral contemporânea, exigindo pois uma metodologia especial. Hoje em dia o INEP possui no seu Centro de Estudos de História Contemporânea mais de três mil horas de gravação sobre a luta armada na Guiné-Bissau.

## **ÁFRICA E A RECUSA DO DESENVOLVIMENTO: UM PENSAMENTO CONTROVERSO\***

*T. Bruno MUKENDI*

“*Et si l'Afrique refusait le développement*” de Axelle Kabou, de nacionalidade camaronesa, publicado pelas edições l'Harmattan em 1992, terá estado entre os livros mais discutidos em África (e não só). Isso deve-se menos à novidade das ideias defendidas pelo autor do que ao carácter incisivo da análise e das interpretações teóricas, por vezes desconcertantes. Gostaria de apresentar brevemente as ideias essenciais exprimidas pelo autor antes de me entregar a uma apreciação crítica da obra.<sup>1</sup>

Três questões ocupam o fulcro da problemática central do livro: Porque nenhum país africano conseguiu até agora combater a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo, a falta de habitação, e propor um projecto de sociedade claro e melhor compreendido pelas suas populações? Porque em África tudo parece à partida votado ao fracasso, à degradação e à inércia? Existe uma vontade africana de desenvolver-se?

Em termos globais o autor visa explicar a estagnação da África negra através da recusa do desenvolvimento e ligar esta recusa à influência da cultura e das mentalidades africanas. A sua tese principal é que o subdesenvolvimento da África negra não está ligado a forças externas a África tais como o tráfico de

---

\* O original deste texto serviu de introdução à conferência-debate organizada em 4 de Janeiro de 1993 pelo INEP sobre o livro de Axelle Kabou.

<sup>1</sup> Axel Kabou, *Et si l'Afrique refusait le développement*, Editions l'Harmattan, Paris, 1992.

## NOTAS DE LEITURA

escravos, o imperialismo colonial e neocolonial, a deterioração dos termos de troca e a dívida, factores sobre os quais a literatura africanista e os dirigentes africanos insistem encarniçadamente, mas o subdesenvolvimento seria essencialmente produto da cultura africana, das atitudes regressivas e dos comportamentos negativos provenientes de tradições retardatárias. Estas últimas foram reforçadas pelas ideologias negristas e africanistas pós-independência, nomeadamente através de políticas de recuperação cultural mal assimiladas.

O facto de a África ter dedicado trinta anos de independência a rejeitar a responsabilidade dos seus problemas para acima das forças neo-imperialistas e neocoloniais e para factores que estão para além do seu controle, com o objectivo principal de legitimar o poder dos seus dirigentes autocráticos, e o facto de ter passado três décadas a procurar dissipar o complexo de inferioridade racial e cultural encarnado na consciência colectiva do descolonizado explicam que a África negra seja até agora incapaz de enfrentar os desafios da industrialização e do desenvolvimento.

Para apoiar a sua tese, Kabou se empenha em definir as correntes ideológicas e teóricas que influenciaram o pensamento e as políticas africanas do pós-independência, antes de decantar os mecanismos através dos quais opera e se manifesta a recusa do desenvolvimento.

Uma certa teoria antropológica recuperada pelos missionários e os colonizadores ocupa um lugar central. Segundo esta teoria, os negros são seres primitivos, bárbaros, sem valores espirituais dignos, sem cultura própria nem tecnologia e marcados por uma incapacidade congénita. Isso explicaria a missão civilizadora do homem branco. Do mesmo modo, isso justifica o contexto ideológico pós-independência, dominado por uma persistente preocupação pela revalorização de si próprio e pela africanização. Neste contexto, o subdesenvolvimento é assimilado pelos africanos a um problema de ininteligibilidade das suas culturas pelos estrangeiros; julgam que "são dominados devido à cor da sua derme e não fazem qualquer diferença entre a raça e os meios propriamente ditos de opressão, a saber a ciência e a tecnologia". A ciência e a tecnologia são consideradas como coisas de branco; o negro estava preocupado da revalorização dos seus valores ancestrais. Sob este ângulo, o

subdesenvolvimento releva de um bloqueio psicocultural que leva a perceber o desenvolvimento como um fenómeno anti-africano ou como coisa de branco. É a recusa da África a reconhecer o seu estado de primitivismo e atraso, o se ter lançado numa procura obscura da sua autenticidade. A recusa do seu estado comporta a recusa de progredir.

Os investigadores que centraram os seus estudos no tráfico de escravos, o imperialismo, a colonização e o neocolonialismo como factores determinantes da estagnação africana são acusados de ter contribuído para perpetuar falsos discursos. É o que o autor designa por *vendredisme* intelectual. Este *vendredisme*, que se manifesta simultaneamente ao nível intelectual e político, traduz-se pela utilização de subterfúgios para transformar a preguiça, a vergonha, a cobardia e a mendicidade em objectos de admiração bem como pela multiplicação de falsos debates tais como o retorno aos valores da terra, a alienação, a africanização e a procura do aumento da ajuda externa face ao crescimento da dívida. O problema não é a escravatura, o imperialismo colonial e neocolonial ou a dívida, mas o espírito e a mentalidade negra a dobrarem-se sobre si próprios, a falta de imaginação, de espírito criativo e de capacidade de invenção, a insistência em acantonar-se na denúncia do branco e em defender cegamente as tradições africanas sem um esforço real por organizar-se e unir-se para constituir uma força económica e tecnológica.

As críticas ao Ocidente não acompanhadas de acções concretas, muitas vezes utilizadas como uma estratégia de evasão dos problemas reais e de conservação do poder pela elite dirigente desembocaram numa maior dependência do estrangeiro para alimentar-se, vestir-se, instruir-se, ter saúde e educação; em suma, para sobreviver. Após três décadas de desenvolvimento, África não conseguiu dominar os segredos do desenvolvimento: a ciência e a tecnologia. O conformismo tradicional substituiu a inventiva e a imaginação criadora; o consumo sumptuoso substituiu a valorização da produção. Como consequência disso, a mendicidade internacional sob a forma de pedido de ajuda externa foi vergonhosamente erigida em regra do governo. África continua a ser o único continente a fundar o seu progresso e o seu futuro sobre a boa vontade dos estrangeiros. Sem comentários.

## **NOTAS DE LEITURA**

Contudo África não pode continuar a contar com o fluxo da ajuda externa face ao novo mapa geopolítico e económico do mundo. Em primeiro lugar, o fim da guerra fria significa que a ajuda deixará de ser automática. A seguir, as zonas do Terceiro Mundo que conseguiram dominar a ciência e a tecnologia ocidentais para a sua própria industrialização – e que demonstraram assim o carácter incolor desta tecnologia – poderiam atrair a atenção dos fornecedores de ajuda e capital. Mas as transformações económicas que se operam no mundo são consideradas com indiferença em África. Tudo leva a crer que o subcontinente negro vive a contracorrente da história. A diferença dos países da Ásia, África mostra-se incapaz de escolher judiciosamente contributos externos e elementos positivos da sua cultura a fim de os integrar numa estratégia coerente que possa torná-la competitiva no plano mundial. Em contrapartida, ela recolhe-se sobre si mesma, aumenta as tensões internas, escuta com ouvido atento o Ocidente salvador e imagina circunstâncias agravantes do subdesenvolvimento como sendo as suas causas profundas.

Esta situação de incapacidade está na origem das intervenções neoliberais simbolizadas pelos programas de liberalização económica e de austeridade iniciados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Mas estas políticas não têm hipótese de ter sucesso na perspectiva de desenvolvimento durável num ambiente psicocultural que não favorece a iniciativa individual, a combatividade, o trabalho, a imaginação criadora, a inventiva e a eficácia económica (mas, pelo contrário, o desperdício). Com efeito, as atitudes de passividade cúmplice, a preguiça, a desorganização, o desperdício e o conformismo é que são sintomáticos da recusa do desenvolvimento.

### **Algumas manifestações da recusa do desenvolvimento**

A recusa do desenvolvimento não está afixada em parte alguma, ela encontra-se camuflada através dos discursos, dos comportamentos e das atitudes. As manifestações desta recusa abundam. São os discursos sobre a negritude, a africanidade, a

## NOTAS DE LEITURA

autenticidade e a africanização, uma vez que insistem na revalorização do ser humilhado sem colocá-lo perante as suas responsabilidades históricas. É a denúncia mesquinha do neo-imperialismo e do neocolonialismo, que serve ao mesmo tempo para consolidar o poder oligárquico e partidário. A africanização do ensino, devido à sua ênfase cultural, produziu trovadores da cultura africana sem espírito de curiosidade e desprovidos de senso de observação e das capacidades necessárias para procurar soluções originais aos problemas africanos. O monopartidarismo político encorajou a não participação na gestão da coisa pública e, ao privar de liberdade política os cidadãos, contribuiu para abafar o livre pensamento. Isto também é interpretado como o subproduto de uma tradição africana restritiva e conformista.

A rejeição do progresso é patente no modo de gestão dos serviços públicos. As empresas e as instituições públicas são dirigidas como aldeias. O chefe de uma instituição pública africana age geralmente como um *pater familiæ* cuja preocupação principal é cuidar e acariciar os seus filhos. Pode castigar; mas está pronto a perdoar. Como bom pai, não pode expulsar um filho desobediente ou recalcitrante, nem deixá-lo sem comer. Portanto, os seus funcionários não são despedidos. As crianças continuam a sê-lo mesmo quando já são crescidas; assim, os funcionários são eternas crianças que beneficiam de um emprego por toda a vida apesar do seu desempenho no trabalho.

Nestas condições, não é de espantar a subprodutividade que grassa nos organismos públicos africanos. Um paternalismo mal adaptado, combinado com o clientelismo político, conduziram à laxidão, à indisciplina e à falta de sanções. No entanto na África pré-colonial, a emulação, o trabalho, a resistência, eram valores apreciados. Hoje em dia, a preguiça, o ócio, o espírito de destruição, foram transformados em virtudes essenciais. O tempo é gerido ao acaso uma vez que o trabalho do negro é diferente daquele do branco, não é programado, é um trabalho contínuo misturado com interrupções e gerido segundo os caprichos e os imperativos sócio-culturais do funcionário.

Neste contexto de improdutividade, a pretensa solidariedade africana torna-se uma carga económica e cria um parasitismo nefasto. As famílias urbanas, suportando o peso de uma miríade de primos, tias, etc., são incapazes de poupar o que quer que seja

## NOTAS DE LEITURA

dos seus módicos rendimentos. Como se pode investir sem poupança? A solidariedade parece alimentar a pobreza urbana. Mas se se olhar mais de perto, trata-se de uma falsa pobreza. As despesas sumptuárias a que se entregam os africanos, independentemente da classe social a que pertencem, por prestígio social, necessidade de afirmação, a vontade desenfreada de parecer e não de ser, o desejo de enriquecer não pelo trabalho produtivo mas graças à força milagrosa e diabólica dos marabús, dos mágicos e dos amuletos levam a crer na ascendência do cultural sobre o económico.

A recusa do desenvolvimento também devasta o universo intelectual. Observa-se um conformismo intelectual funesto derivado do facto de as pessoas serem "sócias", e que impede trilhar novos caminhos, produzir discursos e soluções originais. O quadro de referência teórico ocidental continua a ser o único válido. Contenta-se com o que existe, com modelos concebidos noutros sítios, enquanto a mudança, a transformação e o questionamento são contemplados com hesitação. Um outro aspecto deste problema é o desprezo dos talentos africanos pelos próprios africanos. A preferência pelo estrangeiro, seja qual for o nível da sua competência e desempenho, se observa a todos os níveis da sociedade e nos organismos tanto nacionais como internacionais. É o cúmulo da alienação mental, do complexo de inferioridade que alimenta África e que é uma das fontes principais da sua regressão.

### **Apreciação crítica**

A obra de Kabou constitui uma excelente exortação ao trabalho, um apelo à auto-responsabilização após três décadas em que a esperança nascida dos primeiros anos de independência tornou-se progressivamente em desilusão e desespero para as gerações mais jovens. A imagem da África negra não cessa de deteriorar-se quer interior quer exteriormente: um subcontinente potencialmente rico em recursos naturais e humanos representa aos olhos do mundo a repressão, a fome, a miséria, a mendicidade e a incapacidade. E a marginalização de África no tabuleiro internacional devido à sua incapacidade de organizar-se

## NOTAS DE LEITURA

para influir o curso dos acontecimentos mundiais é hoje em dia um facto consumado.

Sim, os africanos devem reconhecer que são os primeiros responsáveis pela estagnação do seu continente. E alguns traços culturais e comportamentais contribuíram efectivamente para este estado de coisas. Nunca foi resolvido um problema negando a sua existência.

Todo desenvolvimento exige poupança e investimento. Em África os recursos, em lugar de serem investidos na produção, perdem-se essencialmente em despesas sumptuárias por ocasião de cerimónias sociais diversas: casamentos, funerais, ritos de iniciação e despesas de prestígio através da compra de automóveis último modelo, casas luxuosas e a organização de festas em que são desbaratados milhões. As verdadeiras riquezas são aquelas que são redistribuídas. Este comportamento, que se justifica em certas sociedades pela necessidade de segurança social, pode ter repercussões sócio-económicas nefastas para um país. Uma vez que esta prática é baseada na ideia de que quem oferece generosamente hospitalidade hoje e redistribui as suas riquezas pode esperar contar com os beneficiados nos momentos difíceis, daí decorre que os recursos públicos tornam-se presa de grupos étnicos e da família alargada, que encontram assim meios de garantir, através do clientelismo e a corrupção, apoios e legitimidade.<sup>2</sup>

A solidariedade rural era baseada no princípio da reciprocidade mútua, que apenas era possível com o engajamento na produção dos elementos válidos da sociedade. Todo membro da sociedade estava consciente do facto de que devia ser capaz de dar hoje para receber por sua vez amanhã. Para isso, era preciso trabalhar arduamente para ter o que distribuir. Hoje em dia valoriza-se o consumo e o lazer, mas sem trabalhar, sem produzir, esperando satisfazer as próprias necessidades graças à colecta e à mendicidade internacional.

Em lugar de trabalhar, prefere-se depender de algum parente, próximo ou afastado. A educação familiar reforça estes laços de dependência. Assim os países aceitam dificilmente que os seus

---

<sup>2</sup> Mamadou Dia, "Développement et valeurs culturelles en Afrique Subsaharienne", *Finances et Développement*, Dezembro 1991, p. 11.

## NOTAS DE LEITURA

filhos arranjem um emprego a tempo parcial para responder às suas necessidades escolares. Enquanto eu for vivo, diz um pai, a minha filha não pode trabalhar e ao mesmo tempo frequentar a escola. Enquanto que no Ocidente isso constituiria um motivo de orgulho para os pais (o filho mostra que é empreendedor, que pode bastar-se a si próprio), em África o emprego a tempo parcial para um filho em idade escolar é um sinal de falta de meios dos pais. Um irmão mais novo não quer procurar trabalho porque o seu irmão mais velho é ministro ou grande comerciante e a sua riqueza pertence a toda a família. Os membros da família não fazem qualquer esforço para a dita riqueza se reproduzir, estando tudo orientado para o consumo ostentatório, se não para a destruição pura e simples. Esta mentalidade provém de um paternalismo nocivo que privilegia a protecção em vez da responsabilização, e o espírito de dependência e submissão em lugar do espírito de empreendimento e liberdade, que são atributos importantes de sucesso no mundo actual.

O princípio tradicional de entreaajuda colectiva poderia ter sido um factor de união e motor de progresso, mas a realidade quotidiana em África e fora dela mostra que os africanos são geralmente menos solidários – e mais proclives à divisão, à autodestruição e à regressão – que outros povos, e com mais tendência para a verbosidade do que para a acção liberadora. Os africanos são incapazes de se porem de acordo sobre questões de interesse vital para o continente, de reunir em comum os meios para resolver um assunto.

Vê-se os libaneses desembarcar em África com meios por vezes irrisórios e ao fim de alguns meses mostrarem imensa riqueza. Porque? A palavra de ordem de uma associação local de libaneses num país continua a ser a entreaajuda colectiva, a concórdia e a eliminação por todos os meios da crítica destrutiva entre os membros. Assim, os libaneses fizeram sua a divisa amplamente conhecida, mas não aplicada pelos africanos, de “a união faz a força”. Um libanês acabado de chegar é ajudado massivamente pela comunidade residente a instalar-se, fazer a prospecção do mercado, encontrar apoios, e em caso de necessidade beneficia de empréstimos reembolsáveis a longo prazo. Decidido a fazer dinheiro, passa longas horas a trabalhar. Ao cabo de alguns meses, os sinais de sucesso começam a

manifestar-se: faz vir outros libaneses e empreende a diversificação geográfica do seu comércio. O trabalho prossegue em equipa e após uns anos cada membro da equipa torna-se proprietário de uma unidade comercial. Assim há lugar para afirmar que a entejuda colectiva, o trabalho e a determinação constituem os pilares do sucesso dos libaneses.

Enquanto isso, os africanos descontraem-se e contemplam os libaneses trabalhar. Em lugar de os imitar, multiplicam as razões para mostrar que eles não podem fazer o mesmo, e rebentam de inveja perante os efeitos de demonstração e a capilaridade social destes, esperando a ocasião de uma revolta popular para apoderar-se dos seus bens.

Com efeito, onde quer que se encontrem africanos – em universidades, empresas, organismos nacionais e internacionais – a união e o entendimento duráveis para fazer avançar a causa e os interesses africanos pertencem ainda ao mundo platónico. O amigo comum dos africanos continua a ser o estrangeiro, que pode uni-los ou desuni-los segundo as circunstâncias e em função dos seus próprios interesses. Mas entre africanos, quando se trata de promover a causa africana, o verbo ultrapassa a acção. Criam-se tensões à volta de futilidades para desencorajar as boas vontades, geram-se ciúmes recíprocos, para finalmente mostrar que a acção é impossível. Não admira então, como diz Axelle Kabou, que apesar da acumulação de diplomas do ensino universitário e superior, os africanos continuem geralmente a ser tratados como crianças, exploráveis à vontade mesmo na sua própria terra.

Pode-se também compreender porque o projecto de união continental de N'Krumah para uma África totalmente independente tenha sido combatido à partida pelos africanos, que já tenha sido passada uma certidão de óbito à Organização da Unidade Africana e que a possibilidade da criação de uma comunidade económica africana efectiva à dimensão da comunidade económica europeia seja ainda um voto piedoso.

Em certos países, as pessoas comportam-se como se já tivessem alcançado o desenvolvimento económico enquanto que na realidade estão longe de ter implantado as condições básicas de arranque. Os funcionários do Estado e os trabalhadores vivem na perpétua febre dos feriados. Pode-se aceitar que uma

## NOTAS DE LEITURA

sociedade que já satisfaz as suas necessidades essenciais de alimentação, educação, saúde de base e habitação se possa permitir muito tempo de lazer a fim de beneficiar dos frutos dos seus esforços colectivos. Não é sem razão que Rostow qualificou a última etapa de crescimento económico como aquela caracterizada pelo grande consumo das massas.<sup>3</sup> Mas em África, onde ainda se luta pela subsistência, os feriados oficiais abundam, com as consequências que se conhece sobre o produto global.

Quando se entra nos edifícios públicos, tem-se a impressão de assistir a uma cena de demissão colectiva dos funcionários. Estes fazem o estrito mínimo e a subprodutividade é institucionalizada. A única cantiga que se ouve por toda a parte (por vezes não sem razão) é o aumento dos salários, enquanto na realidade os montantes pagos corresponderiam (ou seriam mais elevados em certos casos) ao rendimento marginal dos funcionários. Eis o paradoxo-chave do subdesenvolvimento. Como é que um Estado paralisado pela subprodutividade dos seus funcionários, portanto sem recursos suficientes, pode aumentar os seus salários sem simultaneamente agravar as contradições ao nível macro-económico (emissão monetária, inflação, desinvestimento, etc.)?

Os efeitos que comportam estas atitudes de passividade são pesados para a sociedade. Toda pessoa que trabalhe em África testemunha um sentimento generalizado de impotência individual e colectiva face à doença, à fome, à ignorância e à desorganização. Perante qualquer problema: a ameaça de erosão numa estrada de interesse económico regional, a acumulação de lixo e detritos domésticos nos locais de habitação, a falta de instalações sanitárias nos bairros populares, verifica-se uma política notória de rejeição da responsabilidade do cimo à base e vice-versa. Cada um no seu lugar dá a impressão de ser irresponsável. Chega-se assim a solicitar ajuda externa até para banalidades, coisas que poderiam ser feitas com os meios potencialmente mobilizáveis ou disponíveis. Se o poder público ainda se pode permitir recorrer à assistência externa, os

---

<sup>3</sup> W.W. Rostow, *The Stages of Economic Growth, a non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press, 1960, pp. 1-4.

particulares refugiam-se entre outros na magia negra como meio de resolver os problemas sociais.

O facto de África não ter suficientemente em conta os factores históricos que estiveram na base do progresso noutras latitudes para os integrar numa estratégia coerente de desenvolvimento denota claramente falta de engajamento para transformar as condições de existência das populações. A marginalização da ciência e da pesquisa científica sublinhada por Kabou constitui uma prova eloquente disso. Nas instituições universitárias e de pesquisa, o orçamento é insignificante face à magnitude dos problemas. As bibliotecas deixadas pelos colonizadores deixaram de encomendar novas aquisições por falta de meios. Os funcionários indesejáveis acabam a sua carreira num centro de informação, um centro de pesquisa ou uma biblioteca, todos eles considerados como depósitos. O desprezo pelo saber científico, reforçado por um certo paternalismo intelectual, não permitiu tirar proveito das inovações externas e fornecer o apoio necessário ao desenvolvimento industrial.

Como já demonstrei noutro lugar<sup>4</sup>, a Europa não teria podido tirar nalguns séculos a supremacia tecnológica ao Oriente e conquistar o mundo simplesmente graças a um acréscimo fragmentário de conhecimentos, fundado na experiência e na experimentação, e a uma tecnologia prática devida ao acaso e a considerações de comodidade. A revolução industrial foi acompanhada por uma revolução intelectual e os fundamentos intelectuais da civilização industrial fornecem nos nossos dias o suporte intelectual necessário à civilização tecnológica. Por outras palavras, a civilização industrial repousa no desenvolvimento da ciência e da técnica, consideradas como instrumentos que permitem ao homem aumentar o seu poder sobre o seu ambiente físico e sobre os seus semelhantes. O exemplo marcante da Europa ocidental e hoje em dia do Japão e dos países recentemente industrializados da Ásia (Singapura, Taiwan, Coreia do Sul), que foram magnificamente bem sucedidos na combinação

---

<sup>4</sup> Tshiabukole Bruno Mukendi, "Pour une technologie de la libération en Afrique: problématiques et suggestions", in *La dépendance de l'Afrique et les moyens d'y remédier*, ed. V.Y. Mudimbe, Berger Levrault, Paris, 1980, p. 694.

## NOTAS DE LEITURA

pesquisa-desenvolvimento-industrialização, mostra suficientemente que o desenvolvimento económico e social passa por uma revalorização da ciência, pela elevação do conhecimento ao estatuto de fonte do poder e pela organização consciente da aquisição de conhecimentos no quadro da procura de poder. Por isso, o subdesenvolvimento seria a consequência lógica do pouco interesse que a África manifesta pelas actividades do espírito, pela produção e difusão do saber científico e técnico, da sua incapacidade de adaptar-se e utilizar o melhor possível as inovações e o saber científicos para a sua industrialização.

No entanto, esta situação não pode ser interpretada como uma recusa da tecnologia ocidental ou da industrialização, como faz notar Kabou. A África reconhece os méritos da tecnologia ocidental, quer industrializar-se, mas no quadro de um esquema tecnológico capaz de dar à maioria dos seus habitantes condições de vida melhores, preservando ao mesmo tempo as conquistas da civilização negra. É aquilo que qualifiquei noutra lugar de tecnologia apropriada ou da libertação.<sup>5</sup>

Apesar do seu mérito de ter levantado com clareza e de maneira incisiva as questões práticas do subdesenvolvimento africano pondo em relevo o impacto de certos traços culturais e comportamentais sobre a crise africana actual, "*E si l'Afrique refusait le développement*" comporta fraquezas de ordem metodológica e teórica que fazem cair a obra no puro romance, fazendo afirmações gratuitas sem suporte empírico e uma escolha selectiva da documentação para apoiar a tese culturalista avançada sobre uma problemática que já fez correr muita tinta.

A análise de Kabou inscreve-se globalmente numa visão linear e mecânica do desenvolvimento sustentada pelos defensores da teoria da modernização. Segundo esta teoria, o subdesenvolvimento é imputável às estruturas endógenas difusas e impregnadas de parcialidade, aos valores anacrónicos, às mentalidades pré-lógicas e às técnicas rudimentares que caracterizam as sociedades prismáticas. A este respeito, o desenvolvimento passa obrigatoriamente pela assimilação dos modos de pensamento, de produção, das instituições, dos valores e das tecnologias ocidentais. Todos os países tendem em última

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, pp. 683-695.

## NOTAS DE LEITURA

instância a abraçar os mesmos valores que os países ocidentais, a saber, o individualismo, a procura do lucro, a segurança material, e aqueles que não partilham estes valores são considerados como primitivos e subdesenvolvidos. Visto deste ângulo, aquilo que Kabou considera como uma recusa do desenvolvimento quando os africanistas falam da negritude e da africanidade, vem a ser de facto uma recusa da ocidentalização por uma afirmação de valores positivos da cultura africana. É neste sentido que convém interpretar o essencial da mensagem de Senghor e de Cesaire a que faz referência frequentemente.

Os discursos quer sobre a africanidade, quer sobre o tráfico de escravos, a colonização, o imperialismo e o neo-imperialismo não surgem do *vendredisme* regressivo ou dos falsos debates que traduzem uma estratégia de evasão por parte dos africanos. São factores reais que condicionam o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento de África. O comércio triangular de "mercadorias" humanas esvaziou territórios inteiros dos seus homens válidos, desorganizou e até destruiu a força de trabalho e em consequência bloqueou ou diminuiu o ritmo de desenvolvimento das sociedades vítima do escravagismo. A trindade colonial moldou um modelo económico extravertido, um sistema de ensino aberrante e uma visão de África pré-lógica, sem cultura, valores nem tecnologia dignos. Este sistema viria indubitavelmente a ter consequências nefastas sobre o ritmo da emancipação económica e cultural do continente.<sup>6</sup>

A negritude e outras correntes africanistas surgiram num contexto histórico de combate, de luta de libertação cultural para repor os valores da civilização negra. O reforço cultural é um valor procurado no desenvolvimento. É verdade que a África não conseguiu até agora integrar os valores positivos da sua civilização numa estratégia coerente de desenvolvimento, mas a vulnerabilidade cultural impede-a igualmente avançar.

O ensino está ao desbarato não por ter sido africanizado mas precisamente porque não houve africanização, nem a fundo. Falta evidência empírica para creditar a tese segundo a qual os

---

<sup>6</sup> A obra mais recente de Jacques Depelchin sobre o Zaire, *De l'Etat indépendant du Congo au Zaire contemporain (1885-1974. Pour une démystification de l'histoire économique et politique* (Karthala, Paris, 1992) é extremamente reveladora a este respeito.

## NOTAS DE LEITURA

programas educativos africanizados produziram conhecedores e propagandistas da cultura africana e contribuíram para fechar as crianças na torre de marfim africana. Certamente, contentou-se com mudar os títulos das matérias sem no entanto modificar a metodologia e o conteúdo do ensino. O professor continua na sua dictafonia a pregar o seu catecismo aprendido do Ocidente, que é suposto o aluno dever reproduzir integralmente no teste escrito ou oral. Foram introduzidas aqui e ali matérias sobre África, mas no conjunto, as matérias de interesse geral predominam nos programas educativos. Até agora um aluno que completou o ciclo secundário num estabelecimento escolar africano conhece melhor a história e a geografia da Europa (muitas vezes do país do antigo colonizador) do que a do seu próprio país e da África. O ensino africano continua a formar gestores da economia liberal e não pensadores críticos, devido aos limitados esforços em termos das reformas de africanização.

Como já foi sublinhado mais acima, os debates sobre o neocolonialismo, o neo-imperialismo, a dívida, os termos de troca, não provêm do *vendredisme* intelectual ou político. África não vive fechada numa redoma. Ela foi integrada no sistema mundial de produção e consumo, portanto na divisão internacional do trabalho. A dinâmica do seu desenvolvimento fica assim sujeita às influências e constrangimentos impostos pelo sistema económico internacional.<sup>7</sup> De acordo com esta lógica, não se pode recusar ter em conta os obstáculos ao desenvolvimento ligados a esta relação exógena, a menos que se faça propaganda ideológica.

As estratégias e políticas económicas aplicadas desde 1960 em África e cuja inadequação e ineficácia são hoje em dia deploradas, foram elaboradas e executadas com um apoio conceptual importante dos organismos externos de cooperação. As políticas de assistência militar, técnica e económica erradas contribuíram para afirmar o poder das oligarquias políticas, das quais certos países africanos não conseguem hoje desembaraçar-

---

<sup>7</sup> Ver, entre outras, as obras clássicas de Samir Amin *Accumulation on a World Scale: a Critique of the Theory of Underdevelopment* (Monthly Review Press, Nova Iorque, 1974) e *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism* (Monthly Review Press, 1974): As versões originais são em francês.

se. Em muitos países, as fontes de aquisição e conservação do poder derivam mais da cooperação internacional do que de qualquer legitimidade popular ou das tradições africanas. Entretanto, como se pode pretender ajudar ao desenvolvimento ao mesmo tempo que se contribui para instalar uma ordem política coerciva e uma ordem económica dominada por microprojectos desarticulados sem impacto directo sobre a transformação dos sistemas de produção, cuja fragilidade está na origem da crise económica e financeira que sofre o continente?

A ineficácia endógena não é o único obstáculo ao desenvolvimento africano, embora ela abunde. As causas externas desempenham um papel decisivo, tal como as fraquezas endógenas justificam a penetração e a dominação externas. Estas fraquezas são mantidas pela classe dirigente e reproduzidas a nível de toda a sociedade.

A este respeito, a obra de Kabou faz prova de um tratamento indiferenciado de África, como se esta fosse uma massa homogénea de indivíduos. Isso conduz a generalizações abusivas sobre a presumível incapacidade de todo africano. Diversos estudos têm demonstrado de maneira convincente a existência de classes sociais com uma consciência de identidade distinta e interesses próprios. A África a que o autor se dirige é essencialmente a África oficial dos dirigentes e daqueles que gravitam na esfera da confraria reinante. É a elite dirigente e intelectual formada na escola da modernização, que recusa engajar as populações na via de uma verdadeira mudança. Em qualquer país africano, as decisões importantes são tomadas a um nível restrito ao cimo e são legitimadas tecnicamente por uma classe intermédia da burguesia chamada tecnocrática. Com efeito, é esta classe dirigente que produziu o discurso objecto de crítica e desenvolveu em cumplicidade com os seus aliados estrangeiros políticas e estratégias anti-desenvolvimentistas que fizeram mergulhar o subcontinente negro na actual crise.

Um adágio popular diz que não há tropas más, há maus chefes. A política da gestão moderna confirma esta aceção, atribuindo os superdesempenhos às qualidades excepcionais, ao

## NOTAS DE LEITURA

estilo de direcção, à dedicação e à exemplaridade da liderança.<sup>8</sup> Longe de mim a intenção de desculpar a massa na crise actual; a sua co-responsabilidade não deixa de ser importante. No entanto, a massa é semelhante aos passageiros a bordo de um avião, que, não sabendo pilotar, obedecem quase cegamente às instruções e directivas da tripulação.

As populações estão prontas a consentir sacrifícios pelo desenvolvimento, mas à condição que estes sacrifícios sejam partilhados. Também a população desmobiliza-se quando a minoria reinante vive na opulência às custas do Estado no mesmo momento em que a esta população maioritária se pede para apertar o cinto. Paga-se impostos e taxas na esperança de obter serviços de boa qualidade e a melhor preço no futuro. Mas como é que as pessoas podem continuar a pagar diversos impostos e contribuições – portanto, a aumentar a capacidade financeira do Estado – se constata que as estradas estão sempre impraticáveis, se vão aos hospitais e não encontram medicamentos, se as escolas públicas não têm carteiras nem dispõem de professores de qualidade?

Além disso, o desenvolvimento implica a permanência das decisões (e das instituições), um tempo relativamente longo para permitir aos organismos executores organizarem-se melhor para a aplicação das decisões adoptadas. Não obstante, assiste-se periodicamente e com breves intervalos a mudanças nas regulamentações e nos procedimentos e a novas medidas destinadas a organizar a desorganização com o único fim de pilhar o Estado.

A instabilidade dos cargos não permite aos seus ocupantes aprofundar os dossiers nem assegurar um seguimento eficaz das decisões. As remodelações ministeriais têm lugar no melhor dos casos uma vez por ano, e no pior, de quatro em quatro ou de seis em seis meses. Estas mudanças poderiam justificar-se se fossem feitas com o objectivo de aumentar a eficácia da equipa governamental. Mas o mais das vezes elas são motivadas pelo oportunismo e o clientelismo político: a substituição de um cliente que se torna duvidoso por um outro pretensamente ainda

---

<sup>8</sup> Ver o exemplo americano em François Hetman, *Les secrets des géants américains*, Seuil, Paris, 1969.

leal, a ocasião de oferecer um trabalho às tias, a casa dois. O clientelismo político e étnico e a corrupção substituíram assim os critérios de competência como base de recrutamento, de avanço e de sucesso na carreira pública. As pessoas de mérito que não podem integrar-se no sistema são marginalizadas.

Pior ainda, de cada vez o novo chefe procura reinventar a roda, fazendo tábua rasa da organização e das decisões dos seus predecessores, chegando até a colocar em questão coisas úteis. Tem-se finalmente a impressão de um perpétuo começo, enquanto o desenvolvimento requer a permanência e continuidade das acções julgadas rentáveis no interesse da colectividade pública. Esta instabilidade do cargo incita o titular a beneficiar ao máximo e rapidamente. Isso alimenta a corrupção. Não é de surpreender então que a mediocridade se tenha tornado sistémica, tendo como consequência inelutável o agravamento da pobreza e do subdesenvolvimento.

Que a África oficial dos dirigentes e bandos de intelectuais recusa o desenvolvimento é um facto comprovado. Eles transformaram o Estado num instrumento de acumulação privada. Percebido como um corpo estranho e corrupto, o Estado perdeu o essencial da sua credibilidade e já não é capaz de garantir os laços de solidariedade necessários à organização social.<sup>9</sup> Os seus dolorosos fracassos justificam os actuais discursos sobre a governança e a democracia como condições prévias de arranque.

Apesar destas observações, a obra de Kabou conserva toda a sua pertinência em tanto que exortação à auto-responsabilização e ao trabalho produtivo. No mundo actual, só a capacidade de produção, de organização e de criatividade determina as margens do poder e portanto o respeito que uma nação pode exigir das outras. O tesouro (a felicidade) está rodeado de espinhos e não se pode ter acesso a ele com lamentações, discursos ou subterfúgios, mas com o trabalho organizado e produtivo, a força dos tractores e das máquinas, a disciplina individual e colectiva. A sobrevivência de África dependerá em última instância da

---

<sup>9</sup> Para mais pormenores ver o nosso artigo: David J. Gould e Tshiabukole Bruno Mukendi, "Bureaucratic Corruption in Africa: Causes, Consequences and Remedies", in *International Journal of Public Administration*, 12 (3), 1989, pp. 427-457.

## **NOTAS DE LEITURA**

qualidade da sua gente e da sua aptidão e engajamento para se organizar e reagrupar as suas forças para o bem-estar de todos. Tendo consciência dos constrangimentos externos, África deve em primeiro lugar tentar ultrapassar as contradições e fraquezas internas. O pensamento de N'Krumah retomado por Kabou exorta-nos nessa direcção:

*Temos os recursos. Mas se é sobretudo o colonialismo que nos impediu acumular os capitais necessários ao desenvolvimento, nós é que não conseguimos utilizar a fundo o nosso poder desde que somos independentes para mobilizar os nossos recursos a fim de proceder efectivamente ao arranque do nosso desenvolvimento económico e social.<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> Kwame N'Krumah, in *La Conférence au sommet des pays indépendants africains* (Addis-Abeba, Maio 1963), *Présence Africaine*, Paris, 1964, citado por Kabou, p. 46.

# ACTIVIDADES DO INEP

## I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CEHC)

### *a) Formação e superação de quadros*

Esta actividade comportou três eixos principais:

- Estudo de obras clássicas
- Seminários de metodologia
- Formação e investigação no exterior.

### *b) Campanha de recolha de dados orais da luta de libertação nacional*

Os trabalhos de recolha de tradições orais da luta de libertação ficaram paralisados após a saída da coordenadora, a técnica Arassi Taveira. Na sua substituição foi recrutado o técnico Cipriano António dos Santos. Espera-se que, com um novo coordenador, a campanha recomece, brevemente, com vigor e determinação.

### *c) Participação dos investigadores do CEHC noutros eventos*

Com outros Centros do INEP:

- Participação no Projecto PIDAC-DSBB (Projecto de Integração de Dados e Apoio à Coordenação-Desenvolvimento Sustentado da Região Bolama-Bijagós), com o CETA, através de Raúl Mendes Fernandes e Peter Karibe Mendy.

- Participação na conferência sobre projectos integrados com o CESE, através de Raúl Mendes Fernandes.

#### A nível nacional:

- Seminário sobre poderes “tradicionais” e poderes “modernos”, Bissau, 12 de Junho de 1992, organizado pela ALTERNAG – Associação Guineense de Estudos e Alternativas.  
Participantes: Peter Karibe Mendy, com a comunicação intitulada “Poderes Tradicionais e Poderes Modernos: Que articulação? Uma perspectiva histórica”, e Raúl Mendes Fernandes com uma comunicação sobre a relação entre o Partido (PAIGC) e os poderes tradicionais.
- Formação de inquiridores da AGUIBEF (Associação Guineense para o Bem-Estar Familiar). Bissau, 15-18 de Agosto de 1992.  
Participantes: Raúl Mendes Fernandes, com duas comunicações: “Elementos psico-sociológicos da comunicação na tabanca” e “Importância do conhecimento do meio”.
- Jornadas de reflexão sobre transição democrática e desenvolvimento nacional. Bissau, 27-28 de Agosto de 1992, organizadas pelo Projecto de Estudos da Transição.  
Participantes: Raúl Mendes Fernandes e Flavien Koudawo.
- Conferência sobre projectos integrados, organizada pelo CESE, INEP, 20 de Agosto de 1992, com uma intervenção de Raúl Mendes Fernandes sobre o Projecto Integrado de Caboxanque.

#### *d) Arquivos Históricos*

Foram realizadas as seguintes actividades:

1. Finalização do tratamento dos restantes postos administrativos da Circunscrição Civil de Farim, nomeadamente: Bissorã (faltando o acervo das Finanças, ainda por transferir), Binar e Olossato.

2. Conclusão do pré-inventário dos fundos da Circunscrição Civil de Gabú e transferência dos fundos dos postos administrativos de Sonaco, Pitche e Pirada, faltando somente transferir o fundo da Administração Central (Posto de Gabú), uma vez que em Boé não existem documentos coloniais.

3. Conclusão do pré-inventário do acervo do Hospital de Bafatá, cuja transferência foi feita em meados de Novembro.

4. Foi realizado um Seminário sobre Noções Arquivísticas de 27 de Julho a 6 de Agosto, ministrado pelo Director e o Director-Adjunto do Arquivo Nacional da Guiné-Conakry, ambos conservadores, contando com a participação não só dos arquivistas dos Arquivos Históricos como de alguns ministérios do país.

#### *e) Arquivo Fotográfico / Arquivos Sonoros*

A colecção fotográfica é composta por mais de 6.000 unidades documentais, produzidas entre os anos 40/50, que retratam numerosos e interessantes aspectos sócio-culturais do nosso povo. É constituído por 3 índices alfabéticos: temático, topográfico e onomástico.

A vontade de conservar mais e melhor os documentos sonoros e visuais aumenta cada vez mais, não obstante as dificuldades deparadas para encontrar materiais desta natureza.

Houve uma melhoria significativa em termos de qualidade, principalmente nos domínios do tratamento e da conservação. Também houve uma ordenação do sistema de apoio à pesquisa com base nos documentos sonoros e fotográficos.

No domínio da transcrição destaca-se o apoio dado aos investigadores Peter Mendy e Cornelia Giesing, nomeadamente sobre os temas "Democracia e Desenvolvimento" e "Cultura e História Mandinga", respectivamente.

A atenção maior desta divisão arquivística foi centrada na recolha e recuperação dos materiais fotográficos herdados do antigo Museu da Guiné Portuguesa.

Em síntese, foram recuperados e embalados 730 negativos fotográficos. Aumentaram em duas pastas os positivos arquivados e deram entrada 12 cassetes audio, correspondentes a 870mn.

No quadro do CESE e dentro da rubrica informação, foi organizado um dos encontros de reflexão académica conhecidos por "ciclo de reflexão". Sobre o tema "Projectos Regionais de Desenvolvimento Integrado e Modelos de Desenvolvimento Social e Económico" participaram, para além dos quadros técnicos dos diferentes ministérios, todos os responsáveis dos projectos regionais e representantes dos três ministérios provinciais. Entre os problemas debatidos destacamos:

- O problema da tutela dos projectos regionais: o Ministério de Agricultura ou a Secretaria do Plano;
- O problema da coordenação entre os projectos integrados presentes numa mesma Região ou Província, entre os projectos e as ONG, entre todos e as estruturas administrativas regionais;
- O problema da dependência total do financiamento externo de que são vítimas os projectos regionais e que constitui o principal *handicap* à sua continuidade após a cessação do referido financiamento;
- O problema do baixo salário dos quadros afectos aos projectos regionais.

O orador principal do encontro foi o Sr. João Vaz, responsável pelo Departamento de Planificação Regional da Secretaria do Plano.

### *c) Participação em trabalhos com outros Centros*

Com o CEHC:

- O CESE participou no seminário sobre Metodologia em Ciências Sociais organizado pelo CEHC.

Com o CETA:

- O CESE, através dos investigadores Manuel Nassum e Aquino Duarte, participa nas actividades da Célula do Meio Ambiente e no projecto "Informação para Pesquisa e Planificação" (recolha de dados).

Com o GABICON:

- Estudo "Ajustamento estrutural na Guiné-Bissau: contexto e consequências para o C.E.C.I. - Bissau" (CECI - Bissau), através do investigador Isaac Monteiro;
- Estudo sobre a situação das crianças e das mulheres (UNICEF), através do investigador Isaac Monteiro;
- Estudo para a introdução de painéis solares na produção de água nas regiões de Gabú, Bafatá, Oio e Cacheu (Bureau d'Etudes Kruger);
- Elaboração do relatório sobre o estudo "Conhecimentos, atitudes, crenças e práticas relativas à SIDA/VHI" (OMS/CESTAS). Investigadores do CESE implicados: Faustino Imbali.

Com a Direcção do INEP:

- Jornadas políticas de reflexão sobre a transição;
- Projecto de estudo "Uso da Terra";
- Projecto de estudos sobre a transição.

### **III. CENTRO DE ESTUDOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA (CETA)**

#### *a) Divisão de Informática*

Esta Divisão desempenha um papel fundamental no quadro do projecto CRDI, que prevê, entre outros, a criação de uma Rede Nacional de Informação Científica e Técnica com a participação de outras instituições locais nacionais.

No âmbito desse projecto, foram empreendidas uma série de acções de entre as quais se destacam:

- Identificação do equipamento, aquisição e início da instalação da Rede Interna do INEP (*Local Area Network*). Todavia, contrariamente ao inicialmente previsto e por razões de natureza técnica, sucessivos atrasos fizeram com que o funcionamento desta rede só possa ter lugar no decorrer do primeiro trimestre de 1993;

- Dinamização dos trabalhos de criação da Rede Nacional de Informação Científica e Técnica através de realização de contactos regulares com os responsáveis das instituições que constituirão o seu núcleo inicial, acções de formação e assistência técnica.

No âmbito do projecto "Uso da Terra", foi elaborado um banco de dados sobre "Ponteiros na Guiné-Bissau", que tem vindo a ser actualizado periodicamente, à medida que novos dados são disponibilizados.

Em fase avançada de elaboração encontra-se igualmente um outro banco de dados sobre "Investigadores, Estudiosos e Especialistas Guineenses", criado a partir de dados recolhidos por um recenseamento realizado para o efeito em meados deste ano.

#### *b) Célula de Estudos Ambientais*

As actividades da Célula foram desenvolvidas basicamente no quadro do projecto "Integração de Dados e Apoio à Coordenação para o Desenvolvimento Sustentado da Região de Bolama/Bijagós" (PIDAC).

O PIDAC é um projecto criado na base de um acordo celebrando entre o INEP e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) cujas actividades assentam em duas vertentes fundamentais, nomeadamente a pesquisa e a coordenação entre os diferentes intervenientes na região Bolama/Bijagós. Concretamente, é função deste projecto efectuar o macro-zoneamento e um plano de gestão para a Reserva de Biosfera prevista para o arquipélago.

Assim, de entre as acções desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

- Organização da primeira reunião de integração e constituição de um grupo de coordenação do programa inter-institucional para o apoio ao desenvolvimento sustentado da Região de Bolama/Bijagós;
- Cartografia e calendarização das utilizações tradicionais e "modernas" da terra;

- Levantamento de dados sobre as infraestruturas hoteleiras com vista à realização do EIA (estudo de impacto ambiental);
- Participação nos trabalhos do Comité Técnico do Conselho Nacional do Ambiente (CNA), bem como nos dos grupos de trabalho para a integração da Guiné-Bissau no COMARAF.

### *c) Serviços de Documentação e Microfilmagem*

A função principal destes Serviços consiste na recolha, tratamento e divulgação de documentos e informações.

A divulgação tem sido feita essencialmente através da publicação do *BICT (Boletim de Informação Científica e Técnica)*, um boletim trimestral que, todavia, por dificuldades de natureza vária, se transformou na prática em semestral.

A microfilmagem de diversos documentos de interesse para a investigação existentes nos diferentes ministérios e outros departamentos estatais é uma actividade que vem sendo efectuada há mais de quatro anos. Entretanto, o volume de documentos "descobertos" ultrapassou de longe as previsões iniciais, facto que justifica o atraso na implementação da segunda fase do processo, que consiste no tratamento bibliográfico e processamento informático de todos os documentos microfilmados.

Conforme previsto no projecto CRDI, foram adquiridos e instalados novos equipamentos de reprografia, permitindo assim criar um laboratório completo, onde é possível realizar todas as operações de microfilmagem.

Deste modo, dispendo de novos equipamentos e de novas instalações, espera-se que os serviços de microfilmagem, cujo pessoal beneficiou recentemente de uma acção de formação orientada por um técnico contratado pelo CRDI, venham a concluir dentro de alguns meses todo o processo de microfilmagem dos documentos que se encontram fora do Instituto.

## IV. A BIBLIOTECA PÚBLICA (BP)

### a) *Serviço Técnico*

O Serviço Técnico também tem estado a apoiar centros de documentação de vários ministérios, dando cursos intensivos sobre técnicas de tratamento de documentos.

Outras actividades nesta área foram a renovação da sinalização das estantes por áreas, de modo a facilitar a procura de documentos, e a revisão da arrumação dos livros em algumas estantes.

### b) *Serviço de Atendimento ao Público*

Este serviço comprou no mês de Agosto último um contentor com o objectivo de transferir as publicações da época colonial que se encontram na cave da Biblioteca em vários exemplares repetidos, destinados à venda, a fim de fazer lugar às estantes móveis que serão adquiridas brevemente através da segunda fase do projecto CRDI-INEP. O processo de mudança dos livros está a ser organizado progressivamente, a fim de no futuro facilitar a procura de qualquer publicação pretendida.

### c) *Serviço de Aquisições*

No âmbito dos contactos de cooperação estabelecidos por correspondência com organismos internacionais com sede em Bissau, nomeadamente o PNUD, a UNICEF, a FAO, o BM e a CEE, foi adquirida uma quantidade considerável de publicações de qualidade para o enriquecimento do acervo bibliográfico da Biblioteca Pública do INEP.

### d) *Cooperação*

A Biblioteca Pública tem estado a assegurar a renovação das colecções através de um fundo anual atribuído pela SAREC, Agência Sueca para a Cooperação no domínio da Pesquisa.

Entretanto, o *Centre de Recherches pour le Développement International* (CRDI) pôs a disposição da BP, no quadro do projecto CRDI-INEP, um montante destinado ao enriquecimento

do acervo bibliográfico da Biblioteca no que diz respeito a documentação científico-técnica, incluindo a assinatura de 20 títulos de revistas.

Ainda para o melhoramento da qualidade e funcionamento da BP, está em curso a compra de equipamento para a cave da Biblioteca através do mesmo projecto.

Também a BP-INEP tem estado a receber com regularidade jornais portugueses através do Centro Cultural Português e algumas revistas francesas de interesse internacional provenientes da Missão Francesa de Cooperação e Acção Cultural.

## V. SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES (SP)

### a) Edição

Foram lançadas as seguintes publicações:

- *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, nº 14, Julho de 1992
- *BISE, Boletim de Informação Sócio-Económica*, nº 3-4/92
- *BICT, Boletim de Informação Científica e Técnica*, nº 3-4/92
- Relatório Anual do INEP (Out. 1991- Out. 1992).

Além da recolha, selecção, revisão e eventual tradução do material a publicar, o SP passou a fazer a composição definitiva de todas estas publicações, o que representa um passo importante na autonomização dos serviços. O presente número da *Soronda* é o primeiro a ser composto integralmente no INEP, e torna a ser impresso na Guiné-Bissau, como o foram os dois números iniciais.

No que concerne às monografias, seguiram para a Imprensa Nacional - Casa da Moeda os originais do livro *O colonialismo português em África: a tradição da resistência na Guiné-Bissau, 1879-1959*, de Peter Michael Karibe Mendy.

### *b) Difusão*

Se, por um lado, a exposição e venda de publicações INEP na 5ª Reunião Anual da *African Studies Association* (20 a 23 de Novembro, Seattle, EUA) viu-se gorada devido a erros no transporte do material por parte da transportadora aérea, por outro lado foram enviados cartazes, autocolantes e catálogos a mais de duas centenas de organismos nacionais e estrangeiros, acompanhados de um cartão elaborado e impresso no SP, no quadro de uma campanha de difusão e propaganda que contamos venha a ter um efeito positivo no número de assinantes dos nossos periódicos e nos interessados em monografias sobre a Guiné-Bissau.

## **VI. RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR**

### *a) Missões do INEP ao estrangeiro*

- Raul Mendes Fernandes: Participação no Seminário Pré-congresso sobre o Calendário de Conservação. Montreal, Canada, Agosto-Setembro de 1992. Participação no Congresso Internacional dos Arquivos. Montreal, Canada, Setembro de 1992.
- Faustino Imbali: Participação em Atelier de Formação em Estudos Prospectivos de Longo Prazo (NLTPS), organizado pelo PNUD. Abidjan, Setembro de 1992.
- Carlos Cardoso: Realização de um curso no Colégio do México subordinado ao tema "A Transição Democrática em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa". México D.F., México, Outubro de 1992.
- Carlos Cardoso e Filomena Miranda: 5ª Reunião Anual da *African Studies Association*. Seattle, USA, Novembro de 1992.

*b) Missões recebidas*

- Sr. Claude Sauveplane e Sra. Deshombres, do FENU (Nova Iorque): Discussão da hipótese de o INEP realizar estudos sobre a factibilidade de pagamento pela população de bombas de água na região de Oio. Outubro de 1992.
- Sr. Jean-Michel Labatout, Administrador do Programa de Políticas Sociais, Divisão de Ciências Sociais, do CRDI (Canadá): Factibilidade de projecto de estudos da transição e criação de uma rede de centros de estudos no domínio ambiental. Outubro de 1992.

conferência internacional

## **guiné-bissau: vinte anos de independência**

*desenvolvimento e democracia - balanço e perspectivas*

*Vinte anos após a conquista da  
independência  
política da Guiné-Bissau, o Instituto  
Nacional de Estudos e Pesquisa convida um  
grupo de destacados cientistas sociais,  
nacionais e estrangeiros, para reflectirem  
juntos os caminhos e descaminhos deste  
trajecto difícil, a partir da luta pela liberdade  
e da construção da Nação, assim como as  
perspectivas  
que se apresentam para a transição do país  
em direcção a um futuro que possa garantir a  
liberdade tanto interna como externa e um  
verdadeiro desenvolvimento para o seu povo.*

**instituto nacional  
de estudos e pesquisa (inep)**  
bissau, 23 a 26 de novembro de 1993

## **FICHA TÉCNICA**

**Direcção:** Carlos Cardoso, Abdulai Silá, Raúl Fernandes, Rui Ribeiro, Carlos Lopes, Peter Mendy, Faustino Imbali, Isaac Monteiro, Aquino Duarte

**Conselho Consultivo:** Ana Maria Gentili (Itália), Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba), Lars Rudebeck (Suécia), Luís Moita (Portugal), Manuel dos Santos (Guiné-Bissau), Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau), Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

**Conselho de Redacção:** Filomena Miranda, Teresa Montenegro

**Concepção Gráfica:** Nelson Fernandes

**Impressão:** INACEP (Bissau)

**Preço:** 30.000 PG  
750\$00 (Portugal)  
US\$10

Pedidos ao INEP  
Complexo Escolar 14 de Novembro  
C.P. 112 - Bissau  
República da Guiné-Bissau

**SORONDA**, revista semestral do **INEP** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa)

A edição deste número foi financiada pela **SAREC** (Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries)